

**CÉLIA MARIA BORGES MACHADO**

**MEMÓRIA E NARRATIVA NO ROMANCE**  
***A MAJESTADE DO XINGU* DE MOACYR SCLIAR**

Belo Horizonte

2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE

M149m

Machado, Célia Maria Borges.  
Memória e narrativa no romance *A Majestade do Xingu* de Moacyr Scliar [manuscrito] / Célia Maria Borges Machado. - 2006.  
136 f.

Orientador : Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen.

Área de concentração : Teoria da Literatura.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 129-136.

1. Scliar, Moacyr, 1937- . *A Majestade do Xingu* – Crítica e Interpretação – Teses. 2. Literatura brasileira – História e crítica – Teses. 3. Judeus – São Paulo (SP) – Teses. 4. Imigrantes – Brasil – História. I. Cornelsen, Elcio Loureiro. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : B869.341

CÉLIA MARIA BORGES MACHADO

**MEMÓRIA E NARRATIVA NO ROMANCE *A MAJESTADE DO  
XINGU DE MOACYR SCLiar.***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Literários. Área de Concentração: Teoria da Literatura.

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen.

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

Belo Horizonte

2006

CÉLIA MARIA BORGES MACHADO  
**MEMÓRIA E NARRATIVA NO ROMANCE “A MAJESTADE DO XINGU” DE  
MOACYR SCLiar**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Letras: Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2006.

---

Profa. Dra. Ana Maria Clark Peres  
Coordenadora do PÓSLIT

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Elcio Loureiro Cornelsen, Dr.  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Orientador

---

Profa. Maria Zilda Cury, Dra.  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Titular

---

Prof. Jaime Ginzburg, Dr.  
Universidade de São Paulo  
Titular

---

Prof. Georg Otte, Dr.  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Suplente

## **DEDICATÓRIA**

A Maria Ivonete Santos Silva, mestra e educadora das primeiras leituras literárias, sendo a mais fiel amiga e uma presença iluminadora em meus estudos.

Ao meu esposo e companheiro de todas as horas, Odilson Rodolfo Machado, pelo carinho e pelo apoio nos momentos de angústia e aflição.

Aos meus queridos filhos, Rodolpho e Felipe, pela grandeza do afeto.

Ao meu pai, Vicente Rodrigues Borges, e sua esposa Maria D'Ajuda de Carvalho Borges pelo afeto, pela dedicação e companheirismo, por estarem sempre presentes.

A todos os meus irmãos, sobrinhos e amigos que sempre acreditaram em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, pela inteligência, por estar sempre presente em minha vida.

Ao meu orientador, prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen, pela conduta ética, sábia, paciente e construtiva no processo de orientação.

À Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de cursar o Mestrado em Estudos Literários.

Aos professores do curso de Mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais, especialmente à professora Dra. Lyslei de Souza Nascimento, pela sabedoria na construção do conhecimento.

Aos componentes da Banca Examinadora.

A Moacyr Scliar, pelo envio de obras não encontradas no mercado e pela cordialidade e rapidez nas respostas de questões importantes na pesquisa.

A amiga e companheira Sandra Gardelari, pela contribuição no encaminhamento da pesquisa, bem como pelo ombro amigo nos momentos de aflição.

A Maria das Graças Fernandes, sem cujo apoio não seria possível desenvolver meus estudos.

Lembra-te dos dias antigos, considera os anos das gerações passadas. Interroga teu pai, teu criador, que te fez e te estabeleceu. (Deuteronômio:32, 10)

Conservareis na memória deste dia, em que saístes do Egito, da casa da servidão, porque foi pelo poder de sua mão que o Senhor vos fez sair desse lugar. (Êxodo: 13, 3)

## RESUMO

MACHADO, Célia Maria Borges. **Título.** 136p. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, Belo Horizonte.

O presente estudo resulta de uma investigação teórico-reflexiva do romance *A Majestade do Xingu* (2001) de Moacyr Scliar, em que são apresentados os modos como se relacionam memória e narrativa no romance, como essas manifestações textuais estão ligadas à ficção, à História e à memória; as estratégias discursivas investidas pelo autor na construção do personagem-narrador e de que maneira esse narrador traduz a sua experiência de imigrante judeu oriundo do Leste europeu. Para tanto, investimos na elaboração de um texto sustentado em teorias contemporâneas sobre a narrativa, a memória e a História, buscando observar de que maneiras essas teorias estão contempladas no discurso do narrador, sobretudo, em relação à sua história pessoal de imigrante judeu e habitante do bairro Bom Retiro, na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Literatura, História, Memória e Imigração Judaica no Brasil.

## ABSTRACT

MACHADO, Célia Maria Borges. **Title.** 136p. Dissertation (Master's degree in Literature Theory) - Literature Post-graduation Programme, UFMG, Belo Horizonte.

This study is a result of a theoretical and reflexive investigation on Moacyr Scliar's novel '*A Majestade do Xingu*' (2001). We tried to present the ways memory and narrative are related in the novel as well as how these textual manifestations are linked to fiction, History and memory. We also work on the discourse strategies the author used in order to build the character-narrator observing how he translates his experiences as a Jew immigrant who came from East Europe. For that, our text is based on contemporary theories on narrative, memory and History, in order to examine the ways they are presented in the narrator's discourse, related to his own history as a Jew immigrant who lived in Bom Retiro, São Paulo.

Keywords: Literature – History – Memory – Immigrant

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I. – ONDE TERMINA A HISTÓRIA E COMEÇA A FICÇÃO? .....</b>	<b>21</b>
<b>I.1. Memória e Tradição .....</b>	<b>21</b>
<b>I.2. Narrativa Ficcional e narrativa histórica: colunas de sustentação da memória .....</b>	<b>34</b>
<b>I.3. Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin e o diálogo com o passado ..</b>	<b>40</b>
<b>I.4. A diáspora e a imigração judaica no Brasil .....</b>	<b>49</b>
<b>I.5. O <i>modus vivendi</i> judaico e a forma de registro da memória em Moacyr Scliar .....</b>	<b>58</b>
<b>CAPÍTULO II. – O NARRADOR NO LIMIAR .....</b>	<b>62</b>
<b>II.1. O narrador em cena: seqüências de ziguezague e dialogismo .....</b>	<b>62</b>
<b>II.2. Narrar a Experiência e garantir a Tradição .....</b>	<b>81</b>
<b>II.3. Os Filhos da Imigração: o Anônimo e o Médico .....</b>	<b>85</b>
<b>CAPÍTULO III. – DO <i>SHTETL</i> AO XINGU: O ENTRELUGAR DA MEMÓRIA .....</b>	<b>93</b>
<b>III.1. Do <i>pogrom</i> ao golpe .....</b>	<b>95</b>
<b>III.2. De famélicos da terra aos camaradas índios .....</b>	<b>104</b>

<b>III.3. O pajé e o rabino .....</b>	<b>114</b>
<b>III.4. Do sapateiro ao <i>gravatnik</i> .....</b>	<b>117</b>
<b>III.5. Do sonho à dispersão: a desagregação familiar por que passa o narrador-protagonista .....</b>	<b>120</b>
<b>III.6. O Xingu e a Majestade .....</b>	<b>124</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>128</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

Estudar memória e narrativa requer um mergulho na História e no tempo. É preciso pensar o começo das civilizações, a relação que o homem primitivo estabeleceu com a natureza, a forma como esse homem buscou fazer o registro de sua passagem na Terra e a relação com seus semelhantes, para compreender o fluxo do tempo e sua imbricação com a memória e com a narrativa.

Esses elementos, por sua vez, remontam aos mitos, às lendas, às histórias da criação do mundo e de algumas civilizações, fazendo revolver todo um passado calcado na experiência do senso comum, colocando-nos algumas questões, como, por exemplo: o que é a memória? Em que se fundamenta o conhecimento científico acerca da memória e da narrativa? Como está sendo feito o resgate da memória hoje?

Estudos contemporâneos sobre as formas de registro da memória relacionam-na de modo especial, à narrativa. Assim, o ato de contar histórias remete às origens das civilizações, aos rituais sagrados e também a situações de ordem médica, isto é, ao uso terapêutico da narrativa como forma de cura ou remédio.

Dentre os muitos resgates que se faz da memória hoje, está aquele possibilitado pela imaginação, ou seja, pela ficção. Esse resgate constitui-se tal como se manifesta a memória na subjetividade do homem comum, isto é, fragmentado, calcado na experiência comum do indivíduo e da comunidade em que está inserido, pelo apego a lugares simbólicos. É um tipo de registro que não se pretende como uma tradução integral do passado.

Nesse sentido, o escritor gaúcho Moacyr Scliar se inscreve como um memorialista dos novos tempos. De ascendência judaica, o escritor vem trabalhando em sua obra pelo resgate da memória judaico-brasileira.

Segundo Regina Igel (1997), a manifestação cultural de judeus na cultura brasileira é recente no país. Essa manifestação ocorre como fenômeno literário. Desse modo, os elementos judaicos e sua complexidade têm sido resgatados pelos imigrantes judeus estabelecidos no Brasil no início do século XX, por seus descendentes nascidos no Brasil e por aqueles que vieram como refugiados e sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Moacyr Scliar insere-se nesse contexto como descendente de imigrantes

judeus oriundos da Bessarábia, que chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XX, fugitivos do anti-semitismo que grassava na Europa. (cf. SCLIAR, 2000a:27)

Escritor prolífico, com um número significativo de livros publicados, sua obra figura entre as mais importantes da literatura brasileira contemporânea. As publicações iniciais de Moacyr Scliar ocorreram ainda na década de 1960, com o livro de contos *Histórias de um médico em formação*, quando o escritor se encontrava na casa dos vinte e cinco anos. Na década seguinte, surge a feição madura de sua obra, com a publicação do romance *A guerra no Bom Fim*, em 1972. É também na década de 70 que o escritor patenteia-se no cenário Porto Alegrense como a *persona* do contador de histórias.

Novelas consistentes surgem nesse período. Dentre aquelas que traduzem o microcosmo da capital gaúcha estão, além de *A guerra no Bom Fim* (1972), *O exército de um homem só* (1973), *Os deuses de Raquel* (1975), *O ciclo das águas* (1977), *Mês de cães danados* (1977), *Doutor Miragem* (1978) e *Os voluntários* (1979). Concordamos com Ana Cecília Agua de Melo, que identifica na ficção de Moacyr Scliar as imagens de uma cena inaugural: “a família reunida, no Bom Fim, com os amigos e vizinhos, para contar histórias de uma muito distante aldeia Russa” (AGUA DE MELO, 2004:1).

O romance *A Majestade do Xingu*, objeto do presente estudo, publicado em 1997, teve seu reconhecimento outorgado pelo Prêmio José Lins do Rego, da Academia Brasileira de Letras. Escolhemos, aliás, trabalhar com essa obra por ela dialogar, temática e estruturalmente, com os campos da Memória e da História, e também porque visa a resgatar a história da imigração judaica no país.

Além da temática judaica dominante em sua obra, Scliar explora outros temas, como, por exemplo, a Medicina, relatos bíblicos, a relação entre pais e filhos – relevante na literatura infanto-juvenil – a prostituição e a guerra. Quase todos esses temas são construídos ficcionalmente, à maneira da narrativa oral, a partir de uma linguagem simples e bem humorada que, num tom de conversa amena, capta a atenção do leitor desde as primeiras linhas.

O tema da Medicina, aliás, aparece nos seguintes ensaios: *Cenas médicas* (1987), *A Paixão transformada: História da Medicina na Literatura* (1996), *Oswaldo Cruz* (1996), *Meu Filho, o Doutor: Medicina e Judaísmo na História, na Literatura – e no Humor* (2000), *A face oculta. Inusitadas e reveladoras histórias da Medicina* (2001), *A linguagem médica* (2002), além de outros ensaios ligados, indiretamente ao tema,

como, por exemplo, *Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública* (1987) e *Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, o nascimento da ciência no Brasil* (2002).

Assim sendo, o romance *A Majestade do Xingu* é adequado para um estudo dessa natureza, pois encerra em si as intenções de Moacyr Scliar de atrelá-lo ao projeto literário pessoal que consiste na elaboração estética de biografias ficcionais de médicos no Brasil. Vale lembrar que dois profissionais da Medicina já estão retratados em ficção: Oswaldo Cruz, no romance *Sonhos tropicais* (1992), que foi objeto de adaptação para o cinema, feita pelo cineasta André Sturm (2001), e Noel Nutels, protagonista do romance *A Majestade do Xingu* (1997). Ressaltamos, porém, que nosso estudo, em primeiro lugar, visa a focar os elementos constitutivos do texto literário, entre outros, a instância do narrador, as estratégias discursivas, e sua relação com a Memória e a História.

O tema do Judaísmo, além das obras de ficção, mereceu destaque também nos seguintes ensaios de Scliar: *A condição judaica. Das tábuas da lei à mesa de cozinha* (1985), *Caminhos da esperança. A presença judaica no Rio Grande do Sul* (1990), *Judaísmo: dispersão e unidade* (2001). Há também outro ensaio ligado a esse tema – “Memórias Judaicas”, que Scliar publicou em 2000, juntamente com um ensaio de Márcio Souza, resultando na obra *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*.

Nos textos ficcionais, em geral, Moacyr Scliar vale-se da memória que passa a alimentar a construção da narrativa, utilizando os mais diversos recursos literários para estruturá-la. A ironia, o humor, a intertextualidade, a polifonia são marcadores discursivos de que o autor lança mão para trazer aos romances elementos extra-literários, caracterizando o seu estilo próprio.

No romance *A Majestade do Xingu*, a intertextualidade está presente e se desdobra na polifonia quando, por exemplo, revela o lema *no pasarán* dos defensores de Madri frente ao sítio da cidade, por tropas do General Franco, durante a Guerra Civil Espanhola, num contexto que nada tem a ver com o conflito na Península Ibérica, ou, ainda, quando “ouvimos” a voz de Budyonny<sup>1</sup>, o comandante das tropas russas da

---

<sup>1</sup> Semyon Budyonny ou Semyon Mikhailovich Budennyi (1883-1973), personagem histórico que comandou a Primeira Cavalaria de Cossacos na ofensiva contra os poloneses em abril de 1920. Ocupou a cidadezinha, para alívio da população que acreditava estar vivendo o início de um novo *pogrom*. Os *pogroms* eram ataques organizados a judeus ou a aldeias de judeus, oriundos de ressentimentos

Primeira Cavalaria de cossacos, frente aos inimigos poloneses gritar “fogo!”. Esses são alguns dos recursos literários utilizados pelo autor, que serão abordados no presente estudo. Vale ressaltar que entendemos por polifonia a manifestação de diversas vozes em um mesmo texto, que acabam, na verdade, gerando outros textos que se entrecruzam no tempo e no espaço, trazendo, desse modo, um discurso polifônico e, por intertextualidade, a manifestação de diversos textos que se cruzam em uma matéria narrativa, tendo sido apropriados pelo autor desse texto para manifestar uma outra realidade (cf. BLIKSTEIN, 1994:45). Quer dizer, a intertextualidade se presta à matéria narrativa trazendo outras questões a ela, isto é, o autor de um texto ficcional, pode, por exemplo, apropriar-se do discurso histórico ou de parte dele para apresentar uma outra realidade ou uma outra “verdade” histórica. Segundo Linda Hutcheon (1991), nos textos pós-modernos isso se dá de diversas formas, sendo muito utilizados os recursos da paródia, por exemplo. Esses aspectos serão tratados mais detalhadamente no capítulo II desse estudo.

Assim sendo, nosso objetivo geral volta-se para a análise e interpretação do texto literário, buscando compreender o modo como se relacionam memória e narrativa no romance *A Majestade do Xingu*, e como essas manifestações textuais estão ligadas à Ficção e à História, e essas, por sua vez, ao processo de imigração judaica no Brasil.

Vemos, ainda, que estudar a obra *A Majestade do Xingu* pela confluência entre memória e narrativa torna possível, dentre outros aspectos, analisar as diversas ocorrências textuais investidas pelo autor na construção do texto, bem como refletir sobre a constituição do narrador que se apresenta como aquele da tradição, especialmente como aquele da tradição judaica.

Além disso, é possível identificar e analisar os aspectos culturais da imigração judaica no Brasil, tendo como microcosmo o Bairro do Bom Retiro em São Paulo. Nesse sentido, um estudo da relação entre memória e narrativa possibilita, ainda, aprofundar o estudo sobre narrativa ficcional e narrativa histórica que, em Moacyr Scliar, adquire um caráter especial ou um compromisso ético, isto é, à medida que o autor busca reescrever o passado, embasando-se em pesquisas históricas e literárias.

Verificamos, em nossas pesquisas iniciais, a existência de alguns estudos sobre o romance. Em geral, esses estudos abordam temas distantes do nosso, o que, sem dúvida,

---

econômicos e inspirados no anti-semitismo cristão, tolerados pelo governo czarista. (cf. CORNELSEN, 2003:7)

aponta para a relevância de nossa contribuição. Por sua vez, a fortuna crítica que se aproxima do tema aqui proposto centra-se nos seguintes textos: “Navio de imigrantes, identidades negociadas” (2002), de Maria Zilda Cury, um ensaio comparativo de alguns quadros de Lasar Segall (1891-1957) e passagens de *A Majestade do Xingu*, no qual a autora também aborda o tema da imigração judaica; “A Majestade do Xingu” (2004), texto de Luis Augusto Fischer, que lida com o narrador, para isso, embasando-se nas teorias de Walter Benjamin; o texto “Xingu: um Bom Retiro” (2003), de Berta Waldman, no qual a autora ressalta a engenhosidade do romance de Scliar, sobretudo em relação às estratégias literárias implicadas na construção de uma biografia ficcional de Noel Nutels; e, por fim, os ensaios “Do *shtetl* ao Xingu: imigração judaica, em Moacyr Scliar” (2002) e “O *shtetl* e seus sapateiros” (2002), ambos de autoria de Elcio Cornelsen, em que o autor aborda, de forma mais aproximada, aquilo que aqui tentamos desenvolver em nosso estudo, isto é, discutir a confluência entre a memória, a narrativa e a História, especialmente a história da imigração judaica no Brasil.

Nesse sentido, o trabalho de investigação do *corpus* volta-se para a memória, como mola propulsora da narrativa, para a História, como ancoragem dos fatos históricos do enredo e, mais especificamente, para o narrador, quer dizer, para a constituição do narrador e suas características, e o modo como ele conta a história. Para tanto, valemo-nos dos pressupostos teóricos de Jacques Le Goff (2003), Benedito Nunes (1988), Walter Benjamin (1993) e Silviano Santiago (1989).

O estudo literário acerca da memória evoca, quase sempre, traços e questões da memória histórica e social. Esses traços vêm, muitas vezes, marcados pela ironia, pelo humor, pela paródia e pela intertextualidade presentes no texto literário. Esses recursos merecerão destaque também em nosso estudo, sobretudo com base em Mikhail Bakhtin, especialmente a obra *Problemas da Poética de Dostoievski* (1997), e em trabalhos de estudiosos desse teórico da linguagem, a saber, Diana Luz Pessoa de Barros (1994), José Luiz Fiorin (1994), Beth Brait (1997), Solange Jobim e Souza (1997) e Irene Machado (1995), entre outros. Em relação aos aspectos irônicos, parodísticos e intertextuais a serem analisados, identificamos na teoria de Linda Hutcheon (1991) os fundamentos que sustentariam nossas reflexões.

No intuito de delimitarmos nosso entendimento do conceito de “Narrativa”, que norteará o desenvolvimento do presente estudo, associado aos conceitos de “Memória”

e “História”, relevamos, primeiramente, as seguintes considerações: a narrativa, concebida como elemento estruturador da memória, floresceu ligada à interpretação que o homem faz da realidade em que vive ou do lugar que ocupa em uma dada sociedade. Ela figurou ainda, como espaço de representação de uma realidade, concebida em forma de ritual.

Isso posto, observa-se que ela nasceu com um caráter artesanal, porque foi organizada por um determinado sujeito que tinha por função traduzir uma realidade vivida por um herói ou um determinado povo, expondo-a de modo que houvesse a sua repetição. Ou seja, era preciso contá-la em forma de ritual, para que todos os ouvintes pudessem apreendê-la e conservá-la na memória, possibilitando, assim, o perpetuar da tradição. A narrativa, então, concebida como manifestação primeira do real, possibilita ao homem voltar às origens, explicar o passado.

Coube à narrativa estabelecer a aproximação dos homens com seus antepassados históricos. Cabe lembrar também o efeito benéfico que a narrativa propicia. Isso era muito relevante no mundo do *shtetl*. O rabino, como representante da memória viva, era a pessoa que trazia aos devotos o conhecimento do passado por meio de suas narrativas e possibilitava a eles a esperança de um futuro melhor. Nesse contexto, atentaremos para os registros de Moacyr Scliar (2001d) e de Jacó Guinsburg (1996) sobre o Hassidismo na Europa Oriental, no século XVIII.

Assim, o efeito benéfico que a narrativa provocava nos ouvintes favorecia a troca de experiências e o encontro daquele que narrava consigo mesmo e com os outros. Ao narrador, portanto, coube o papel de aproximar os indivíduos e as coisas existentes no mundo. Tais elementos identificam a narrativa com o mito, não se fazendo, ainda, uma distinção entre narrativa histórica e narrativa ficcional. Isso se dá pelo fato de que tanto os grandes vultos da História, como também os deuses e demônios criados pela imaginação do homem têm o mesmo *status* nos registros historiográficos até o século XVII, quando os pesquisadores começam a delinear uma distinção entre História-arte e História-ciência.

Em nosso estudo, a narrativa será abordada das duas formas. Nesse sentido, o primeiro capítulo traz a abordagem teórica que o fundamenta. Serão apresentados os estudos de Jacques Le Goff em “Memória – História” (2003) sobre o conceito de memória e sua evolução ao longo dos séculos. Para ilustrar parte desse raciocínio, tomamos um exemplo de Claude Lévi-Strauss (1966) que conta a história narrada por

um índio Cuna, do Panamá. Traremos também os conceitos de Benedito Nunes apresentados no ensaio “Narrativa histórica e narrativa ficcional” (1988), sobre a distinção que esse crítico faz entre História-arte e História-ciência, bem como as teorias de Walter Benjamin, entre outros, no ensaio “Experiência e Pobreza” (1931), ou ainda as considerações de Silviano Santiago no texto “O narrador pós-moderno” (1983), de Bella Josef no estudo sobre “O resgate da memória na literatura contemporânea” (1991), de Jeanne Marie Gagnebin na obra *História e Narração em Walter Benjamin* (1999). Em um tópico desse capítulo, apresentaremos também a confluência entre as idéias sobre a narrativa e o narrador de Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin.

Ainda no primeiro capítulo, serão apresentados também os elementos que caracterizam a evolução social da memória, bem como o significado da memória para o Judaísmo.

Desse modo, para contextualizar a história da imigração judaica no Brasil, elegemos alguns estudiosos do tema, entre os quais se destacam Boris Fausto e sua obra *Negócios e ócios* (2000), Jeffrey Lesser e a obra *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito* (1995), e Moacyr Scliar com suas obras *Judaísmo: dispersão e unidade* (2001d) e “Memórias Judaicas” (2000a), texto publicado no livro *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*. Além disso, serão considerados, para esse fim, também os estudos a respeito da fortuna crítica, mencionada anteriormente, que se aproxima do tema aqui proposto.

Inúmeras hipóteses surgiram quando iniciamos os estudos sobre *A Majestade do Xingu*. Em uma das releituras do romance, inquietou-nos uma reflexão do narrador sobre si mesmo, logo no início do texto. Ele conta a seu suposto interlocutor – o médico – sobre a morte de Noel Nutels, o médico dos Índios do Xingu, e das visitas que ele (Noel) recebera de generais no hospital. Comenta, ainda, que, mesmo doente, Noel mantinha o senso de humor. Assim, quando fora indagado como se sentia naquele momento, Noel afirmara estar como o Brasil, “na merda e cercado de generais” (SCLIAR, 2001a: 8). Essa comparação em forma de reflexão é estendida para si próprio – como paciente terminal –, e sua voz enche os ouvidos do leitor: “Na merda e cercado de generais. Não é o meu caso doutor. Não estou na merda” (SCLIAR, 2001a:8).

O emprego da primeira pessoa na comparação com Noel Nutels levou-nos à hipótese inicial do estudo: o romance *A Majestade do Xingu* é um autêntico livro do

narrador. A epiderme do texto sinaliza para o segundo texto, enunciado nas falas desse narrador.

Nas primeiras leituras, concordamos que a narrativa trata da vida de Noel Nutels, o médico judeu que dedicara parte de sua vida aos índios do Xingu. Concordamos, principalmente, porque, no romance, Moacyr Scliar retrata toda a vida do médico que viera para o Brasil ainda criança e se tornara mais brasileiro que muitos de nós, indo cuidar dos índios na selva amazônica. Porém, analisando atentamente o romance, vimos a narrativa fluir pela voz de um narrador experiente, apresentado, como num jogo de espelhos, pelo reflexo da figura de Noel Nutels, e narrando as suas experiências de viajante, de homem comum, mostrando-se sujeito da história, mas que não deixa de ser um sujeito “assujeitado” pelo próprio discurso. Vale destacar que o “assujeitamento” do narrador se dá porque sua narrativa reproduz marcas das ideologias vigentes no contexto em que ele está – ou esteve – inserido e que o dominam. Quer dizer, de alguma forma esse narrador acreditava merecer o sofrimento pelo qual estava passando. Assim, ele poderia modificar a sua realidade enquanto sujeito da história, mas está preso ao passado e ao mundo do *shtetl* e por isso a sua história não o ajuda. Isto é, esse narrador simula um narrador da tradição e dela se aproxima, porque permanece o gesto de “contar histórias”, porém, isso não se converte em sabedoria. As suas histórias em nada modificam a sua vida. Ele deveria acreditar em si mesmo como sujeito da sua história e não acreditou. É nesse sentido que se torna um sujeito “assujeitado” pelos discursos vigentes.

O comportamento dos dois protagonistas – Noel Nutels e o narrador-personagem – é, sem dúvida, um elemento constitutivo do romance que merece toda a atenção. Noel é ativo, dinâmico, atuante, o que faz com que, provavelmente, não tenha tempo para redigir histórias. Isso é feito pelo narrador, que, atrás do balcão de sua “lojinha” no Bairro do Bom Retiro em São Paulo – A Majestade –, torna-se habilitado a ruminar todos os acontecimentos e tornar-se contador de histórias. E assim acontece, e o leitor passa a ser ouvinte de suas fabulações engenhosas, vendo-se em duas posições: ora ouvindo a história do narrador, que se volta para o passado a fim de rememorar sua infância e a viagem de imigração para o Brasil, ora observando a história contada. Dessa forma, discussões sociais, históricas ou ficcionais são apresentadas no texto a partir do olhar do narrador.

Por isso, dedicaremos o segundo capítulo de nosso estudo ao narrador. Nesse capítulo, apresentaremos o narrador em seu anonimato, isso porque não sabemos seu nome, escondido atrás do balcão da loja “A Majestade”, narrando a trajetória de imigrante judeu-russo vindo para o Brasil, em 1921, a bordo do navio *Madeira*, tendo por companheiros de viagem, além de seus familiares, Noel Nutels e a mãe, Berta Nutels. Deste modo, deveremos pensar a instância do narrador, tanto como instrumento de enunciação – a construção do foco narrativo propriamente dito –, quanto inserido no próprio enunciado: o personagem anônimo que narra, a partir da tradição judaica, tecendo, assim, a sua história pessoal de imigrante e, ao mesmo tempo, de Noel Nutels, amigo de infância, cuja trajetória ganha um rumo diferente daquele do narrador. Em nossas primeiras leituras do romance, observamos, também, como estão entrelaçadas as vidas dos dois meninos, o narrador e Noel, a forma de contar a história adotada pelo narrador, e os destinos que tomam cada um dos protagonistas da história.

Além disso, a narrativa, ancorada na memória e na História, faz emergir do estado limiar em que o narrador se encontra – vida e morte – as reminiscências da infância, e o cordão que o liga ao passado traz à tona as dificuldades vividas, na Europa, pelo povo judeu no final do século XIX e início do XX. Desse modo, o discurso literário ganha força e também um caráter de “verdade total”, pois somente o homem que se encontra cara a cara com a morte pode contar uma história capaz de permutar experiências.

Por sua vez, o terceiro e último capítulo do presente estudo tratará da análise dos aspectos mais relevantes do romance em relação ao tema proposto, no intuito de analisar as diversas ocorrências textuais nas quais se estabelece o relacionamento entre o mundo ficcional e sua referencialidade extra-literária. Entre outros, destacaremos nesse capítulo o *pogrom* como elemento estruturador da narrativa, pois está sempre presente na memória do narrador. Destacaremos também os recursos literários nos quais o autor investe para ancorar o texto no eixo da História, como, por exemplo, a citação de trechos do hino da Internacional Socialista, entoado pelos militantes comunistas no Bom Retiro, ou ainda a forma de aproximação de tempo e espaço por meio dos personagens, como é feito entre o Pajé da tribo e o rabino como representantes religiosos de suas respectivas comunidades. Traremos, ainda, nesse capítulo, uma reflexão sobre os tipos de profissões adotadas pelos imigrantes judeus quando chegaram ao Brasil, como, por exemplo, o *gravatnik* – palavra em Iídiche que significa “vendedor

de gravatas”. Ressaltaremos, ainda, o estado terminal do narrador, ao se dar conta da solidão que o encerra e a forma de recuperar o tempo perdido por meio da narrativa, bem como apresentaremos a loja “A Majestade”, como espaço do entrelugar da memória, de onde é tecido todo o enredo pelo narrador.

Por fim, teceremos as considerações finais, no intuito de construir um quadro conclusivo a partir dos resultados obtidos no desenvolvimento do presente estudo e apontados nos três capítulos que o compõem.

## CAPÍTULO I. – ONDE TERMINA A HISTÓRIA E COMEÇA A FICÇÃO?

A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças às suas semelhanças com as passadas. (Boncompagno de Signa)

### I.1. Memória e Tradição

O homem, como constante e contínuo inquiridor, sempre procurou explicar-se a si próprio. Suas origens, de onde veio, o que produziu, como produziu, sua razão de ser etc. são questões impostas a si, as quais sempre buscou responder. Nesse sentido, a memória torna-se de relevante importância para a explicação desses fenômenos, o que torna imprescindível o seu registro, quase sempre realizado pela linguagem. Desse modo, os mitos, as sagas e as lendas, evidentemente relacionadas ou originárias da tradição oral, e quase sempre contendo um núcleo histórico, representam a memória coletiva de uma dada comunidade lingüística e cultural, ou apenas um registro de memória, calcado na experiência individual, ou muitas vezes, reforçando uma ideologia, sendo essa, em muitos casos, elemento-índice de um passado distante.

Definida como a capacidade de fixar, reter, evocar e reconhecer impressões ou acontecimentos passados, a memória passa a ser um processo complexo, traduzida nos estudos contemporâneos pelos mais diversos prismas, como, por exemplo, lembranças, reminiscências, vestígios, restos, farrapos, experiências passadas, ou até mesmo por esquecimento, pois para lembrar é preciso, primeiro, esquecer. Nesse sentido, o entendimento de memória, tanto do ponto de vista histórico quanto ficcional, torna-se de substancial interesse para o desenvolvimento de estudos nos campos da Literatura e da História.

O historiador Jacques Le Goff observa em seu ensaio “Memória” que a retenção de informações passadas é armazenada, no homem, por um conjunto de funções psíquicas através das quais é possível atualizar essas informações. Nesse sentido, o processo da memória humana favorece a ordenação de vestígios e também a releitura desses vestígios na mente. Vestígios aqui são entendidos como os documentos-fonte-de-informação-do-passado, identificados pelo historiador por meio de um método de pesquisa, e são os elementos da rememoração e da lembrança propriamente ditos.

Para Le Goff, “os fenômenos da memória” resultam de sistemas dinâmicos de organização e são mantidos ou reconstituídos por esses sistemas. Os fenômenos alicerçam-se na memória e fundam-se na linguagem que, por sua vez, materializa-se na narrativa.

A narrativa apresenta, portanto, o lado social da memória e torna-se objeto de estudo de pesquisadores das ciências humanas e sociais, que, por sua vez, estabelecem a tônica de suas discussões nos aspectos de estruturação e auto-organização da memória, mantidos pelos sistemas dinâmicos.

Os estudos contemporâneos e a técnica têm favorecido consideravelmente o avanço das pesquisas que têm por objeto a memória nas mais diversas áreas de conhecimento. Le Goff cita como exemplo a cibernética, materializada pelos computadores com seus cérebros eletrônicos, e o código genético, trazendo em sua linguagem a memória hereditária.

Para Le Goff, estudar a memória social é uma forma importante de trazer à tona os problemas relativos ao tempo e à História, pois esses a levam ora à retração, ora ao transbordamento e, por isso, ele vê a necessidade de estudar a memória histórica, observando as diferenças entre as sociedades calcadas na memória oral e aquelas de memória essencialmente escrita, estabelecendo, ainda, a transição da oralidade à escrita.

A obra de Le Goff apresenta algumas formas de manifestação da memória nas sociedades, desde as comunidades ditas “selvagens”, que, segundo ele, são as de “memória étnica”, passando por aquelas em que é possível acompanhar o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita e da Pré-história à Antiguidade, como, também, aborda a evolução da memória medieval escrita, do século XVI até os nossos dias. Ao final dos estudos, o historiador apresenta uma reflexão teórica acerca da memória e da História, argumentando sobre a importância das pesquisas acerca da memória para os tempos contemporâneos.

De acordo com Le Goff, as sociedades sem escrita exerciam constantemente a atividade mnésica, pois a acumulação de elementos na memória é um componente da vida cotidiana. Mas observa, ainda, que esse exercício é também realizado pelas culturas ditas “escritas” e, por isso, lembra-nos que “a cultura dos homens sem escrita é diferente, mas não absolutamente diversa” (LE GOFF, 2003:424) das culturas gráficas,

e aponta os mitos de origem<sup>2</sup> como a explicação histórica para a existência das etnias ou das famílias como fundamento da memória coletiva das sociedades ágrafas.

Para o estudo da memória oral, tornam-se significativas as colocações de Nadel em relação aos Nupe da Nigéria. Segundo as observações desse autor, haveria dois "tipos" de história: a objetiva e a ideológica. A história objetiva seria “a série de fatos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios ‘objetivos’ universais no que respeita às suas relações e sucessão” (apud LE GOFF, 2003:424). A história ideológica, que Le Goff considera "memória coletiva", seria, para Nadel, a que descreve e ordena os fatos de acordo com certas tradições estabelecidas. Esta história tenderia a confundir a história com o mito, buscando explicar a origem das sociedades por meio de uma memória caracterizada por maior liberdade e criatividade. Esses elementos são encontrados na estrutura narrativa que, de fato, canta de forma mítica a tradição dos povos sem escrita.

Por sua vez, Claude Levi-Strauss narra um episódio semelhante no ensaio “A eficácia simbólica”. Trata-se da narrativa sobre a realização de um parto difícil, recolhido junto a um índio Cuna, habitante da República do Panamá. Após tentativas frustradas de realização do parto, a parteira solicita a intervenção do Xamã da tribo. Levi-Strauss relata que é rara a intervenção do feiticeiro, pois as mulheres indígenas da América Central e do Sul têm mais facilidade de dar à luz do que as mulheres da sociedade ocidental. O canto mostra então o diálogo entre a parteira e o xamã, a saída deste para a “choça” da parturiente, a chegada e o ritual de invocação aos espíritos protetores que se tornam assistentes do “médico”. No ritual, são queimadas favas de cacau, as divindades são invocadas e realiza-se a confecção das imagens sagradas ou *nuchu*, os espíritos protetores. A dificuldade em se realizar o parto centra-se no fato de que *Muu*, “potência responsável pela formação do feto”, vagina e útero, portanto, “ultrapassou suas atribuições” (LEVI-STRAUSS, 1966: 216), tornando-se o “dono” do *purba* ou “alma” da parturiente. O ritual do canto implica nessa busca do *purba* desaparecido, que só será resgatado após inúmeras peripécias, como “a demolição de obstáculos, vitória sobre animais ferozes e, finalmente, um grande torneio realizado pelo xamã e seus protetores contra *Muu* e suas filhas”, as *muugan*. O ritual simbólico é

---

<sup>2</sup> Um exemplo de mito de origem está no livro do Gênesis que narra uma parte da história do povo hebreu. Assim diz o relato bíblico: “O Senhor disse a Abraão: ‘Deixa tua terra, tua família e a casa de teu pai, e vai para a terra que eu te mostrar. Farei de ti uma grande nação; eu te abençoarei e exaltarei o teu nome, e tu serás uma fonte de bênçãos.’” (Gen.12. 1,2)

realizado até que a paciente consiga expulsar o bebê, livrando-se das dores e dos espíritos malignos que a possuíam. Levi-Strauss observa que as ações das personagens são várias vezes repetidas durante o canto, exatamente para que a doente pudesse sentir os espíritos benfazejos fazendo a intervenção e libertando-a do sofrimento. Ele explica, ainda, que esse caráter estilístico é usual entre os índios Cuna, e o mesmo se explica pela necessidade de os povos limitados à tradição oral fixarem na memória aquilo que foi dito. A narrativa adquire, desse modo, um caráter de cura, de remédio<sup>3</sup> para livrar a alma da parturiente dos espíritos malignos. É a eficácia simbólica, de caráter intencional, pois a narrativa tenciona as dores da mulher, fazendo-a sentir a intervenção dos ajudantes do xamã, sendo esses, inexistentes. Ela torna-se, desse modo, um saber prático, pois modifica uma realidade e salva a parturiente da morte.

Essa história confirma as observações de Le Goff acerca da valorização da memória coletiva nas sociedades sem escrita. Segundo ele, para resguardar-se do esquecimento, os saberes práticos, técnicos e profissionais nessas comunidades eram ensinados e conservados por seus membros, a fim de se preservar o passado e a tradição.

Outro fator de cuidado para com a memória se revela em relação aos ancestrais da tribo, cuja memória é resguardada nos nomes próprios. Em muitos países, nomes de infantes são escolhidos em função da veneração que a comunidade tem para com um determinado ancestre<sup>4</sup>. Le Goff cita, por exemplo, o Congo, país da África Central, onde a criança recebe dois nomes. O primeiro é ditado pelo clã assim que nasce, e o segundo, oficial, suplanta o primeiro e resgata a memória de um antepassado ancestral, objeto de veneração da comunidade.

---

<sup>3</sup> Em outro texto, *A Farmácia de Platão*, Jacques Derrida também aborda a narrativa como remédio, ou veneno. No texto, afirma Derrida, Sócrates compara os textos escritos que trouxe consigo no passeio que faz com Fedro, junto às margens do Rio Ilissos, a uma droga, o *phármakon*. Nas palavras de Derrida: “Esse *phármakon*, essa ‘Medicina’, esse filtro, ao mesmo tempo remédio e veneno, já se introduz no corpo do discurso com toda a sua ambivalência. Esse encanto, essa virtude de fascinação, essa potência de feitiço podem ser – alternada ou simultaneamente – benéficas e maléficas. [...] Operando por sedução, o *phármakon* faz sair dos rumos e das leis gerais, naturais ou habituais” (1999:14). A narrativa nas sociedades sem escrita tem também esse caráter, conforme apresentou Levi-Strauss.

<sup>4</sup> Esse fato ainda é recorrente nas sociedades religiosas. Os judeus, especialmente, atribuem a seus filhos um segundo nome bíblico, o que é revelado ao menino na cerimônia do *Bar-Mitzvá*, quando alcança a sua maioria religiosa e, conseqüente, maturidade para entender a tradição. Nas famílias evangélicas, os pais, em geral, colocam em seus filhos nomes de patriarcas bíblicos e personagens históricos, como: Abraão, Isaac, Jacó, Jonas, Joel, Ezequiel, Eliezer, entre outros.

Outra característica das sociedades ágrafas é a existência dos especialistas da memória. Neles, são encontrados dois tipos: de um lado, têm-se os homens-memória, guardiões dos códices reais ou historiadores da Corte. É na memória desses homens que estão asseguradas a história ideológica e objetiva; de outro, chefes de família idosos e sacerdotes que têm o papel de manter a unidade do grupo. Os homens-memória não “arquivam” a história “palavra a palavra”. Não é exigida deles a memorização mecânica, o que lhes concede certa liberdade de criação e recriação dos textos, e é isso que os diferencia dos mestres-escolas, logicamente esses últimos vão surgir com o aparecimento da escrita. Desse modo, Le Goff observa ser rara a constatação da existência de “procedimentos mnemotécnicos” nas sociedades sem escrita. Vale observar que nessas comunidades cabe à narrativa o importante papel de rememoração dos acontecimentos. Ela é realizada com liberdade inventiva, ou seja, passível de recriação. Portanto, cabe à narrativa a dimensão configurante da história, tanto em termos de trama como em cronologia. Tudo isso concede à memória um caráter especial: o de resguardar o passado nos homens-memória, membros da comunidade que “arquivam” os segredos e costumes da sociedade a que pertencem. Portanto, eles não negligenciam a memória, nem diminuem os seus espaços físicos.

Oriunda de três grandes fontes, a memória coletiva estaria, então, resguardada nos mitos de origem das sociedades primitivas, no prestígio das famílias dominantes que, por sua vez, justificam o domínio pela ordem genealógica, e no saber técnico, transmitido por fórmulas práticas ligadas ao pensamento mágico religioso.

Entretanto, a escrita muda todo o cenário desse ambiente. Segundo Le Goff, a memória coletiva “sofre um duplo progresso” ou “o desenvolvimento de duas formas de memória” (LE GOFF, 2003:427) que são a comemoração, isto é, a celebração de um acontecimento memorável, e o registro escrito traduzido em documento que carrega consigo o caráter de monumento. Para ele, como documento, a escrita tem duas funções principais, quais sejam: o armazenamento de informações, elemento que possibilita a comunicação através do tempo e do espaço, sendo então um marco histórico, “memorização e registro”, e também visa a “assegurar a passagem da esfera auditiva à visual” (LE GOFF, 2003:429), possibilitando, dessa forma, o reexame dos fatos registrados. Desse modo, os registros gráficos vão aproximar memória e História, porque a escrita assume a forma de inscrição. Le Goff emprega inscrição numa

perspectiva ampla, citando as runas, as epígrafias turca, fenícia, hebraica, iraniana, árabe, dentre outras variedades heterogêneas.

Mas o fulgor das inscrições deu-se nas culturas grega e latina do mundo antigo. Elas são encontradas em cemitérios, templos, praças, avenidas, ao longo das estradas, levando esses povos (gregos e romanos) às lembranças dos feitos memoráveis e, conseqüentemente, à comemoração. Entretanto, ressalta o historiador, esses aspectos estão ligados à transformação das sociedades e ao desenvolvimento urbano. Portanto, o registro da memória coletiva nas sociedades nascentes está centrado naquilo que a caracteriza ou que a constitui como nova, sendo feito de forma seletiva.

Desse modo, as cerimônias religiosas, os atos financeiros, as dedicatórias, as genealogias, o calendário, tudo o que nas novas estruturas das cidades não é fixável na memória de modo completo, nem em cadeias de gestos, nem em produtos (cf. LE GOFF, 2003:429-430) são tornados monumentos a se comemorarem, a serem lembrados, transformando-se numa marca para as comunidades antigas. Nessa fase histórica, a memória está a serviço das classes dominantes ou dos governos.

A transformação efetiva do oral para o escrito tem lugar com a instalação do poder monárquico. Segundo o historiador, a expansão das listas lexicais que convergiam para a memorização de nomes e coisas, configurando o pensamento de que nomear é conhecer, não simboliza apenas uma nova organização do saber, “mas um aspecto da organização de um poder novo” (LE GOFF, 2003:432). Os gregos, por exemplo, são os povos que traduzem essa realização. Para Le Goff, é na sociedade grega que percebe-se, de forma clara, a evolução para uma história da memória coletiva, e o historiador afirma também que nos poemas homéricos há um eco das listas lexicais.

Nesse sentido, a memória deixa de ser um exercício individual, do “homem-memória”, pois se distingue do hábito e passa a ser uma criação. Só é possível criar quando há esquecimento, pois ele permite um exercício de memória que possibilita o preenchimento dos vazios, das falhas promovidas pelo tempo na mente humana. Nesse sentido, o poeta é tido como um adivinho, aquele por quem Mnemosine tem afeição, pois é quem resguarda o passado do esquecimento. E assim, com o registro gráfico, a memória torna-se História e representa para o grupo social a conquista do seu passado coletivo.

A maneira como se dá o processo de mudança da memória oral para a memória escrita é difícil de compreender, afirma Le Goff, mas é passível de reconstituição, pois o *mnemon*<sup>5</sup>, instituído como função social da memória na Grécia arcaica, ajuda a compreender essa passagem. Cabe ao *mnemon* guardar as lembranças do passado, sendo, em algumas situações, o juiz que deve estabelecer uma sentença. O *schochet* ou *Shoichet* (“magarefe”, em Hebraico) das comunidades judaicas, por exemplo, pode ser considerado uma espécie de *mnemon*. Segundo Moacyr Scliar, o *Shoichet* é o encarregado de realizar o abate ritual de animais e aves, prescrito pelas leis dietéticas para que a carne seja considerada *Kosher*, apropriada para consumo (SCLIAR, 2000b: 130). Ele representa, na aparência, a tradição que cultua, pois, em geral, tem uma longa barba, e na cultura, pois é o realizador de um ritual que torna a carne de animais e aves pura para o consumo. Em algumas situações, ele também faz as vezes do *mohel*, circuncidando os pequenos infantes. Isso aconteceu, por exemplo, nas colônias judaicas do Rio Grande do Sul.

O exemplo acima aponta para o fato de que a religião é outra forma de se resguardar a memória. O Judaísmo e o Catolicismo são ricos nesse sentido. Estas religiões adotam vários artifícios de memorização como os ritos de lembrança, a liturgia celebrada nos cultos e o culto à memória dos mortos ou de seus antepassados, no caso dos patriarcas judeus. Nessas religiões, a comemoração e a lembrança são eventos de memória que permitem reviver os tempos passados, os quais são possíveis de se refazer graças à narrativa. Desse modo, a religião torna-se uma forma singular de se manter a memória nas comunidades antigas.

No século XVIII, por exemplo, nasceu na Europa oriental um movimento religioso, de orientação mística, cuja expressão de culto se dava por meio do canto, da

---

<sup>5</sup> *Mnemon*: o mesmo que memória, adquire, porém, no direito grego, um caráter social; é designado a algum cidadão grego o título do *Mnemon* em determinada situação, a ele é dado um objeto que valida seu papel de *Mnemon*, podendo ser uma moeda ou qualquer outro objeto. “Por exemplo: Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda ‘em vista de lembranças e de testemunhos’. Mas pode ser também uma função durável. O aparecimento destes funcionários da memória lembra os fenômenos que já evocamos: a relação com o mito, com a urbanização. Na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Os *mnemones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas ‘memórias vivas’ transformam-se em arquivistas” (LE GOFF, 2003:432-433).

dança e em manifestações de alegria. É o denominado Hassidismo<sup>6</sup>, fundado pelo rabi Israel Ben Eliezer (1700-1760), chamado de *Baal Shem-Tov* (“Mestre do Bom Nome”). A ausência de leitura do texto sagrado nos cultos ocorria em função de haver entre os fiéis um número considerado de iletrados. Segundo Moacyr Scliar (2001d:84), esse movimento era e é “de forte apelo emocional” e se espalhou pela Europa Oriental e América, influenciando, inclusive, a juventude norte-americana e gerando a denominada sabedoria hassídica, que influenciou pensadores e ficcionistas de renome como Martin Buber (1878-1965) e Isaac Bashevis Singer (1904-1991) na criação de suas histórias.

O Hassidismo desenvolveu-se na língua popular judaica do Leste europeu, o Iídiche e, segundo Jacó Guinsburg, a enriqueceu de forma extraordinária “quer no plano idiomático, quer no literário, preparando-a de certo modo para a exploração artística moderna” (GUINSBURG, 1996:73). O movimento hassídico, além de assegurar a unidade do povo hebreu em território alheio, especialmente no Leste europeu, berço do movimento, contribuiu para a ampliação do idioma, dando-lhe “uma rica literatura de preces, parábolas e canções”, como também assegurando a tradição dos rabis<sup>7</sup>, pois foram registrados “ditos e relatos que condensam as maravilhas e os ensinamentos do mestre hassídico mais na figura poética, na ponta arguta, na sugestão do exemplo, do que na lição conceitual, na exposição discursiva” (GUINSBURG, 1996:73). É importante ressaltar, ainda, que as histórias contadas pelos rabis não eram escritas por eles, mas improvisadas diante de seus seguidores e expressas oralmente.

Na literatura, porém, “a oralidade continua ao lado da escrita e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval” (LE GOFF, 2003:445). Nas canções de gesta, por exemplo, trovador, jogral e ouvintes apelavam a processos de memória a fim de registrar as canções, o que deixa claro que a memória coletiva é compartilhada, grupal e faz parte da vida concreta das comunidades.

---

<sup>6</sup> Moacyr Scliar grafava essa palavra com “ch” inicial. Segundo ele, essa expressão é oriunda de *Chassid*, que quer dizer “sagrado” (SCLIAR, 2001 d:84).

<sup>7</sup> *Rabi*: o mesmo que “meu mestre”. A tradição dos rabis se deu após a segunda destruição do Templo, no ano 70 da E.C. Até essa época Jerusalém era o centro espiritual do Judaísmo. Entretanto, em virtude da destruição e da diáspora, que se deu mais efetivamente no século V, quando a vida dos hebreus entra em declínio em sua pátria, Iochanan ben Zacai, um velho professor, mestre dos ensinamentos hebraicos, recebeu permissão do governo romano para estabelecer uma academia em Iavné, cidade litorânea próxima a Jafa, e legou aos judeus uma importante tradição: a certeza de que o Judaísmo não dependia do Templo, mas da preservação da religiosidade, ou seja, de manter-se fiel aos preceitos religiosos, do arrependimento e das boas ações. A escola de Iavné gerou o Judaísmo rabínico que iria regular, definir e manter coeso um povo disperso a leste e a oeste, por toda parte, por mais de dezessete séculos (cf. GOLDBERG, 1989: 99-100).

Embora o surgimento da escrita tenha trazido muitos avanços, é somente no ano de 1235 que se encontra o registro daquilo que seria uma primeira definição de memória. Segundo Le Goff, é no tratado de *Rhetorica novíssima*, composto por Boncompagno da Signa que esse conceito aparece. No tratado, a memória é atribuída a um dom da natureza, por meio da qual o homem pode evocar as coisas passadas, podendo ainda, por meio dessa evocação, compreender as presentes e contemplar as futuras, porque são todas semelhantes. Surgem também nesse tempo os conceitos de memória natural e memória artificial, destacando-se para essa última ‘sinais de memória’ tirados da Bíblia, como, por exemplo, o canto do galo<sup>8</sup> para São Pedro.

Há, assim, uma lista de tratados sobre memória redigidos na Idade Média, que foram muito difundidos. Entretanto, com o aparecimento da imprensa no Renascimento esse quadro se transforma, pois ela irá colocar o leitor frente a uma gama significativa de novos textos, como também oferecerá textos novos, que impossibilitam a memorização, visto que são muitos. Isso muda o cenário ambiental e sociológico da memória coletiva, pois ainda que houvesse um amplo registro dos eventos sociais e históricos na Antiguidade e na Idade Média, não se distinguia quais se originavam da oralidade e quais vieram da escrita. Desse modo, a memória individual se exterioriza e inicia-se um novo tempo em que a arte da memória entra em declínio.

Surgem, assim, as enciclopédias e os dicionários. O conhecimento se expande e exterioriza-se, alargando a memória coletiva, e, por ironia, esse movimento leva-a à fragmentação. Para Le Goff, a segunda metade do século XVIII é espetacular para a literatura técnica, e o dicionário constitui uma forma muito evoluída de memória exterior, mas é também um lugar onde o pensamento se encontra em fragmentos até ao infinito. Ironicamente, esse século promove também uma inversão de valores que irá contribuir significativamente para a perda da memória individual. Há um brusco afastamento da memória dos mortos. “Enquanto que os vivos podem dispor de uma memória técnica, científica e intelectual cada vez mais rica, a memória parece afastar-se dos mortos” (LE GOFF, 2003:456). Desaparece a preocupação com inscrições e

---

<sup>8</sup> Os Evangelhos de Lucas 22, 34; Mateus 26,30-35; Marcos 14,26-31 e João 13,36ss trazem a predição de Jesus a Pedro sobre a negação deste a seu mestre após sua prisão. E no mesmo capítulo, os versículos 54-62 em Lucas; 69-75 em Mateus, 66-72 em Marcos e em João, capítulo 18, vers.13-27 falam da negação de Pedro: “E no mesmo instante, quando ainda falava (negava pela terceira vez a Cristo), cantou o galo. Voltando-se o Senhor, olhou para Pedro. Então Pedro se lembrou da palavra do Senhor: ‘Hoje, antes que o galo cante, negar-me-ás três vezes.’ Saiu dali e chorou amargamente.” (Luc. 22, 60-62)

registros em túmulos. Esses, por sua vez, tornam-se simples; as sepulturas e cemitérios são abandonados e o pensamento renascentista quer eliminar a morte.

Esse quadro tende a mudar depois da Revolução Francesa. Os túmulos voltam a serem visitados, tornando-se, outra vez, centros de lembranças, e ressurgem as inscrições em lápides. Tudo isso é acentuado pelos artistas românticos. Desse modo, no século XIX eclode o espírito comemorativo e o coloca, não na ordem da razão, como era no século anterior, mas na do sentimento, da educação e em favor da verdade. Surge, assim, uma nova tradição: a de comemorar feitos históricos, datas nas quais circunscrevem atos revolucionários, como, na França, o 14 de julho ou o 10 de agosto, dia da queda da monarquia. A evolução social e histórica leva ao aparecimento dos inúmeros espaços de memória: alguns simbólicos, como datas comemorativas e festas nacionais, outros, ilustrativos ou “instrumentos de suporte” (LE GOFF, 2003:458) como moedas, medalhas, selos de correio, depósitos centrais de arquivos, arquivos secretos e museus abertos ao público, coincidindo com a abertura de bibliotecas públicas. Enfim, são criados espaços de memória, sendo esses amplamente divulgados e visitados pelo público comum.

Outrossim, dois eventos significativos da memória coletiva surgem no fim do século XIX e início do XX. O primeiro refere-se à construção de monumentos aos mortos, que aparecem após a Primeira Guerra Mundial. Segundo Le Goff: “A comemoração funerária encontra aí um desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato” (LE GOFF, 2003:460). Quanto ao segundo evento, trata-se da invenção da fotografia, que revoluciona a memória. Com a máquina, a memória ganha uma precisão e objetividade inéditas, “permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003:460).

É interessante observar que a memória hebraica representa uma exceção em relação ao culto aos mortos. Denominados o “povo da memória” por Jacques Le Goff, nas suas palavras: “o povo hebreu é o povo da memória por excelência” (LE GOFF, 2003:439), os judeus revivem a memória de seus antepassados por meio de rituais da tradição e datas comemorativas, sem, contudo, apegar-se a bens materiais. Entretanto, é

o relato bíblico que mantém a unidade do povo judeu e é também a *Torá*<sup>9</sup>, o principal elo de ligação entre as gerações antigas e as novas.

Em *Negócios e Ócios* (2000), obra do historiador e cientista político Boris Fausto, nomeada por ele como ego-história, pois volta seu olhar para o passado e busca resgatar a saga particular de sua família, há um episódio em que o autor narra a morte do avô. O velho judeu morrera em consequência de uma parada cardíaca, quando fazia uma viagem à Alemanha, onde fora para comercializar mercadorias na feira alemã de Leipzig. Boris Fausto conta que a família de seu avô paterno vivia em Korlufka, um povoado do ducado da Bukovina, no Império Austro-Húngaro. Os judeus habitantes dessas regiões viviam em precárias condições de vida. Segundo ele, eram numerosos e viviam intensamente a vida religiosa, tinham índices baixos de educação, sendo também muito pobres. Nesse cenário, os avós tocavam um pequeno comércio. Dadas as condições, não tinham como sobreviver apenas do parco comércio do povoado. Por isso, buscavam formas alternativas de sobrevivência. A morte e o enterro do avô são relatados de forma neutra:

Em uma dessas viagens, cruzaram (o avô e o sócio da loja) como sempre faziam a fronteira com a Alemanha, onde sempre exibiam seus documentos e obtinham autorização de passagem. Atravessaram de regresso, como tinham feito na ida, com uma única diferença: meu avô Boris seguira vivo e retornava morto, vítima de um ataque cardíaco. Seu sócio, ainda sob o impacto de uma morte súbita, decidira que não era possível voltar a Korlufka de mãos abanando, após ter enterrado meu avô em um canto qualquer (FAUSTO, 2000:50).

A vida prática ensinou os judeus a viverem na memória a lembrança e os ensinamentos de seus antepassados, sem, contudo, apegarem-se à matéria. Acostumados às mudanças constantes, pois a diáspora<sup>10</sup> se fez presente em várias fases da história do povo hebreu, a relação com a morte passa a ser encarada de forma natural e o corpo é considerado matéria perecível. O relato de Boris Fausto ratifica essa idéia.

Já em termos de avanços técnicos no século XIX, o advento da fotografia trouxe para a cena comum dos lares o álbum de família. Os retratos podem ser dispostos em ordem cronológica, permitindo a lembrança dos tempos passados com grande

---

<sup>9</sup> *Torá*: reunião dos cinco primeiros livros que compõem o Antigo Testamento: *Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio* (cf. SCLIAR, 2001 d:29).

<sup>10</sup> Diáspora ou *galut*: fase de dispersão dos judeus, ocorrida em razão do desaparecimento do Estado judeu no segundo século da Era Cristã (cf. SCLIAR, 2001 d:49-51).

objetividade. Os momentos que merecem ser recordados quase sempre são recortados pelo pai ou pela mãe de família. Le Goff apresenta nisso uma curiosidade: “o pai nem sempre é o retratista da família; a mãe o é muitas vezes. Devemos ver aí um vestígio da função feminina de conservação da lembrança ou, pelo contrário, uma conquista da memória do grupo pelo feminino?”<sup>11</sup> (LE GOFF, 2003:463).

A memória eletrônica, porém, irá promover outra revolução e o computador vem representar a forma mais compactada de recordação, podendo ser ilimitada. Le Goff afirma que, em comparação com a memória humana que é “instável e maleável”, a “das máquinas se impõe pela sua grande estabilidade, algo semelhante ao tipo de memória que representa o livro, mas combinada, no entanto, com uma facilidade de evocação até então desconhecida” (LE GOFF, 2003:463).

Desse modo, ao longo do avanço social, técnico e político das sociedades modernas, ora a memória coletiva está colocada como um instrumento de poder das classes governantes, ora é tomada pelo núcleo comum das sociedades que visa a resguardar seu passado coletivo em arquivos e monumentos ou em forma de festas comemorativas.

Numa avaliação final da evolução social e da memória, Le Goff afirma que: “Até aos nossos dias história e memória confundiram-se praticamente”, sendo que a História desenvolve-se, basicamente “sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização” (LE GOFF, 2003:467). Entretanto, a evolução dos tempos contemporâneos, que tem na sua essência eventos da mídia, faz com que a História caminhe sob a pressão das memórias coletivas. Por outro lado, retoma o historiador, os “verdadeiros lugares da história [...], os criadores e os denominadores da memória coletiva” (LE GOFF, 2003:467) não podem ser esquecidos. Ao contrário, devem ser estudados, pois cada um desses “espaços” a compreendem a seu modo.

Torna-se necessário, assim, que esses valores sejam conhecidos, a fim de que tenhamos um registro por meio do qual o passado possa ser resgatado, ou salvo, pois, como aponta Walter Benjamin, “[...] a felicidade capaz de suscitar nossa inveja está

---

<sup>11</sup> Essa curiosidade torna-se bastante significativa para o desenvolvimento do presente estudo. Moacyr Scliar relata no livro *Judaísmo: dispersão e unidade* (2001 d:12) que sua mãe teve grande influência em sua carreira de escritor, pois era uma grande contadora de histórias e comprava-lhe livros todas as vezes que recebia o salário de professora do Colégio Ídiche. O ambiente doméstico também o favoreceu muito, pois às tardes no bairro judeu de Porto Alegre, o Bom Fim, todos os imigrantes se reuniam nas calçadas das casas a fim de contar histórias e relembrar os tempos na Europa. Portanto, o espaço doméstico e a interferência da mãe na apresentação de leituras e histórias ao filho tornaram-se bastante significativos para o escritor.

toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. [...] a imagem da felicidade está indissoluvelmente ligada à salvação”. E ainda: “O passado traz consigo um índice misterioso que o impele à redenção” (BENJAMIN, 1993b:222-223). Para Benjamin, há ecos de vozes que emudeceram naquelas que escutamos, e que as gerações que nos precederam marcaram um encontro secreto com a nossa. Ao agir assim, ou seja, resgatando o passado das fendas da História, estaremos trabalhando para que a “memória coletiva sirva de libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003:471).

A partir do olhar que lançamos aos estudos sobre a memória, observamos que o fascínio diante do passado tem sido resgatado por memórias coletivas ou individuais e pela consciência cada vez maior de se resguardá-lo. Percebemos também que a volta a esse passado ou a retomada da História se faz, não para reconstruí-la, mas para recuperá-la como acervo cultural. É o que se constata, por exemplo, na literatura. Escritores de renome immortalizam personalidades e fatos históricos ou, ainda, comunidades e grupos específicos, resguardando-os do esquecimento. Um bom exemplo disso é o dos imigrantes estrangeiros.

Berta Waldman, em seu livro *Entre Passos e Rastros* (2003), cita alguns escritores brasileiros que fizeram esse resgate. Entre eles, figuram nomes como Antônio de Alcântara Machado, que redesenhou os passos dos imigrantes italianos na cidade de São Paulo, Lya Luft, que faz o registro da imigração alemã no Sul do país, Raduan Nassar, “que traz à sua *Lavoura Arcaica* um tom árabe”, e Milton Hatoum, “que trata de um certo Oriente em Manaus” (WALDMAN, 2003:103).

Nesse grupo de escritores, insere-se também Moacyr Scliar, que produz ficcionalmente registros de memória diferenciados. Por um lado, busca recuperar vozes esquecidas ou intencionalmente negligenciadas pela historiografia oficial – a dos oprimidos e das minorias étnicas, por exemplo, ajudando a compor uma nova tradição na literatura brasileira – a da imigração, pois incorpora em seus registros o componente judaico, ao traçar a saga de imigrantes judeus e de seus descendentes em várias obras. É o caso dos romances *A Guerra no Bom Fim* (1972), *O exército de um homem só* (1973) e *O Ciclo das Águas* (1977), para ficarmos em apenas três. Por outro lado, Scliar tematiza o universo e a memória da Medicina no Brasil, dado como um projeto literário do autor – ele próprio, médico sanitário – que retrata a atividade médica tanto em

livros de ficção como em ensaios, tornando bastante estreitos, em suas obras, os limites entre História e Ficção.

De acordo com a argumentação de Le Goff no ensaio “Memória”, mesmo tendo se distanciado em alguns momentos da História da humanidade, memória e narrativa têm relações bastante estreitas. O surgimento da imprensa no século XV trouxe a escrita, que se impôs com superioridade no processo de transmissão da memória e se transmutou em História, mas foi também a escrita que trouxe o distanciamento entre o passado e o presente, entre memória e tradição, como também o estreitamento entre ficção e realidade. A literatura de imigração judaica põe em cena esse estreitamento. Eliezer Levin (1930\*), Samuel Rawet (1929-1984) e Moacyr Scliar (1937\*) destacam-se como expoentes desses recursos no Brasil. Esses autores, apoiando-se na Memória e na História, na grande maioria de suas obras, usam recursos discursivos e estilísticos para “desconstruir” os discursos da História ou os cânones literários, trazendo, ainda, para seus textos, elementos culturais e burlescos, levando à paródia da realidade histórica e da narrativa já edificada. Ao analisar obras de autores americanos, Linda Hutcheon (1991) aponta esses recursos expressivos como expressão da literatura pós-moderna que funda uma outra realidade. Ela destaca, ainda, que a paródia torna-se, nesses textos, isto é, na ficção pós-moderna, uma espécie de discurso irônico que possibilita uma certa duplicidade contraditória, pois: “os intertextos da história assumem um *status* paralelo na reelaboração paródica do passado textual do ‘mundo’ e da literatura”. Hutcheon destaca ainda que: “a incorporação textual desses passados intertextuais como elemento estrutural constitutivo da ficção pós-modernista funciona como uma marcação formal da historicidade – tanto literária como ‘mundana’” (HUTCHEON, 1991:163). É por esse viés, ou seja, pela releitura da História e da Memória que pretendemos analisar as relações entre a narrativa ficcional e a narrativa histórica.

## **I.2. Narrativa ficcional e narrativa histórica: colunas de sustentação da memória**

“A memória é a fonte da ficção e da história” (1991:454). Essa afirmação de Bella Josef, ampliada da idéia de que “a fonte fundamental de toda reflexão é a

memória”, afiança a credibilidade do leitor se pensarmos no sujeito que faz o registro da História, ou seja, no historiador, que privilegia um ponto de vista na escritura do texto, que vem revestido da “verdade” dos fatos, isto é, faz referência à realidade concreta do passado. Os fatos, por sua vez, transformam-se em documentos e são o ponto de reflexão do sujeito escritor, isto é, do historiador, e permite, assim, um exercício de seleção e de esquecimento, portanto, um exercício de memória.

Outrossim, o escritor da ficção também expressa um registro. O texto que se configura por meio da pena do ficcionista também é extraído da memória. Mas, ao contrário do texto histórico que é fruto de uma investigação “objetiva” do passado, é o resultado da criação inventiva da linguagem, da liberdade de criação do escritor que, mesmo calcado na realidade objetiva da História, ou seja, nos fatos passados, re-lembramos, re-elabora-os e os concebe novamente, potencializando os acontecimentos narrados em forma de ficção.

O texto ficcional tem um parentesco com o mito. Engendrado na memória oral, o mito é o resultado de um acontecimento factual ou não, que se potencializou enquanto fato na memória coletiva. Nesse sentido, ele tem o caráter de “História-arte”, para usar a denominação de Benedito Nunes. Afirma o crítico: “A História-arte é, sobretudo uma narrativa de acontecimentos, que os recria como se fossem presentes” (NUNES, 1988:10). A recriação do acontecimento, tecida pela narrativa, faz do historiador um “contemporâneo sintético e fictício” dos eventos, e ela (a narrativa histórica) nos dá uma imagem do passado. É nesse sentido que o historiador aproxima-se do ficcionista. Os eventos narrados por ele são frutos de sua “imaginação projetiva”, de sua “vivência particular”, que trazem o passado de volta ao presente, sendo, no exercício da leitura, revividos pelo leitor.

Se o evento histórico está preso ao documento como forma de verdade, não se pode afirmar que a narrativa do evento, escrita pelo historiador, seja a representação do fato. Tais reflexões nos levam a observar que tudo é fruto da linguagem, isto é, tanto o texto histórico como o texto ficcional resulta da articulação lingüística.

Nesse sentido, o imbricamento entre as duas formas de registro passa por uma discussão epistemológica, como quer Benedito Nunes: “História e Ficção se entrosam como formas de linguagem. Ambas são sintéticas e recapitulativas; ambas têm por objeto a atividade humana” (1988:11-12).

Todavia, em que difere a narrativa histórica da narrativa ficcional? Para Benedito Nunes, os trabalhos do historiador e do romancista não se distinguem como obras de imaginação. A diferença está na “forma de pensamento”, ou seja, no âmbito da discussão, exterior à escrita, isto é, na forma como se pensa a História. Quer dizer, a História como segmento do pensamento científico é investigação e registro dos acontecimentos vividos pelos homens em sociedades. Assim “a imaginação do historiador pretende ser verdadeira” (NUNES,1988:12). Por seu turno, a ficção, “tomada como sinônimo de irreal, indicia o que há de invenção, de fatura do mundo, em todo o processo de conhecimento” e também “como recriação artística dos fatos, tecnicamente concretizada no drama e no romance, permeia o conhecimento histórico” (NUNES,1988:12).

O mundo da narrativa pertence às formas simbólicas, afirma Benedito Nunes. E tudo o que se conta está contido no tempo. Na narrativa, isso se dá pelo enredo que se configura na linguagem. A configuração da narrativa configura-se em um tempo, desenvolve-se temporalmente, e pode ser contada em um determinado tempo. Nesse sentido, Benedito Nunes acredita que, para refletir as relações entre ficção e História, é preciso pensar também o tempo, e por isso retoma as teorias de Paul Ricoeur, explicitadas na obra *Tempo e Narrativa* (1969) na tentativa de elucidar essa questão.

Ricoeur, por sua vez, apóia-se nas discussões de Santo Agostinho sobre o tempo, e nos conceitos de *mythos* (tessitura da intriga) e *mimesis* (representação), elaborados por Aristóteles em sua *Poética*, estabelecendo, nesse raciocínio, uma tríplice mimese, tanto para o discurso da História quanto para o da Literatura, procurando nela discutir o conceito de verdade que distingue cada um dos dois gêneros discursivos.

Nesse sentido, ele defende que toda narrativa está imersa no tempo humano, uma vez que é uma produção de linguagem. Partindo dos jogos com o tempo (presente / passado / futuro), Ricoeur atribui a estes finalidades, articulando uma experiência do tempo, lembrando-nos de que esta experiência é fictícia e está no universo do imaginário, isto é, no mundo do texto. Logo, não há textos a-crônicos, fora do tempo.

Para Benedito Nunes, a configuração do enredo na narrativa concretiza-se pela formação discursiva que, por sua vez, articula fatos dispersos, integrando-os e ligando-os a um mesmo conjunto num dado tempo, que transcende os limites do tempo humano,

promovendo o entendimento. A narrativa é, desse modo, uma forma simbólica que promove a experiência do tempo humano numa não-realidade.

Assim, o ato de contar histórias entre os homens re-significa a articulação da experiência do tempo, orienta-os no “caos das modalidades potenciais de desenvolvimento” e pelos enredos e desenlaces neles transcorridos, mimetiza as ações reais vivenciadas. Portanto, a narrativa teria, assim, a função de ordenar aquilo que os homens vivem como desordenado e incoerente. Para Ricoeur, a aporia do tempo se resolve na configuração narrativa por meio da linguagem. Ou ainda, o tempo humano somente se apresenta sob forma narrativa.

Pode-se afirmar que a primeira matriz que irá sustentar as reflexões de Ricoeur – o tempo em Santo Agostinho – é buscada nas meditações sobre o tempo e a eternidade, o que o leva a estabelecer um confronto de suas meditações com a poética de Aristóteles e o conceito de *mimese* do filósofo grego, do qual irá extrair uma poética da narrativa.

Sem dúvida, a literatura subtrai da experiência humana seu material de composição. Walter Benjamin, no ensaio “Experiência e Pobreza”, inicia suas reflexões com a narração de uma lenda, que tem em sua essência a “fórmula” da riqueza. Benjamin conta que um velho homem, em seu leito de morte, revela a seus três filhos que há um tesouro escondido no solo do vinhedo que cultivam. Os filhos então cavam o solo, mas não encontram nada. Porém, quando chega o tempo da colheita, suas vindimas são as mais abundantes da redondeza. Assim, os filhos percebem que o pai não lhes deixou nenhuma riqueza, mas preciosa experiência.

“As ações da experiência estão em baixa”, afirma Benjamin (1993c: 198). Para ele, é a experiência que passa de pessoa para pessoa a que recorreram todos os narradores e, dentre eles, são melhores os que narram como se estivessem frente a um público, compartilhando experiências, narrando “com sabedoria” suas histórias, retomando e transformando uma tradição.

Entretanto, se para Benjamin, não há mais experiência, então como narrar? Silvano Santiago, em seu texto “O narrador pós-moderno” (1989), apresenta uma outra reflexão. Para ele, a escassa capacidade de intercambiar experiências trouxe um outro tipo de narrador, oposto ao de Benjamin, e característico de nossos tempos: o narrador pós-moderno. Este narrador absorveria a experiência do outro e a tomaria como sua.

Esse duplo gesto traria, para Santiago, a transmissão de uma “sabedoria”, decorrente “da observação de uma vivência alheia” (SANTIAGO, 1989:40). Assim:

O narrador pós-moderno é o que transmite uma “sabedoria” que é decorrência da observação de uma vivência alheia a ele, visto que a ação que narra não foi tecida na substância viva da sua existência. Nesse sentido, ele é o próprio ficcionista, pois tem de dar “autenticidade” a uma ação que, por não ter o respaldo da vivência, estaria desprovida de autenticidade. Esta advém da verossimilhança que é produto da lógica interna do relato. O narrador pós-moderno sabe que o “real” e o “autêntico” são construções de linguagem (SANTIAGO, 1989:40).

O narrador pós-moderno de Santiago, ao ter consciência de que o “real” e o “autêntico” são produções de linguagem, reflete, de forma indireta, a relação entre Literatura e História. Assim, a “sabedoria” que se evidencia pela voz narrativa, ou seja, configurada pelo narrador, isto é, o sujeito histórico, o autor, retrata uma situação possível de acontecer, semelhante ao real, mas que é fruto da ficção. Nesse sentido, a reflexão de Benedito Nunes acerca da significação autônoma da obra de ficção é pertinente, pois a toma “como produto da cultura” e considera que “os textos não proporcionariam somente a mediação do conhecimento de si mesmo”, mas também “o conhecimento do mundo por meio do mundo da obra”. E conclui: “A coisa do texto é a sua saída para o real pelo próprio plano da configuração, que lhe garantiria o potencial de uma nova referencialidade” (NUNES, 1988:15-16).

Desse modo, a voz que narra joga com os tempos verbais (passado, presente, futuro) e, na relação com o leitor, a experiência fictícia é traduzida pela equivalência entre o irreal e o passado, sendo essa equivalência a promotora do “pacto ficcional entre autor e leitor.” Assim: “ler um conto, uma novela ou um romance, inclui a ‘crença de que os acontecimentos reportados pela voz narrativa pertencem ao passado dessa voz’”. Por outro lado, “o passado afiança a crença que garante a leitura da ficção como ficção. É, nesse caso, comparado com o passado real da História, um quase-passado” (NUNES, 1988:24).

Para Maria Teresa de Freitas (1987:608), a narrativa vive da ambigüidade entre diferentes ordens de realidade e sempre é o resultado de um jogo entre a realidade imaginada (a ficção) e a realidade concreta (o referente). Assim, o quase-passado é

reconstruído a partir do presente, sendo este histórico e marcado, no livro, pela narrativa. Hans Meyerhoff (1976:16) fala da imagem de uma mulher na soleira de uma porta, vista pela janela de um trem em movimento. “Fixada no não-tempo, a desleixada desapareceu, fixada, sem um momento de transição”. E comenta o quanto de familiar e de surpreendente tem tal fenômeno na experiência humana. Essa imagem de Hans Meyerhoff exemplifica a aporia de Nunes acerca da experiência fictícia do tempo, realizada pelo jogo entre passado e presente, e refigurada na obra pelo leitor.

Segundo ele, a experiência fictícia do tempo, realizada no jogo da ficção, assume aparência paradoxal. Afirma o crítico: “ou a experiência fictícia do tempo é a experiência de um tempo fictício que nada é, e que nada sendo, escapa ao real, ou a ficção tem o poder de articular a experiência real do tempo”. É nesse jogo entre o não-ser e o ser que está o paradoxo, pois mesmo articulando a experiência real, a ficção é tomada “como algo fingido ou inventado” (NUNES, 1988:24).

Portanto, a mulher na soleira da porta, vista pela janela de um trem em movimento, sendo o presente como um instante privilegiado do não-tempo, possibilita o repensar da articulação do enredo no mundo da obra que se dá pela experiência fictícia do tempo, e esse, por sua vez, configurado na personagem, re-descreve modalidades do tempo humano.

Para Benedito Nunes, a estrutura da narrativa constrange o tempo ficcional, interrompendo e invertendo o tempo cronológico, e, ao mesmo tempo, deslocando presente, passado e futuro. Ele afirma ainda que “essas modalidades de experiência temporal estão vedadas à História, sobre a qual pesa o constrangimento do tempo cronológico” (NUNES, 1988:25).

Assim, constata-se que é pelo jogo do tempo na narrativa que se configura o tempo humano, e a ação de narrar, por sua vez, se dá pela memória, pois a ação da lembrança (o passado) representa o fluxo do tempo dentro do presente e impele à ação da expectativa (do futuro), deixando transparecer que é pelo jogo da memória que se estabelecem os tempos passado, presente e futuro na narrativa de ficção. É, portanto, esse jogo entre os tempos, ou ainda, entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva que a memória se sustenta, transformando-se em romance, conto, arte, graças à imaginação do escritor-romancista.

### I.3 Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin e o diálogo com o passado

O excesso de História reclamado por Nietzsche no ensaio “Da utilidade e desvantagem da história para a vida” (1999) nada mais é do que a galvanização<sup>12</sup> da cultura citada por Benjamin em “Experiência e Pobreza”. Há tanta história, principalmente em função do registro da mídia, que os homens devoram tudo e ficam saciados de cultura e de si mesmos (1993a: 118). Com o excesso, a História deixa de preservar a memória, pois assim, excessiva, não há como retê-la. O indivíduo torna-se incapaz de dominar aquilo que é registrado sobre si mesmo, portanto, incapaz de contar sobre o vivido – próprio ou alheio – e por isso fica cada vez mais pobre em experiência.

Mergulhada no excesso de História, a humanidade acaba esquecendo o seu passado, porque não realiza com ele uma experiência viva, a *Erfahrung*<sup>13</sup> no sentido benjaminiano, ou seja, ela perde a capacidade de transmitir uma história de boca-a-boca, uma História portadora de significados, que possa resgatar a memória de seus antepassados. É paradoxal esse fato. Em meio a um registro incomensurável de eventos que impele o homem em direção ao futuro, parece desaparecer a característica principal da História, isto é, a de ser uma investigação do passado.

Se o papel da História é o de preservar a memória, o seu excesso a leva ao esquecimento. Por isso, o movimento de grupos específicos que buscam o registro de suas histórias tem algo de positivo. Camponeses, operários, judeus, muçulmanos, negros, índios têm-se voltado para o passado em busca de suas raízes e suas identidades, na tentativa de resgatar aquilo que foi esquecido.

Desse modo, lembrar e esquecer são exercícios de memória que permitem o encontro e o distanciamento entre memória e História. É também por esse caminho que Literatura e História se resguardam no cuidado com o passado. Quer em forma de ficção, quer em forma de narrativa histórica, o passado redesenhado é fonte de registro

---

<sup>12</sup> Diz Benjamin: “A angustiante riqueza de idéias que se difundiu entre, ou melhor, sobre as pessoas, com a renovação da astrologia e da ioga, da *Christian Science* e da quiromancia, do vegetarianismo e da gnose, da escolástica e do espiritualismo, é o reverso dessa miséria. Porque não é uma renovação autêntica que está em jogo, e sim uma galvanização.” (BENJAMIN, 1993a: 115)

<sup>13</sup> Para Jeanne Marie Gagnebin (GAGNEBIN, 1999) a *Erfahrung* é a raiz da experiência coletiva. As sociedades modernas estão impossibilitadas de realizar essa experiência exatamente pelo excesso de história existente. Nesse sentido, ela retoma as teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história” para falar “da importância da narrativa para a constituição do sujeito” e da importância da rememoração que, por meio da palavra, retoma o passado submerso no esquecimento.

contra o esquecimento. A distinção, porém, entre essas duas formas de memória, está na questão objetiva e ideológica, descrita por Le Goff em “Memória – História” (cf.p.23). Para ele, a memória ideológica ou coletiva tende a confundir a História com o mito<sup>14</sup> (cf. LE GOFF, 2003:424). Nesse sentido, a narrativa mítica aproxima-se da literatura, sendo, portanto, coletiva; e a objetiva oferece os registros dos fatos baseando-se em “critérios objetivos universais”, respeitando as suas relações e sucessões.

Assim, se configura o distanciamento entre História e Memória. Ao basear-se em “critérios objetivos universais” o historicismo parte do pressuposto de que o tempo é “homogêneo e vazio” e nele se “inscrevem os acontecimentos que se sucedem cronológica e progressivamente” (DOUEK, 2003:17). Portanto, nesse tempo não cabe a memória. A proposta de Walter Benjamin nas suas teses é a de escrever a História a partir do tempo presente, completo de “agoras”, possibilitando, assim, a recriação e renovação do passado.

Ao querer “salvar o passado”, a proposição de Benjamin vai de encontro à da historiografia do século XX “que acreditou na possibilidade de se conhecer o passado ‘tal como ele de fato ocorreu’” (SELIGMANN-SILVA, 2003a: 60), e nela há uma sugestiva proposta de revisão da escrita da História, que deverá ser feita a contrapelo, ou seja, ao avesso, para dar voz à “corvéia anônima” esquecida pelo registro oficial. Esse gesto tangencia a aproximação entre memória e História outra vez, pois permite a escuta das vozes do passado, incluindo nela o individual e o coletivo no registro historiográfico.

Ao se comportar assim, ou seja, “revisitando” o passado e colhendo dele vestígios<sup>15</sup> favoráveis à sua reconstituição, o trabalho do historiador será o de promover a redenção desse passado, como também a esperança e a reescrita da História. Por isso, ele não pode ser pensado num tempo homogêneo e vazio, mas tecido de faltas, de falhas, de vazios, de ziguezagues<sup>16</sup>, repetidos no ato de lembrar e esquecer. A proposta

---

<sup>14</sup> Os mitos são os primeiros registros históricos da relação do homem com a memória. São narrativas que contam histórias não testemunhadas por ninguém, “histórias que se referem a deuses e não a homens”. (DOUEK, 2003:24).

<sup>15</sup> Os vestígios são os elementos da rememoração e da lembrança na Ficção e na História, sendo, então, os documentos fonte de informação do passado, buscado pelo historiador por meio de um determinado método.

<sup>16</sup> O narrador-personagem do romance *A Majestade do Xingu* realiza a sua narrativa também em forma de ziguezague, ilustrando, portanto, o gesto de lembrar e esquecer.

de Benjamin é, então, a de salvar do esquecimento os fatos passados, assegurando-se a memória e a identidade de um povo, tarefa que atribui ao historiador materialista.

Benjamin, desse modo, concede à memória um papel privilegiado. Afirma ele: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo” (BENJAMIN, 1993b: 224). O perigo está no esquecimento da tradição, e esta só pode ser recuperada pelo historiador que fixa “uma imagem do passado, como ela se apresenta” no “momento de perigo” ao sujeito histórico. É, então, pelo estudo da apresentação do evento ao humano que a História se dá como tal, sendo esse momento, o da rememoração, o qual promove a reaproximação entre História e Memória.

Para Douek, a proposta de Benjamin visa a ressuscitar o passado no presente, ou ainda, salvá-lo do esquecimento. E para isso, o historiador materialista precisa ficar de costas para o futuro e voltar-se ao passado, para “acordar os mortos” (DOUEK, 1993:226), pois se o homem é um sujeito histórico, buscar os restos de um passado distante ou de um tempo distante torna-se uma obrigação ética e até mesmo política, uma vez que, ao recolher os pedaços perdidos e dispersos no tempo e na História, o historiador promove uma reabertura para o futuro.

Essa idéia é complexa, porque a leitura de Benjamin centra-se no tema da origem (*Ursprung*) em que, segundo Gagnebin “acarreta uma apreensão do tempo histórico em termos de intensidade e não de cronologia”. A História, assim, estaria regida por uma “outra temporalidade” e não a de “causalidade linear, exterior ao evento” (GAGNEBIN, 1999:9), e o historiador passaria a ser aquele que coleciona, pesquisa, informa, relata, sem, contudo, explicar os fatos. Os objetos de recolha nesse gesto são apresentados, então, na sua unicidade, de forma excêntrica, sem estarem submetidos à lógica externa do tempo e da História. Para Gagnebin,

A pesquisa se detém e se mantém no estudo do fenômeno, não para dele dar uma descrição ingenuamente positivista, mas, pelo contrário, para lhe restituir sua dimensão de objeto ‘bruto’, único e irredutível; ela o imobiliza nesta brutalidade para preservá-lo do esquecimento e da destruição, cujas explicações já prontas são formas correntes. O *Ursprung* designa, portanto, a origem como salto (*Sprung*) para fora da sucessão cronológica niveladora à qual uma certa forma de explicação histórica nos acostumou (GAGNEBIN, 1999:10).

Benjamin quer, com o tema do *Ursprung*, mover a História a “contrapelo”, como afirmamos anteriormente, quer escrevê-la com muitos “agoras” capazes de parar o tempo para resgatar do passado aquilo que ficou esquecido ou recalcado, buscando, desse modo, a sua redenção. A História está, portanto, inacabada. Ela não pode ser regida por um tempo cronológico e linear, mas feito de rupturas e falhas. Nesse sentido, ele retoma o papel especial da memória, e esta, quando assegurada pela tradição, concede ao narrador um papel singular, porque nele o antigo e o novo podem se encontrar, e é exatamente esse encontro que promove a aproximação entre memória e tradição. Portanto, é a revisão do passado, a relembração, a identificação dos rastros deixados pelos antepassados históricos que permitem essa aproximação.

Mas, como reaproximá-la? A sugestão de Benjamin é que o registro da História precisa ter um caráter “construtor” do passado, isto é, o historiador deverá ser capaz de identificar nele “os germes de uma outra história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas –, de fundar um outro conceito de tempo, ‘tempo de agora’” (GAGNEBIN, 1993:8), constituindo, desse modo, uma história fundada na experiência (*Erfahrung*) com o que passou, e deixando para outros a tarefa de interpretar, de reconstruir, de renovar o passado, portanto, “de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz ‘era uma vez’” (BENJAMIN, 1993b:231). Desse modo, ele aponta para o inacabamento da História e o privilégio da memória, considerando como narrador autêntico aquele capaz de apresentar uma história que puxe outras histórias, ou de criar textos que suscitem outros, originando, assim, a verdadeira narrativa “que tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária”. (BENJAMIN, 1993c:200).

A proposta do inacabamento da História possibilita a idéia de sua abertura, isto é, no tempo do “agora” o historiador materialista deverá revisar o passado e enxergá-lo não apenas como um registro do que passou, mas como fonte de informação daquilo que foi silenciado, buscando, assim, sinais desse silenciamento. Quer dizer, o tempo de “agora” impossibilita o contar da história em seus moldes tradicionais, isto é, o narrador compartilhando com seus ouvintes uma história significativa para ambos. E é exatamente a ausência desse gesto que favorece a abertura, trazendo, inclusive, “uma nova beleza ao que está desaparecendo” (BENJAMIN, 1993c:201). Benjamin vê aqui a necessidade de se criar uma nova forma de narrar. É nesse sentido que a abertura se

valida. Ou seja, impossibilitado de trocar experiências, o homem moderno irá buscar o seu duplo no herói romanesco, isto é, no indivíduo solitário, isolado, desorientado, incapaz de dar e receber conselhos. Assim, o romance é, para Benjamin, uma forma diferente de narração que caracteriza a sociedade burguesa.

No ensaio “A imagem de Proust” Benjamin afirma que as grandes obras literárias são “inclassificáveis”, isto é, elas não se enquadram em nenhum gênero existente, ou ainda, ultrapassam-nos. E nesse sentido, a obra de Proust é singular, “inclassificável”, pois é “um Nilo da linguagem, que transborda nas planícies da verdade, para fertilizá-las” (BENJAMIN, 1993d:36). A fertilidade dessa obra se dá exatamente naquilo que ela traz como rememoração. A vida descrita não é a vivida, e sim a lembrada por aquele que a viveu, pois, “o importante, para o autor que a rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência” (BENJAMIN, 1993d:37).

Nesse sentido, o texto é tecido pelo avesso do tempo, isto é, pela lembrança do que ficou, fora do evento real, do vivido, sendo apenas um fragmento do que de fato aconteceu. Enquanto o tempo vivido está cercado pela História, o evento lembrado está cercado pela imaginação, podendo ser retomado de diversas formas, no tempo do “agora”, sendo, portanto, reinterpretado inúmeras vezes. É nesse sentido que o romance adquire um novo valor para Benjamin. É também por isso que a sua linguagem não se dá de maneira simples para o leitor. Ela deve ser construída por ele, pois Benjamin a tece em forma de metáforas, alegorias, alusões e imagens que se movem em busca do conhecimento e da “verdade” das coisas, isto é, a sua linguagem visa a se deter no objeto de pesquisa, naquilo que indicia os elementos passados, que possibilitam um retorno à História, contando-a no tempo do “agora” compreensível, possibilitando, desse modo, a abertura do evento, a sua reconstrução, e, logicamente, a sua infinitude, ainda que seus textos sejam uma teoria da História.

Ao analisar o romance de Alfred Döblin (1878-1957), *Berlin Alexanderplatz* (1929), na resenha crítica intitulada “Crise do romance” (1930), Benjamin observa que o autor de romance é o homem imerso na solidão, portanto, incapaz de aconselhar. Nesse sentido, ele vê uma diferença entre o narrador de romances, o romancista, e as outras formas de narrar, por exemplo, os contos maravilhosos, as lendas, os provérbios, as sagas que têm a estrutura da narrativa de tradição. Logo, o narrador de romances se opõe, de algum modo, ao da tradição.

O que se observa, porém, é que a leitura de Walter Benjamin não se dá de forma simples, e seus ensaios acabam por se constituir em diálogo de suas idéias, isto é, um ensaio dialoga com outro. Por exemplo, quando afirma: “Ele (i.e., o romancista) é o mudo, o solitário. [...] O romancista se separou do povo e do que ele faz. A matriz do romance é o indivíduo em sua solidão, o homem que não pode falar exemplarmente sobre suas preocupações [...]”. (BENJAMIN, 1993e:54). Assim, ele deixa claro que esse homem incapaz de receber e dar conselhos é diferente do “homem épico”, isto é, do narrador da tradição, exemplificado no ensaio “O narrador”, no qual Walter Benjamin analisa a obra de Nikolai Leskov (1831-1895), apontando-o como um autêntico narrador, pois nele estão misturados os dois típicos “contadores” da tradição, isto é, o “camponês sedentário” que conhece as histórias e tradições de seu país, e o “marinheiro comerciante” que muito viajou, conhecendo diversos lugares e por isso “arquivou” histórias vividas na experiência subjetiva, podendo, assim, contá-las de forma exemplar.

Acrescentando novos dados à sua idéia, Benjamin afirma ainda no ensaio “Crise do romance” que: “a tradição oral, patrimônio da epopéia, nada tem em comum com o que constitui a substância do romance. O que distingue o romance de todas as outras formas de prosa” – citadas acima, a saber, contos maravilhosos, lendas, provérbios, farsas – “é que ele nem provém da tradição oral nem a alimenta” (BENJAMIN, 1993e:55). Nessas duas passagens, podemos observar um par antagônico, isto é, romancista solitário *versus* narrador da tradição. Nesse sentido, o romancista solitário está separado do povo, ele é o “verdadeiro solitário”, quer dizer, ele não escreve/conta mais de maneira exemplar, ao contrário, a substância do romance é tecida pela engenhosidade criativa do escritor, imerso em sua solidão.

Para ilustrar essa idéia, Benjamin exemplifica com as reflexões do escritor Alfred Döblin, que certa vez afirmou: “[...]. O livro é a morte das linguagens autênticas. O poeta épico que se limita a escrever não dispõe das forças lingüísticas mais importantes e mais constitutivas” (apud BENJAMIN, 1993e:55). Desse modo, Benjamin considera Döblin o “narrador nato” porque ele não apenas cria de *per si*, mas coleta, recolhe, ultrapassa as fronteiras individuais para extrair do cotidiano materiais que possam auxiliá-lo na composição do romance, sobretudo por meio do princípio estilístico da montagem dos mais variados textos – trechos de jornal, citações bíblicas, canções, transmissões radiofônicas, etc. –, uma marca de sua obra-prima, o romance *Berlin Alexanderplatz*.

Na verdade, Alfred Döblin materializa nessa obra uma teoria que ele mesmo criou em torno do conceito de *Kinostil* (“estilo cinematográfico”), postulado no ensaio “Aos romancistas e seus críticos. Programa Berlinese” (*An Romanautoren und ihre Kritiker. Berliner Programm*; 1913), uma espécie de manifesto literário que chamava a atenção para a necessidade de um novo processo de criação romanesca, que viesse a representar as transformações técnicas e estéticas das primeiras décadas do século XX. Por exemplo, o advento do cinema e sua rápida popularização “provocou um acalorado debate em torno de suas conseqüências para a arte e a literatura” (CORNELSEN, 2001:197). Assim, o “estilo cinematográfico” de Döblin visava a ilustrar os tempos contemporâneos, em que as novas mídias, sobretudo, o cinema e o rádio – as quais trouxeram grandes transformações – pudessem estar representadas. E desse modo, seu romance *Berlin Alexanderplatz* é fruto de um princípio estilístico de montagem e colagem – imediato – dos mais variados textos do cotidiano, como por exemplo, propagandas de rádio, panfletos de rua, vozes inominadas recolhidas em bondes, fragmentos do hino da Internacional Socialista, entre outros. Assim, o eu-narrador é, de alguma forma, subtraído do texto literário e o leitor adquire liberdade para interpretar e estabelecer associações entre os elementos que compõem a matéria narrada.

Vemos, então, que o processo de montagem e colagem despersonaliza o autor-narrador. Para Cornelsen, “despersonalizado”, esse narrador “desaparece em meio à polifonia resultante de várias vozes e de textos do cotidiano” (CORNELSEN, 2001:207). Assim, ao fazer com que o texto fale por si só, permitindo o embate de diversas vozes, ele deixa sua obra aberta para o leitor reinterpretá-la ou reescrevê-la. Vale lembrar que na terceira tese sobre a História, Benjamin valoriza exatamente esse tipo de historiador. Aquele que coleta, recolhe e registra os acontecimentos, “sem distinguir entre os grandes e os pequenos”. (BENJAMIN, 1993b:223). Com efeito, a mensagem de Benjamin é clara. Segundo ele, a historiografia em sua forma mais antiga, a epopéia, detém o embrião tanto do romance como da narrativa. Pois, “quando no decorrer dos séculos o romance começou a emergir do seio da epopéia, ficou evidente que nele a musa épica – a reminiscência – aparecia sob outra forma que na narrativa” (BENJAMIN, 1993c:211).

Valorizando o cronista, Benjamin possibilita a abertura da história, ou a abertura para o outro. Pois, para ressuscitar uma época é necessário esquecer tudo o que se sabe sobre fases posteriores da História (cf. BENJAMIN, 1993b:225), e se debruçar sobre o

“objeto bruto”. Assim, ele nos coloca uma verdade: só o outro pode nos dar acabamento. Por isso, ele afirma que somente o historiador materialista faz do passado uma experiência única, pois, sendo “senhor de suas forças, ele é suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história” (BENJAMIN, 1993b:231). Quer dizer, cada um de nós, do lugar onde estamos, vislumbramos apenas um horizonte. Vivemos na fronteira de nosso mundo e somente o outro pode nos completar, nos dar um ambiente. É possível observar nessa idéia, o princípio dialógico da linguagem de Bakhtin e nesse sentido, pode-se estabelecer um cruzamento entre as teorias de Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin.

Segundo Bakhtin, o discurso-arte é dotado de um conjunto de fenômenos metalingüísticos, que dá à palavra uma duplicidade de sentido. “Trata-se da estilização, da paródia, do *skaz*<sup>17</sup> e do diálogo (composicionalmente expresso, que se desagrega em réplicas)”. Para ele, todos esses fenômenos têm um traço comum. Em suas palavras: “aqui a palavra tem duplo sentido, voltado para o objeto do discurso enquanto palavra comum e para um *outro* discurso, para o discurso *de um outro*” (BAKHTIN, 1997:185).

Estudos recentes apontam que uma das grandes metas de Bakhtin era estudar o romance como signo cultural produzido em várias etapas da História da humanidade. Por isso, seu interesse recaiu não apenas no literário, mas naquilo que o romance representa, isto é, a fala do discurso social comunicativo e do discurso individual e especulativo. Assim, ele se volta para o diálogo como ponto central de seus estudos, apresentando uma reflexão mais profunda dessa relação, isto é, para a substância dialógica da linguagem que se dá tanto no confronto entre o eu/tu, quanto no âmbito do indivíduo para si mesmo, ou seja, “de mim para mim”.

A grande contribuição de Bakhtin é que ele, ao analisar um gênero assentado na letra, destaca, nos elementos orais do discurso, a presença de outros códigos, de outras vozes, inclusive, de vozes antigas que se dão no romance em presença e em confronto. Quer dizer, o romance recupera em tempos atuais as vozes esquecidas pela historiografia oficial. Reinterpretando: “a corvéia anônima” citada por Benjamin é valorizada em Bakhtin, pois o feixe de vozes que emergem do romance revela os

---

<sup>17</sup> Há, na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, uma nota de rodapé que interpreta *skaz* como um “tipo específico de narrativa estruturado como narração de uma pessoa distanciada do autor (pessoa concretamente nomeada ou subentendida), dotada de uma forma de discurso própria e *sui generis*” (BAKHTIN, 1997:185). Irene Machado interpreta essa palavra como sendo “um discurso de violação que atua no interior do próprio discurso no sentido de alterar sua entoação geral” isto é, o *skaz* se oferece ao leitor como uma “enunciação de vozes capazes de criar a ilusão oral do relato” (MACHADO, 1995:162).

diversos discursos que perpassam a subjetividade dos indivíduos. Assim, pode-se observar que ele valoriza os gêneros “menores”, buscando recuperar, com esse gesto, as manifestações culturais e históricas que se dão fora do âmbito oficial da cultura. Para ele, o romance é entendido como discurso, isto é, uma representação de linguagens em confronto, sendo constituído pela multiplicidade discursiva das línguas e das linguagens. Isso fica claro em seus estudos sobre as obras de Dostoiévski. Por exemplo,

Em Dostoiévski quase não há discurso sem uma tensa mirada para o discurso do outro. [...] Impressiona, ainda, a alternância constante e acentuada dos mais diversos tipos de discurso. As passagens bruscas e inesperadas da paródia para a polêmica interna, da polêmica para o diálogo velado, do diálogo velado para a estilização dos tons tranqüilizados do cotidiano, destes para a narração parodística e, por último, para o diálogo aberto excepcionalmente tenso constituem a inquieta superfície verbal. Tudo está deliberadamente entrelaçado por uma linha tênue do discurso protocolar informativo, cujos princípio e fim dificilmente se percebem. Contudo, mesmo esse seco discurso protocolar recebe os reflexos luminosos ou as sobras densas das enunciações contíguas, e estas o revestem de um tom também original e ambíguo (BAKHTIN, 1997:204).

Podemos interpretar, assim, que para ele, o romance é um gênero que não se restringe aos domínios da cultura oficial, e mesmo que “se enuncie como expressão da língua da cultura oficial, esconde outra linguagem em conflito” (MACHADO, 1995:51). Portanto, as múltiplas vozes que compõem a estrutura do romance o tornam um gênero híbrido, cujas raízes podem ser encontradas nas mais antigas formas de narração. Daí é que Bakhtin descobre as bases do romance polifônico.

Solange Jobim e Souza, em uma análise dos estudos de Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin sobre a linguagem e a narrativa, coteja que as idéias desses teóricos apresentam uma outra leitura da ciência, ou ainda, uma redefinição do conceito de verdade. Segundo ela, “entre os muitos caminhos pelos quais as idéias de Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin podem nos conduzir”, ela escolheu abordar “um dos grandes dilemas epistemológicos das ciências humanas deste final de século – a relação sujeito, linguagem e verdade na ciência contemporânea” (JOBIM E SOUZA, 1997:332).

Ocorre que esses dois autores escolheram falar sobre a verdade por meio “de metáforas, imagens, analogias, ou citações” que, para Solange Jobim, revelam uma visão de mundo. Para ela, as escolhas metafóricas, imagéticas, analógicas ou citadas dos

teóricos, não encerram o pensar desses autores como algo fechado, sistêmico, mas refletem um “pensamento tecido nas malhas da alusão e que se move nas dobras da linguagem, ampliando o âmbito da razão e instaurando o diálogo entre o conhecimento e a verdade, a sensibilidade e o entendimento, a razão e a paixão” (JOBIM E SOUZA, 1997:332).

Entendemos o romance *A Majestade do Xingu* de Moacyr Scliar como uma obra polifônica, repleta de vozes que inscrevem uma outra “verdade”. Tendo uma estrutura ancorada na História, a obra possibilita o cruzamento de várias linguagens, desde os versinhos coletados em paredes de banheiro – *hobby* do Noel Nutels fictício que, em suas viagens pelo Brasil, levaria um caderno onde registrava os versos de banheiro, trocadilhos, ditados populares, palavrões, etc. – até à remissão a autores consagrados da literatura brasileira, eventos históricos, fragmentos da canção da Internacional Socialista e ao lema *no pasarán* dos defensores de Madri frente ao cerco das tropas comandadas pelo General Franco, durante a Guerra Civil Espanhola, expresso em um outro contexto, isto é, sem designar o conflito na Península Ibérica.

A obra de Scliar intenta apresentar ainda os percalços da imigração judaica no Brasil, bem como o movimento desses imigrantes no território nacional, de certa forma, falando de suas contribuições para o avanço e progresso da nação, especialmente, no que diz respeito à cidade de São Paulo, circunscrevendo o ambiente judaico no Bairro do Bom Retiro. Nesse sentido, fez-se necessário, nesse estudo, traçar um panorama histórico da imigração judaica no Brasil, o que será apresentado no próximo item.

#### **I.4. A diáspora e a imigração judaica no Brasil**

Segundo Jacques Le Goff, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003:422). Pode-se afirmar, então, que os judeus tinham plena consciência dessa assertiva, pois a narrativa bíblica, especialmente os cinco primeiros livros, a *Torá* – o Pentateuco –, em que se narra a História dos hebreus, mostra que, mesmo frente às maiores dificuldades, eles permaneceram unidos, graças às suas lembranças, considerando como um rito o mandamento divino de “nunca se esquecer de lembrar”.

Nesse sentido, alimentada por um fator singular, o cultivo da lembrança, e impelida a mudanças constantes de território, a comunidade judaica rumou errante em vários países, depois da segunda destruição do templo de Jerusalém, no ano 70 da Era Cristã. Órfãos de pátria e vivendo sob constantes ameaças, os judeus padeceram principalmente pelas adversidades do tempo e pelas dificuldades políticas, ideológicas e sociais nos países que elegiam para viver.

Nos primeiros séculos da diáspora, os judeus habitaram regiões da Europa central e oriental e da Península Ibérica. Segundo Boris Fausto (2000), uma versão mitológica sobre a presença judaica na Península Ibérica conta que eles ali se instalaram, após a primeira destruição do Templo e do Reino de Judá, em 586 a.C. Esse grupo judaico denominado *sefardim*<sup>18</sup> – palavra oriunda de *Sefarad* (Espanha), de origem hebraica medieval, que designaria os israelitas originários da Espanha e, em geral, da Península Ibérica como um todo – habitou a região até o ano de 1492, quando foram expulsos pelos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Para Boris Fausto:

É possível que a comunidade judaica tivesse desaparecido, não fosse um fato auspicioso para ela e terrível para o mundo cristão. Em 711, partindo do Norte da África, os berberes, enquadrados por uma elite de árabes sob o comando de Tarik, transpuseram as Colunas de Hércules e dominaram grande parte da Península Ibérica. A conquista árabe foi um alívio para os sefaradis. Ainda que discriminados, encontraram um lugar definido no mundo islâmico, com a concessão básica do direito de conservar sua identidade. (FAUSTO, 2000:14-15)

Sob a proteção dos árabes, os *sefardim* aprenderam o Árabe, adotaram nomes árabes, e escreveram nessa língua; mas ela se perdeu quando árabes e judeus tiveram de abandonar a península. Boris Fausto afirma, porém, que mesmo vivendo livremente, professando o monoteísmo e cultivando a sua cultura, não lhes faltavam humilhações e marcas de discriminação. Por exemplo, “um judeu não podia montar um animal nobre como um cavalo”, sendo-lhe concedida apenas a posse de um burrico. Foi determinado, ainda, que os judeus deveriam usar no peito uma rodela amarela, um turbante amarelo e um cinto de franjas, elementos que os identificariam como tais. Essa determinação foi estabelecida pelo Concílio de Latrão, em 1179. Segundo Moacyr Scliar, o Concílio de

---

<sup>18</sup> Há duas formas de registro dessa palavra: *sefaradis*, conforme Boris Fausto, e *sefardim*, como registra Moacyr Scliar. Optamos por fazer o registro de Moacyr Scliar, por ser uma tradução fiel do Hebraico.

Latrão “proibiu a usura, impediu cristãos de aceitarem serviços de judeus (aí incluídas as parteiras) e exigiu que eles morassem em locais separados, o que abriu caminho para a instituição do gueto” (SCLIAR, 2001d:53).

Após a expulsão, os *sefardim* vão para Portugal, onde vivem mais harmoniosamente até 1496, quando o rei D. Manuel, o Venturoso, também os expulsa. Daí seguem para o Mediterrâneo e se abrigam, em grande maioria, no Império Otomano, onde se juntam a israelitas oriundos da França e da Alemanha, os denominados *ashkenazim*<sup>19</sup>. Entretanto, o Império turco entra em declínio no século XVI, perdendo forças século a século, e novamente os judeus são alvos de perseguições. Séculos mais tarde, ao se verem novamente em perigo, reiniciam novas ondas migratórias.

Por sua vez, a presença de judeus na Europa Oriental e na Ásia também remonta à Idade Média. Havia, por exemplo, um grupo específico denominado de *Khazars*, ocupando, segundo Moacyr Scliar, “um vasto território na Criméia”, situado entre o Império Bizantino e o Persa. Esse grupo específico tinha por monarca o rei *khazar* Bulan, que se convertera ao Judaísmo em fins do século VIII. Como os judeus sempre foram alvos de perseguição, conta Scliar que soldados russos vindos de Kiev invadiram a região e destruíram o reino. “Os *khazars* foram mortos, expulsos ou convertidos à força; os que permaneceram judeus fugiram para a Polônia. Àquele país e também à Lituânia e Rússia acorriam judeus que fugiam das perseguições na Europa Ocidental, ao fim da Idade Média” (SCLIAR, 2001d:79).

Houve, portanto, dois grupos judaicos que se espalharam pela Europa, após as expulsões. Conforme apontado anteriormente, o grupo que se fixara na Europa Central e que por volta de 1350, em parte, seguiu para a Europa Oriental era denominado de *ashkenazim*, e os judeus que habitavam a Península Ibérica e, posteriormente, se deslocaram sobretudo para regiões do Norte da África e dos Balcãs, eram chamados de *sefardim*. Os dois grupos se separaram efetivamente e passaram a ter idiomas e costumes diferentes. Os *sefardim* adotaram o Ladino, oriundo do Espanhol arcaico, e os *ashkenazim*, o Ídiche, cujas raízes remontam ao Médio-Alto-Alemão da Idade Média.

---

<sup>19</sup> *Ashkenaz* (Alemanha, em Hebraico medieval) designaria originalmente o mundo judaico ao longo do Rio Reno, na Europa Central e, por conseguinte, o termo *ashkenazim* designaria seus habitantes. Posteriormente, o termo *ashkenazim* foi atribuído também aos judeus que emigraram da Europa Central para a Europa Oriental, sobretudo a partir do século XIV, vivendo em regiões da Polónia, Rússia, Ucrânia e Lituânia.

Comenta Scliar: “os *sefardins* eram mais prósperos e mais sofisticados, mais integrados na sociedade geral; sua contribuição à literatura espanhola foi notável. Os *ashkenazim*, de início mais pobres e mais isolados, foram menos influentes pelo meio em que viviam” (SCLIAR, 2001d:81), porém tinham uma cultura mais original.

O modo de ser de cada um dos grupos definiu também as profissões e os negócios adotados nas regiões onde se fixavam. Os *sefardim* dedicavam-se ao comércio, às finanças e às profissões de maior *status*, como, por exemplo, a Medicina. Já os *ashkenazim* tinham ocupações mais humildes, tornando-se, em geral, artesãos, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes.

Entretanto, as migrações eram constantes pelos grupos judaicos. Condições de vida precária, perseguições político-religiosas, conflitos internos levavam-nos a se deslocarem. Nesse sentido, o perfil socioeconômico também determinou tais deslocamentos. Os *sefardim* dirigiram-se para a região do Mediterrâneo, Itália, Balcãs, Turquia, ou para o Sul da França, Holanda ou Hamburgo. Os *ashkenazim* buscavam a Hungria, a Polônia, a Lituânia, a Bielorrússia, a Ucrânia, regiões subdesenvolvidas da Europa Oriental.

Aqueles que se dirigiram para a Europa Ocidental desenvolveram-se, beneficiados pela Revolução Industrial; os que foram para a parte oriental pertencente ao Império Russo foram relegados ao gueto nas cidades, pois só poderiam viver em regiões geográficas delimitadas, e, sobretudo no *shtetl*, a típica aldeia judaica nas áreas rurais onde se aglomeravam. É exatamente no ambiente da aldeia, do *shtetl*, que surge o movimento hassídico, apresentado anteriormente.

O gueto tornou-se uma nova forma de exílio e alvo fácil de perseguições. O Império Russo, por vezes, instrumentalizou os *pogroms*, ataques violentos e cruéis de cossacos, soldados russos, às aldeias judaicas, ataques esses que remontam à Antiguidade e que ocorreram em diversos momentos e lugares da diáspora. Isso gerou muito sofrimento e, conseqüentemente, a busca de uma nova terra para se viver. Surgiram, assim, duas opções: a ida para as Américas ou o retorno à Terra de Sion (*Eretz Israel*), proposta feita pelo movimento denominado Sionismo. Segundo Moacyr Scliar (2001d), o Sionismo foi um movimento político que ganhou força no final do século XIX, no contexto do nacionalismo europeu. Esse movimento foi impulsionado pelo jornalista e escritor austríaco Theodor Herzl (1869-1904), autor da obra *O Estado Judeu* (*Der Judenstaat*; 1897).

Por sua vez, a corrente migratória de judeus oriundos da Europa Oriental para o Brasil, empreendida em blocos, iniciou-se no final do século XIX, e teve como marco inicial a fundação da *Jewish Colonization Association* – JCA ou também ICA –, em 1891, pelo Barão Maurice de Hirsch de Gereuth (1831-1896) –, que tinha por objetivo proporcionar uma vida mais digna aos seus companheiros de fé.

A política de colonização implantada pelo Brasil imperial no século XIX abriu novas possibilidades aos imigrantes judeus. Bastante restritiva em sua implementação, sofreu aberturas após a Proclamação da República, quando algumas restrições foram suprimidas. Esse fato tornou o país mais atraente aos imigrantes, e os Estados do Sul e Sudeste são os que mais receberam essa população. O Rio Grande do Sul, por exemplo, foi o escolhido da *Jewish Colonization Association*. O primeiro trabalho da ICA na América Latina foi a fundação de sua primeira colônia, em 1893, na região de Moisesville, Argentina. Essa colônia visava a atender a uma população de judeus russos que viviam por lá. Após a sua criação, a Argentina passou a receber milhares de judeus.

O Barão Hirsch morreu em 1896, deixando significativos recursos à instituição que promoveu a expansão de suas terras para o Brasil. Desse modo, o Estado gaúcho foi o escolhido por estar próximo às colônias argentinas e, também, porque o governo do Estado desejava receber novos colonos. Assim, em 1904, surge a Colônia Agrícola de Philippon, primeira colônia judaica fundada no Brasil.

Para Robert Grün, a história recente da comunidade judaica brasileira pode ser dividida em duas fases: a primeira compreende o período em que o país recebeu “uma parte do fluxo migratório dos judeus vindos da Europa oriental, fluxo que se desencadeou na segunda metade do século XIX” (GRÜN, 2000:353-382), em que o país se destacou como lugar acolhedor no período posterior à Primeira Guerra Mundial e após a ascensão do nazismo na Alemanha. A segunda é caracterizada pelo recebimento de judeus oriundos dos países árabes do Oriente Médio, que se viram em situação de perigo após a criação do Estado de Israel. Nessa fase, o país recebeu também um grupo menor de judeus europeus orientais e alemães que sobreviveram ao Holocausto.

As duas fases apontadas por Grün representam um período moderno, mas a movimentação de judeus para o Brasil é de longa data, pois os estudos apontam a vinda de judeus, inclusive, nas caravelas de Cabral. Luis Antonio Aguiar, no prefácio do livro *Entre Moisés e Macunaíma* (2000), comenta que o judeu Jehuda Crescas foi o escolhido

do rei Espanhol D. Henrique para dirigir a Escola de Sagres, fundada em 1412, por ser ele um dos mais prestigiados cartógrafos do século. Esse homem também foi cognominado de “O judeu das bússolas” (AGUIAR, 2000:13).

Por sua vez, segundo Regina Igel, a partir da Independência (1822) deu-se de maneira diversa a chegada de imigrantes judeus no Brasil, podendo mapeá-los em três blocos geográficos distintos: “para o sul, afluíram judeus europeus e russos com os incentivos do Barão von Hirsh”, para o norte, dirigiram-se “os sefarditas de origem marroquina-espanhola e portuguesa” e habitaram a região amazônica; “para as regiões nordeste, sul e centro-oeste, acorreram judeus de todas as origens, com predominância dos oriundos da Europa Central e do Leste-europeu” (IGEL, 1997:21).

Observa-se que, nas várias ondas migratórias, os judeus deixam marcas de sua cultura por onde passam e, para isso, criam organizações institucionais importantes para a manutenção da memória e costumes judaicos. Escolas, sinagogas, cemitérios surgem para que sejam cumpridos os ritos trazidos do local de origem. Nesse sentido, destaca-se a fundação da primeira sinagoga do Brasil Moderno, em Belém do Pará, pelos judeus oriundos do Marrocos que se instalaram na Amazônia a partir do século XIX. Percebe-se, dessa forma, que a preocupação com o registro da memória é constante entre os judeus. A escola, por exemplo, era uma instituição presente em todos os lugares em que se instalavam. Isso, aliás, está ligado à própria tradição judaica, cujo registro está na Bíblia. Vale destacar que a preocupação com o registro escrito entre os ocidentais se deu em um período muito recente. Analisando a obra do inglês Gautier Map que escreveu sobre a importância da escrita, Jacques Le Goff observa, por exemplo, que:

O uso das letras foi descoberto e inventado para conservar a memória das coisas. Aquilo que queremos reter e aprender de cor fazemos redigir por escrito, a fim de que o que se possa reter perpetuamente na sua memória frágil e falível seja conservado por escrito e por meio de letras que duram sempre (apud LE GOFF, 2003:445).

O estabelecimento da colônia agrícola de Philippon no Rio Grande do Sul teve dois propósitos definidos: De um lado, compreendia o esforço das agências judaicas em retirar os judeus da Rússia czarista, pois a política de “russificação” do Czar Nicholau II, atendendo às exigências da religião ortodoxa russa, foi implementada com a expulsão

de todos os judeus de Moscou. Os judeus que viviam na Alemanha, temerosos de que os companheiros russos viessem para suas comunidades e interferissem “no processo de aculturação iniciado de forma tão promissora sob o decreto de emancipação de Napoleão, iniciaram uma busca por lugares alternativos de residência para os refugiados” (LESSER, 1995:38), e, assim, o Brasil começou a ganhar relevância como destino. Por outro lado, tal empreendimento era impulsionado pela idéia de “redenção”. Esse era um dos objetivos da colonização judaica. Esperava-se que o trabalho com a terra pudesse promover a redenção, “através da volta à natureza, do trabalho físico; objetivo este especialmente importante para um povo privado de sua terra há milênios” (SCLIAR, 2001d:31). Desse modo, o pensamento das organizações promotoras da “nova diáspora” coincidia com o dos governantes brasileiros que pretendiam povoar o país com colonos rurais.

Mas a agricultura acabou sendo uma atividade de retorno parco, pois a maioria dos colonos tinha pouca experiência em trabalhos rurais. Habitantes originários dos *shtetlech* – plural de *shtetl* (aldeia, cidadezinha) –, pequenas comunidades judaicas na Europa Oriental, compostas por artesãos, mercadores, estalajadeiros, cobradores de impostos e arrendatários de terras, ou seja, sem maiores experiências com a terra –, os colonos não obtiveram sucesso, pois se defrontaram com uma realidade dura e de muito sofrimento, em que tinham que lavrar e plantar a terra que oferecia inúmeros perigos. Animais peçonhentos feriam e matavam crianças e adultos; felinos rondavam suas casas; pobreza e doenças eram constantes em suas vidas. Por isso, muitos deles, principalmente os mais jovens, acabaram indo para as cidades próximas às colônias em busca de atividades mais lucrativas. Não se pode negar, entretanto, a importância dos organismos institucionais que promoveram a imigração. A ICA e a *Alliance Israélite Universelle*, por estarem constituídas como institutos de auxílio, acabaram por promover a organização comunitária, pois favoreceram a congregação dos judeus imigrantes, cujos trabalhos resultaram na constituição e reiteração da identidade judaica.

Num mundo de dificuldades, as sinagogas tornaram-se, pois, o elemento de integração dos judeus na diáspora. Os ritos, costumes e hábitos eram praticados conforme os empreendidos na terra de origem. Essa diversidade acabou gerando rivalidades, comentários e também certos cuidados para com os estranhos, sentimento

expresso no dito popular comum entre eles que diz: “Caras vemos, corações não conhecemos” (cf. FAUSTO, 1997:28).

Em *Negócios e Ócios*, Boris Fausto traça a genealogia de sua família e observa que os familiares de sua mãe, de ascendência sefaradita, ou seja, judeus oriundos da Espanha, eram mais afeitos às histórias, à tradição e à crença judaica. Tais características têm um aspecto fundamental para a família de Boris Fausto. Apegados à célula familiar e conscientes do olhar que recebiam dos brasileiros como imigrantes, os Salem empreenderam uma filosofia de vida que os levou à ascensão social em São Paulo. Isso se deveu também à pronta aceitação do outro por parte desses imigrantes, que se viam em meio às comunidades das mais diversas nações, sem, contudo, designá-los como diferentes. Boris Fausto relata nunca ter ouvido a palavra *goi*<sup>20</sup> entre os *sefardim*.

Ao comentar sobre as novas levas de imigrantes que chegavam à metrópole paulista após a Segunda Guerra, Boris Fausto observa:

Eles constituíam parte essencial da vida da cidade, ganhando posições em todas as frentes. Mais do que isso, se a elite paulistana os via com certo desprezo, pela pouca instrução, pelos trabalhos a princípio humildes a que muitos se dedicaram, eles, em sentido inverso, não se encolhiam. Dividiam o universo social entre “nós” e os “brasileiros”. “Nós” não constituía um grupo homogêneo, pois todos “sabiam” que, “por natureza”, turco é embrulhão, espanhol é encenqueiro e o judeu da prestação um tipo esperto que não merece confiança. Mas havia um traço que os unia, além da condição de serem pessoas em terra estranha. Era o fato de que todos se viam como gente independente, voltada para o trabalho, valor supremo. (FAUSTO, 1997:66-67)

O trabalho acaba sendo o traço unificador do imigrante no Brasil, gerando um saldo positivo na sociedade brasileira. Alguns trabalhadores de ascendência judaica relatam que foram procurados para trabalhar em bancos, pois corria a fama de que eram honestos. A desenvoltura e o empreendedorismo dos imigrantes judeus favoreceram-lhes uma rápida ascensão social. Dadas as particularidades dos lugares de origem, os *sefardim* comportavam-se de forma expansiva e alegre, demonstrando essa atitude até mesmo no modo de se vestirem. Também se embrenharam no comércio do café,

---

<sup>20</sup> *Goi*: o mesmo que gentio. É o termo usado pelos judeus para designar os não-judeus com os quais convivem.

algodão e cereais, o que estava de acordo com o perfil desses homens, pois esse trabalho exigia deslocamentos constantes, sendo necessário ir às fazendas para buscar os produtos e “boa lábia”, isto é, bons argumentos para negociar. Costuma-se afirmar que os *ashkenazim* comportavam-se de maneira diversa, sendo então recatados, tristonhos e depressivos. Todavia, o humor judaico, cuja raiz remonta ao Leste europeu, nega essa imagem cristalizada de um elemento puramente trágico na constituição de emigrantes judeus oriundos daquela região. Não obstante, provenientes, sobretudo da Europa Oriental, da Alemanha e da França, estavam habituados a um clima frio, cinzento e hostil, o que conformava a atitude aqui demonstrada. Optaram também por outro tipo de comércio: dedicaram-se, sobretudo, ao comércio de móveis e de tecidos e à indústria, atividades que exigem ambientes fechados, sedentarismo e muita atenção aos números.

Boris Fausto observa que tais escolhas se justificam mais pela época em que cada um dos grupos chegou ao Brasil. Entretanto, a atividade inicial de ambos (*ashkenazim* e *sefardim*) foi a de mascate, que propiciou a “acumulação primitiva” de recursos, levando-os a um empreendimento maior. Todavia, muitos desses aspectos apontados por Boris Fausto e recorrentes em relatos sobre a história da imigração judaica no Brasil, como podemos constatar, se estabelecem a partir de imagens cristalizadas e generalizantes que apontam para uma relação dicotômica entre *ashkenazim* e *sefardim*, as quais, portanto, devem ser relativizadas.

Muitos dos imigrantes que chegaram a São Paulo não resistiram às dificuldades e emigraram novamente. Alguns voltaram para suas terras e outros partiram para países vizinhos, como, por exemplo, a Argentina. Os imigrantes mais pobres habitaram, segundo Boris Fausto, os bairros do Brás e da Mooca, ampliando-os. Outros mais afortunados acumularam riquezas e construíram palacetes na Avenida Paulista, ao lado de suas fábricas. No contexto geográfico da cidade, o bairro do Bom Retiro, que recebeu a imensa maioria de imigrantes judeus, passou a ser denominado de bairro judeu na capital paulista, tornando fonte de inspiração literária para alguns escritores de ascendência judaica. Elizer Levin e Moacyr Scliar, por exemplo, tornaram o bairro conhecido por seus leitores nas obras *Bom Retiro* (1972), primeiro romance de Levin, e também em *A Majestade do Xingu* (1997), romance de Scliar.

### I.5. O *modus vivendi* judaico e a forma de registro da memória em Moacyr Scliar

O que fica claro na história da imigração judaica é que apesar das dificuldades vividas onde se instalavam, os judeus acabavam criando o seu *modus vivendi*. De ascendência *ashkenazim*, pois seus pais vieram da Bessarábia, região pertencente à antiga Rússia czarista, o escritor Moacyr Scliar reflete sobre essa questão em muitas de suas obras. Em *Meu filho, o Doutor*, por exemplo, Scliar conta que, apesar das perseguições e dos massacres contínuos vivenciados pelos judeus no Império czarista, eles desenvolveram ali uma rica cultura que está “representada na música, na pintura e sobretudo no folclore, permeado do chamado humor judaico, um humor melancólico, filosófico, que representava uma forma de defesa contra o desespero” (2001e:18). Como ressaltado anteriormente, os judeus *ashkenazim* habitaram, principalmente, o sul do país, sendo trazidos pelos dirigentes da Colônia Philippon, inaugurada em 1904, no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

No ensaio *Entre Moisés e Macunaíma*, encontramos o seguinte comentário de Scliar:

A vida nas colônias acabou gerando uma cultura própria, síntese da bagagem cultural trazida pelos emigrantes e dos costumes locais. Essa cultura girava não apenas em torno à sinagoga e à celebração das festas judaicas, mas também das orquestras de amadores que ali se formaram, dos grupos de teatro, e mesmo de uma produção literária que mais tarde viria à luz em forma de relatos sobre o cotidiano dos colonos (SCLIAR, 2000a:41).

Vemos, assim, que em Moacyr Scliar o novo das reminiscências é puxado pela memória da infância, da qual emerge o período da imigração, fazendo cruzar as histórias do imigrante judeu e do povo brasileiro, singularizado pelas características regionais, como quer Luiz Antônio Aguiar: “[...] aos poucos foi se formando aqui uma paisagem original com a presença judaica: ‘judeus de bombachas’, judeus tomando chimarrão: eram *los gauchos judíos*” (AGUIAR, 2000:8). Portanto, fruto híbrido dessa mistura, Scliar lança mão dessas memórias para criar seus personagens e enredos. Quase sempre apresenta um narrador de olhar perscrutativo sobre a realidade, um observador ou um estranho que chega e quer lutar pela adaptação e integração. Para Scliar,

[...] O olhar do recém-chegado não é igual ao olhar do nativo; ele vê coisas que o outro não vê, fissuras e pertuitos na estrutura social. Por aí ele pode se introduzir para desenvolver novos e insuspeitos ramos da atividade, como os imigrantes judeus nos Estados Unidos que descobriram no recém-criado cinema não apenas o brinquedo desprezado pela aristocracia local, mas a base de uma poderosa indústria cultural. O projeto, porém, pode ser outro, se o olhar vê sobretudo distorções e injustiças; o projeto pode ter como objetivo a radical transformação da sociedade. [...] (SCLIAR, 2000a:59).

A literatura de imigração representa esse olhar que projeta uma nova realidade. Daí vem a abertura para o outro, para a História, mas ela é composta de uma linguagem em que a ironia, a paródia, a intertextualidade, o dialogismo e a polifonia se complementam. Quase sempre o recurso utilizado para exprimir a mescla dessas linguagens parte do deslocamento do sujeito narrador. Para Bakhtin, a interação verbal constituída no texto só pode ser entendida pelo deslocamento do conceito de sujeito, que é realizado pela interação dialógica. Desse modo, “o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que passa a estar não mais no *eu* nem no *tu*, mas no espaço criado entre ambos, ou seja, no texto”. Descentralizado, o sujeito “é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico” (BARROS, 1994:3).

Por isso, faz-se presente o recurso da paródia, da ironia e do intertexto, por exemplo. Conforme já foi mencionado no presente estudo, Linda Hutcheon, ao analisar obras de autores americanos numa perspectiva pós-moderna, observa que o uso de vários recursos discursivos e estilísticos, como material histórico e textos canônicos da literatura, como também elementos da cultura popular, presentes na ficção americana, parodiam a realidade histórica e narrativa. Ela explica ainda que, ao criar um novo estilo em que entrecruzam muitos discursos, os escritores rompem com a tradição já consagrada, questionando sujeito, subjetividade, discurso e História na própria trama que enuncia e, desse modo, encenam “a tendência totalizante de todos os discursos no sentido de criar sistemas e estruturas” (HUTCHEON, 1991:174). Desse modo, o romance apresenta possibilidades críticas da realidade histórica e da própria historiografia literária, no sentido de apresentar questionamentos sobre “a natureza, os limites e as possibilidades do discurso da arte” (HUTCHEON, 1991:42), traduzindo-se numa tentativa de resgatar o que ficou marginalizado pelo discurso da História. Aliás,

algo semelhante é ressaltado por Jacques Le Goff no ensaio “Memória”. Segundo ele, a primeira das quatro regras mnemônicas formuladas por Tomás de Aquino indica que:

É necessário encontrar “simulacros adequados das coisas que se deseja recordar” e “é necessário, segundo este método, inventar simulacros e imagens porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam, por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo, porque o conhecimento humano é mais forte em relação aos sensibilia; por esta razão, o poder mnemônico reside na parte sensitiva da alma”.[...] A memória está ligada ao corpo. (LE GOFF, 2003:449)

Pode-se afirmar, portanto, que a narrativa literária re-encena a narrativa histórica, pois ficção e realidade nela se coadunam, manifestando-se, ao mesmo tempo, o imaginário e o factual. Configurando e refigurando uma outra realidade, a prosa de ficção ou o romance retoma a História não para interpretá-la ou reconstruí-la, mas para recuperá-la como acervo cultural, como quer Bella Jozef. Há que se ressaltar ainda que o fato histórico, em sua condição de signo móvel, integra-se ao contexto espacial do presente (cf. JOZEF, 1991).

O deslocamento dos signos implica também o deslocamento das vozes, dos vários sujeitos que investigam o passado, promovendo o diálogo presente/passado, instaurando-se uma consciência reflexiva que apresenta, quase sempre, a incompletude da História. Nesse sentido, os escritos de Bakhtin se atualizam no romance, e para nós, especialmente no romance de imigração judaica. Segundo Bakhtin, “tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele” (apud BRAIT, 1994:14). E assim, o dialogismo, a polifonia, a citação, a intertextualidade são recursos de que se valem alguns escritores representantes da chamada literatura de imigração para retratar a voz da “corvéia anônima”, para denunciar as distorções e as injustiças sociais silenciadas pela História oficial. Ou ainda, os recursos discursivos de linguagem servem para imprimir uma nova realidade e fazer voar a imaginação<sup>21</sup>, trazendo emoção para o texto.

Mescla de vozes, de imagens e de deslocamentos dos sujeitos no discurso, a escritura de Moacyr Scliar, sempre calcada na memória, é também paradoxal. Ao

---

<sup>21</sup> Remeto o leitor para entrevista de Moacyr Scliar, concedida ao jornal *O Estado de Minas*, em 05 de junho de 2005, veiculada no caderno “Cultura”.

mesmo tempo que descentraliza o sujeito narrador e faz emergir do texto vozes que subvertem a cronologia histórica, Scliar resgata da memória a tradição de seus antepassados, como um mecanismo de auto-reflexão sobre o homem, a sociedade e sobre as arbitrariedades do discurso.

Em *A Majestade do Xingu*, os deslocamentos se dão pela voz narrativa que permite o cruzamento da História e da memória, refletidos nas lembranças pessoais do narrador que intercambiam, não apenas os fatos de sua história pessoal, mas também as experiências e acontecimentos históricos referentes a uma época, como a história da imigração judaica, por exemplo, e a trajetória dos imigrantes no bairro do Bom Retiro em São Paulo, onde situa a loja A Majestade. É também por essa loja, espaço que fecunda a imaginação do narrador, “que se monta um painel que recobre várias décadas da história recente do Brasil, passando pelo extermínio dos índios, a luta dos militantes comunistas e o golpe militar em 1964” (WALDMAN, 2003:110). É, portanto, pelos deslocamentos da memória e do sujeito que as cenas do livro são montadas e apresentadas ao leitor como um leque de opções em que várias histórias são recontadas, emergindo daí o resultado entre o velho e o novo, o passado e o presente, a memória e a tradição. Não se deve deixar de lembrar, no entanto, que o ziguezague desses eventos é realizado pela voz narrativa, objeto de estudo do Capítulo II.

## CAPÍTULO II – O NARRADOR NO LIMIAR

Será essa história um dia o meu coágulo? Que sei eu. Se há veracidade nela – e é claro que a história é verdadeira embora inventada – que cada um a reconheça em si mesmo porque todos nós somos um e quem não tem pobreza de dinheiro tem pobreza de espírito ou saudade por lhe faltar alguma coisa mais preciosa que ouro – existe a quem falte o delicado essencial. (Clarice Lispector)

### II.1. O narrador em cena: seqüências de ziguezague e dialogismo

Noel Nutels. Lembro como se fosse hoje o primeiro dia em que o vi, menino ainda. Foi no navio que nos trouxe para o Brasil, em 1921. Era um navio alemão, mas não tinha nome alemão, chamava-se Madeira, em homenagem à ilha portuguesa. Simbólica coincidência: de certa forma refazíamos a viagem dos navegadores portugueses. Cabral e os outros. Como eles, atravessaríamos o oceano, rumo ao Brasil; não numa precária caravela, mas também não num luxuoso transatlântico – longe disso. O senhor precisava ter visto o Madeira, doutor. A rigor, nem navio de passageiros era; tratava-se de *um cargueiro adaptado para o transporte de emigrantes*<sup>22</sup> (SCLiar, 2001a:10-11).

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece a si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo (BENJAMIN, 1993c:205).

Ao dar voz a um homem em situação de fronteira, um lugar de passagem – a Unidade de Terapia Intensiva de um hospital, estando, portanto, à beira da morte – e também um imigrante, o escritor gaúcho Moacyr Scliar aproxima o narrador do romance *A Majestade do Xingu* àquele da tradição judaica, dos mestres hassídicos, que improvisavam histórias para seus ouvintes, atraídos pelos ensinamentos bíblicos. Vale destacar, porém, que essa aproximação se dá muito mais pelo gesto de contar histórias, e menos pelo ato de dar um conselho, porque a experiência no sentido pleno, isto é, a história sendo tecida pela memória – e comum aos participantes, por exemplo,

---

<sup>22</sup> Grifos meus. Veja que a partir da experiência pessoal o narrador transporta o “ouvinte” para a vivência coletiva, para a história dos imigrantes judeus. Ele está entre a vida e a morte e esse momento precisa ser delongado; é preciso que seja narrada a viagem para o “paraíso”, para alguém que possa recontá-la, para aquele que não participou do evento, mas que participa da narrativa, que se dá como testemunha e não deixa a história se perder no esquecimento, pois tem de ser promovida a reabertura para o futuro.

resgatando um antepassado bíblico, no caso da história de fundo religioso –, e pela mão, quando as pessoas se reuniam no trabalho nas sociedades antigas, principalmente, transmitida de geração para geração, não existe aqui. Conforme destacado na introdução do presente estudo, esse narrador-personagem romanesco simula o gesto do contador de histórias efetivo da tradição, mas a sua história não se converte em sabedoria.

E assim, tendo como ponto de partida uma cena comum, a conversa de um doente com o médico que o examina, portanto, próxima da vivência do escritor enquanto médico, e de seus leitores, o romance se abre para um diálogo com nosso passado histórico e social, que emerge a partir de uma memória pessoal bastante imaginativa. É que o narrador-personagem do romance entabula uma conversa com o médico, na verdade estruturada por um discurso manco, isto é, apenas ele expõe suas idéias, pois o médico nada responde, e conta para o “doutor” a sua trajetória de imigrante judeu-russo, vindo para o Brasil, em 1921, juntamente com Noel Nutels, quando fugia dos *pogroms* e da própria Rússia, que reservara a ele e aos seus familiares uma vida de sofrimentos (cf. SCLIAR, 2001a:11).

Com um gesto tal, esse narrador encena uma face de sua identidade limiar, da situação de fronteira em que se encontra, pois está entre a vida e a morte, mas também a face do estrangeiro que passou a vida à margem, preso aos seus valores culturais, pois desde que chegou ao Brasil morou no bairro do Bom Retiro, como dito anteriormente, um “bairro judeu” na cidade de São Paulo.

Arraigado em seu microcosmo, sem nenhuma notoriedade social, vivendo sempre nas bordas, e preso às suas lembranças e reminiscências, esse narrador alimenta uma visão de mundo típica dos judeus: o privilégio das lembranças em detrimento da História (cf. CURY, 2002:14). Assim, as histórias que conta estão de tal forma entrelaçadas, de modo que acaba misturando as pistas entre o imaginário e o factual, e impedindo o leitor de identificar onde termina a História e onde começa a ficção.

Um exemplo disso ocorre quando o narrador-personagem insere logo no começo da narrativa, o escritor judeu-russo Isaac Babel, contracenando com sua família no *shtetl*. Ainda sem notoriedade popular, Isaac Babel está acompanhando o capitão Budyonny<sup>23</sup> em uma operação de luta e vai à aldeia para informar aos habitantes

---

<sup>23</sup> Isaac Babel e Budyonny. Trata-se de pessoas do mundo empírico, de notoriedade na Rússia revolucionária, sendo na verdade, Semyon Mikhailovich Budennyi (1883-1973) e Isaak Emmanuilovich Babel (1894-1941).

daquela "cidadezinha" que eles estão agora sob a proteção dos bolcheviques, facção política que lutou pelo poder na Rússia em 1917. Vejamos o relato:

Isaac Babel. Não era de um shtetl, como nós, mas sim da cosmopolita cidade de Odessa, onde estudara numa escola talmúdica; depois, em Kiev, cursara o Instituto de Finanças e Negócios. Quer dizer: tinha tudo para ser um profissional respeitado, importante – mas abandonara tudo para se tornar escritor. Publicara apenas alguns contos numa revista editada por Maxim Gorki, de quem havia recebido um decisivo conselho: viver antes de fazer literatura. (SCLIAR, 2001a:30)

Sabemos que História e ficção partem de um mesmo tronco, e são também formas de linguagem. Assim, o que vai caracterizar o literário é o modo como as coisas são arrançadas na narrativa. No romance *A Majestade do Xingu*, Moacyr Scliar trabalhou recuperando fatos que vão desde a fundação do país até os mais marcantes da História contemporânea, como, por exemplo, a ditadura militar na década de 1960, confluindo para uma narrativa de rara unidade.

Também fiel à sua identidade judaica, o que insere o livro no contexto da literatura de imigração, ele não deixou de marcar, pela subjetividade do narrador, a sua origem, isto é, o imigrante judeu-russo, habitante de uma cidadezinha do Leste europeu que veio para o Brasil, como os primeiros colonos, a bordo de um navio, o *Madeira*, no começo do século XX.

Para adentrar a opacidade desse romance e entendê-lo em sua singularidade, é preciso compreender o mundo de onde partiu o narrador, a memória que "carrega", e o espaço da loja "A Majestade", onde dá vazão às suas fabulações e lembranças.

A identidade cultural dos judeus resulta de um destino histórico partilhado que se fundamenta na religião, no idioma e na tradição, e se sustenta no culto à memória. Segundo Jacó Guinsburg (1996), a Europa Oriental abrigou, no século XIX, o mais denso agrupamento judaico do globo, sendo o Império russo o mais habitado pelos judeus. Cornelsen (2003) afirma que, "de acordo com o censo de 1897, viviam ali cerca de cinco milhões e duzentos mil judeus, o que representava quase a metade de toda população judaica do mundo" (CORNELSEN, 2003:2). Porém, era vetada a entrada de judeus nas principais cidades da Rússia Czarista, como, por exemplo, Kiev, Nikolaev e Sebastopol. Isso levou à formação e ao adensamento de aglomerados judaicos situados numa região denominada de *Pale*, vocábulo que designa em Iídiche "cercado" e tinha

em Russo o termo correspondente *Rayon*, “distrito”, empregado pela administração czarista. Nesse ambiente, foi criado um modo de vida único, que se fundamentava na coesão grupal, o que fez com que as comunidades judaicas do Leste europeu se mantivessem intactas ao longo dos séculos.

Essas comunidades falavam o Iídiche – idioma que se originou nas margens do Rio Reno, na fronteira entre a França e a Alemanha, por volta do século X – e viviam isoladas do mundo não-judeu, o que gerou uma forma de vida singular, o *modus vivendi* judaico expressado na língua, nos costumes, na religiosidade e nos hábitos.

No romance, por exemplo, conta o narrador que depois de anunciar a aldeia como território libertado pela revolução, e que a aristocracia russa havia perdido seus poderes, Budyonny informa ainda aos aldeões que sua identidade será respeitada. Segundo ele, “O *ídiche* seria língua oficial, teríamos nossas escolas, os nossos teatros, os nossos jornais” (SCLIAR, 2001a:29).

Submetidos aos isolamentos, à vida nos *shtetlech*, os judeus do Leste europeu adotavam como estratégia de sobrevivência o cultivo das lembranças e da memória de seus antepassados, alimentando, assim, uma cultura particular: a narração de histórias. Na verdade, o rabino era o representante da memória viva. Ao falar para os *hassidim* – “devotos” – improvisava histórias fáceis de serem compreendidas, que pudessem alimentar a esperança no coração dos devotos, e, ao mesmo tempo, transmitir um tom edificante em termos ético-morais e religiosos.

Lembremos, pois, Claude Levi-Strauss. Segundo ele, as narrativas nas comunidades tribais tinham uma função purificadora. No mundo do *shtetl* não era diferente. Ao rabino cabia alimentar a esperança de um povo desiludido e martirizado pela segregação social. A linguagem, assim, funcionava como um produto de magia, trazendo uma simbólica liberdade. Desse modo, o narrar e o viver se confundiam em um exercício de linguagem, possibilitando, por meio da memória, a idéia de um futuro melhor.

O narrador do romance *A Majestade do Xingu* se encontra em situação similar. Deseja narrar para viver. Isolado na UTI de hospital, anônimo e solitário, está no mais puro abandono, pois todos os seus familiares foram embora: os pais morreram; a mulher foi para Israel viver num *Kibutz* – fazendas coletivas em Israel; o filho tornou-se professor na França; a irmã vive com um jovem namorado, e o amigo Nutels, que alimenta seu imaginário, também já morreu.

Como afirmamos anteriormente, o narrador conta a um interlocutor silencioso como foi a viagem da Rússia para o Brasil, a bordo do navio *Madeira*, cuja travessia relembra a saga dos primeiros colonos portugueses rumo às Américas. Na solidão, rememora os acontecimentos vividos na infância e a viagem de imigração, mantendo-se fiel às tradições culturais de sua antiga comunidade. Essa situação de fronteira em que se encontra, potencializa a ficção e dá ao relato um caráter de verdade ou uma forma transmissível, para usar de uma denominação de Walter Benjamin. Segundo ele, “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo sua existência vivida [...] assumem pela primeira vez uma forma transmissível” (BENJAMIN,1993c: 207).

Esse narrador, então, ancora-se numa memória pessoal e numa memória coletiva, passando a associar as vivências do passado às do presente, misturando os acontecimentos ocorridos na Rússia, no tempo que antecedeu a sua partida e a de seus familiares, a alguns episódios da História do Brasil, como, por exemplo, o extermínio dos índios, o golpe militar de 1964, a luta dos militantes comunistas, desdobrando a sua narrativa em várias outras que permeiam a História nacional.

O desdobramento se dá como uma rede em que as histórias se entrelaçam, destituindo a idéia de tempo linear e de espaços demarcados geograficamente. Desse modo, quando aproxima suas experiências pessoais ou vivência da experiência dos navegantes portugueses, promove um retorno à História, mais especificamente, à nossa História de fundação, e visa a negociar com o “ouvinte” (ou seus leitores) a sua identidade híbrida, misto de judeu e brasileiro, como que nos obrigando a lançar um novo olhar para o passado que, como referente de seu relato, precisa ser em nós incorporado e modificado, para que possamos dar a ele uma vida e um sentido novos.

Vale ressaltar ainda que o público e o privado também se entrelaçam, estreitando ainda mais os limites entre a História e a Ficção. Assegurando esse entrelaçar de dados, ele nos transporta para o seio de uma família, submetida ao isolamento, à pobreza e à fome que alimentava o sonho de encontrar no Brasil uma vida doce, pois no imaginário dos imigrantes esse país era um paraíso. Para eles, tínhamos “uma terra doce”, “uma terra de açúcar”. Assim, ele sonha mergulhar em montanhas de açúcar, se lambuzar desse doce até ficar gordo. Ser magro era uma desfeita ou um grande perigo, porque a magreza era um prenúncio da tísica, fantasma que perseguia os judeus no *shtetl*.

Ao contrário da Rússia, no Brasil o açúcar era abundante, poderiam até se lambuzar. Lá, no pequeno mundo do *shtetl*, “quando nos reuníamos à noite para tomar chá, nós e nossos vizinhos, cada um ganhava um cubo de açúcar, um pequeno cubo de açúcar. Que fazíamos render; esse cubo de açúcar preso aos dentes (daqueles que tinha dentes), íamos tomando devagar o chá” (SCLIAR, 2001a:20). Esse narrador repete, pelo ato de contar histórias, uma experiência coletiva, isto é, o narrador que sabe contar histórias e é exatamente esse gesto que o atrela à tradição, embora, como dissemos, não transmite uma sabedoria, uma vez que suas histórias não o ajudam, pois ele permanece inominado em uma cama de hospital, sem companhia, sem ninguém.

O Brasil passou a ser um sonho possível para a família do narrador, desde que o representante da ICA – *Jewish Colonization Association* – visitou a aldeia, apresentando em prospectos imagens idílicas do país. Desse modo, o romance leva-nos a um passado recente da História do Brasil que poucos brasileiros conhecem, conduzindo-nos a uma viagem aos recantos da memória e da História social, ganhando, ainda, contornos de autobiografia, quer dizer, resgata, de alguma forma, alguma coisa da vida de Moacyr Scliar.

Sabemos, pois, que Moacyr Scliar é brasileiro e gaúcho. Sabemos também que sua obra se circunscreve à literatura de imigração. Assim, ele retira da memória os fragmentos de história que ouvia quando criança nas calçadas do bairro do Bom Fim, em Porto Alegre, e registra-as como narrativas ficcionais, circunscrevendo-as na nossa história cultural. Esse romance pode, assim, ser caracterizado como História-arte – na terminologia conceitual de Benedito Nunes –, isto é, uma narrativa que recria os acontecimentos como se fossem presentes, fornecendo-nos imagens do passado, recuperando-o e tornando-o visível.

Voltemos, pois ao romance. A idéia de imigração não é apreciada pelo pai do narrador, um artesão sapateiro, homem simples que tinha na aldeia a sua representação de mundo, e no Conde Alexei, um latifundiário que habitava um castelo próximo à cidadezinha, para quem ele consertava botas, um representante do mundo não-judaico. Na verdade, depois de ter cruzado o Atlântico, o conde é a única pessoa de quem o sapateiro passa a sentir falta no Brasil, conforme vemos: “O conde. Papai já não sentia falta da Rússia, mas sentia falta do conde. Tinha esperança de voltar a vê-lo – no Brasil.” (SCLIAR, 2001a:60)

No jogo da linguagem, o vivido e o recordado vão dando unidade à narrativa. Vale destacar que essas lembranças saem da mente de um sujeito não identificado no romance. Portanto, privilegiando a subjetividade de um indivíduo circunscrito no romance em seu anonimato, Moacyr Scliar nos faz refletir sobre a questão de sociedade e identidade, e como o homem está nela inserido. Quer dizer, pode essa história ter autenticidade se o sujeito que narra não tem nome nem identidade?

Acrescenta-se, porém, que o narrador intenta narrar a história de Noel Nutels. Esse personagem é extraído do mundo real, portanto, cabe identificação e até autenticidade. Assim, Noel Nutels representa, na narrativa, o duplo do narrador, isto é, ele se complementa e se identifica nessa outra personagem, de forma que a complexidade do texto de Scliar configura-se no entrecruzamento das duas identidades que formam uma só. Isso traduz a experiência de vida do homem contemporâneo. Só há integridade e unidade quando ele se vê inserido na sociedade, identificando seu espaço e se vendo nele. O romance, então, captura o real, remodela-o e se presta ao leitor como linguagem verossímil.

Dando seqüência à interpretação do romance, findas as resistências do pai, a família do narrador embarca para o Brasil, sonhando fazer fortuna e educar o filho. Entretanto, os sonhos são, novamente, interrompidos. Nas primeiras semanas, o sapateiro sofre um acidente e tem o braço amputado. Resignado, torna-se um vendedor de gravatas no centro da cidade de São Paulo, e sonha tornar o filho médico, como o narrador mesmo afirma: “Meu pai quer me ver formado em Medicina”. (SCLIAR, 2001a:62)

Para os judeus pobres, oriundos do Leste europeu, o filho médico representava a ascensão a um *status* social elevado. Aliás, até mesmo nessa figuração o Conde Alexei é importante. O médico que cuidava dele era judeu. Em suas reminiscências, lembra: “O Conde Alexei tinha, sim, o seu doutor, e essa era a figura que servia de modelo para meu pai quando pensava numa profissão para o filho.” (SCLIAR, 2001a:62)

História e memória também se confundem na vida de Moacyr Scliar. No ensaio em que apresenta uma pequena biografia de Scliar, Luis Antônio de Assis Brasil comenta que a escolha profissional do adolescente Mico – apelido que Moacyr Scliar recebe na infância – tinha uma dimensão prática, pois: “Não sendo rico, a Medicina, além de proporcionar-lhe o cumprimento de uma vocação, representa certa regularidade financeira no futuro” (ASSIS BRASIL, 2004:17).

Alimentando a idéia de que a Medicina poderia levá-lo a um patamar social elevado, o narrador retém em suas lembranças a figura do médico que cuidava da saúde do Conde Alexei. Segundo ele, esse doutor tinha regalias de um nobre. Morava em Kiev, tinha uma vasta clientela, chegava à aldeia de carruagem, o que trazia grande alvoroço. “As pessoas assomavam às janelas, os meninos corriam atrás” (SCLIAR, 2001a:62), porém, o doutor não se entusiasmava com isso, pois, “confraternização com judeus pobres e ignorantes era coisa que não lhe agradava muito” (SCLIAR, 2001a:62).

Em suas visitas ao Conde, passava pela aldeia rapidamente e ia direto para os salões luxuosos do castelo. Lá, serviam-lhe caviar e champanhe. Ficava ali muitas horas, cuidando de toda a família. O narrador rememora ainda que o médico ganhava muito dinheiro e levava uma vida luxuosa, sem jamais imaginar as dificuldades dos habitantes dos *shtetlech*. “Pogrom? Não sabia o que era, não lhe tirava o sono. E no entanto, era de origem humilde, filho de um pequeno comerciante da aldeia. A conclusão era óbvia: um judeu só poderia sair da miséria, da insignificância, com um diploma” (SCLIAR, 2001a:63).

Outra vez a linguagem conjuga Memória e História. É fato real que o diploma significava para o judeu pobre do *shtetl* a possibilidade de ascensão social. Mas, não é por acaso que essas lembranças estão tão bem marcadas na mente desse narrador. Elas remetem o leitor aos principais personagens do romance: Noel Nutels e o narrador. Esse desejava um dia tornar-se médico, aliás, um sonho sonhado pelo pai. Entretanto esse sonho não se realiza. Ao contrário dele, Noel torna-se médico. O sonho de um dia ser médico e viver uma vida feliz é realizado pelo seu duplo: o amigo de viagem, Noel Nutels.

Acostumado a viver nas bordas, esse narrador apenas segue seu destino. Menino ainda, embarca no navio *Madeira* rumo ao Brasil. É nesse “espaço em trânsito”<sup>24</sup> que sua vida adquire um novo significado. Estando para embarcar, com muito medo do mar e do navio, uma mulher se condói por ele. É Berta, a mãe de Noel Nutels, que o pega pela mão e o apresenta ao filho. O menino Nutels irá permanecer no imaginário desse narrador por toda a sua vida e é quem alimenta a sua história.

---

<sup>24</sup> Conforme leitura de Maria Zilda Cury: “O vapor é um espaço de transição, a meio caminho entre a terra natal e a nova terra, entrelugar que se incorporará à identidade do imigrante: casa flutuante, transporte que sulca águas sem deixar rastros.” (CURY, 2002:15)

A engenhosidade de Moacyr Scliar como um grande ficcionista está aí. Esse autor acalentara, por quinze anos, o sonho de escrever a história de Noel Nutels, o médico e sanitarista de origem judaica, que conhecera quando jovem e o impressionara. Pelo tanto que dedicou aos índios do Xingu, Nutels é cognominado de o “médico dos índios”. Noel Nutels morreu em 1973, vítima de câncer.

Segundo Berta Waldman (2003), como Scliar não achava meios de escrever a história, o sonho ficou trancado por todo esse tempo. Isso porque esse escritor não tencionava se colocar nem como narrador, nem inventar um personagem. Em suas palavras, “O certo é que quando Nutels marca sua pertença no universo ficcional de Scliar, há uma química que altera sua substância de figura empírica, transmudando-a em figura do imaginário do autor, que toma forma de texto” (WALDMAN, 2003:107). E desse modo, Moacyr Scliar dá voz a um narrador imaginativo, que passa a contar os feitos desse médico, transfigurado em personagem de ficção.

O narrador então, após ser apresentado ao também menino Noel, adquire confiança no amigo e torna-se presa de seu fascínio. Os novos amigos passam a fazer peripécias na embarcação: correm, brincam, fazem amizades e ouvem histórias sobre o Brasil, contadas por um marinheiro, que ilustrava suas narrativas com as imagens de um livro. Uma dessas imagens o encabula. Trata-se de um grupo de seis índios “um homem, três mulheres, duas crianças, nus, com o corpo pintado” (SCLIAR, 2001a:37). O marinheiro, admirador dos índios, comenta com seus ouvintes que os nativos “são sinceros, são autênticos, são grandes seres humanos” (SCLIAR, 2001a:38) e comenta também que ainda há, no Brasil, índios antropófagos. Essa revelação o persegue: imagina que fugira dos *pogroms* na Rússia, mas cairia nas garras dos índios comedores de gente.

Por mais contraditório que pareça ser esse fato, temos a impressão que, de certa forma, a imagem dos indígenas sela o destino das duas crianças. Ao chegar ao Brasil, Noel desinteressa-se do amigo e inicia uma conversa, por meio de gestos, com os garotos à beira do cais e, mais tarde, tendo-se formado em Medicina, vai para a Amazônia, cuidar da saúde e cultura dos índios do Xingu. O desinteresse de Noel entristece o pequeno narrador, porém, ainda viria o pior. Ao chegar em Laje do Canhoto, cidade do interior de Alagoas em que morava Salomão Nutels, e onde esse tinha um estabelecimento comercial, o pai do narrador não aceita o convite de trabalhar com os Nutels e embarca para São Paulo, separando para sempre os amigos.

O destino traça para o narrador uma vida miúda. O pai, um artesão sapateiro, tencionava viver da profissão ao chegar a São Paulo, mas acaba impedido, porque, como apontado anteriormente, sofre um acidente. Um bonde que trafegava pela rua José Paulino o apanha e ele perde o braço. Ele rememora: “[...] distraído como sempre, [ele] não viu o bonde que se aproximava. Alguém gritou, ele tentou escapar, caiu. As rodas esmagaram-lhe o braço direito, que teve de ser amputado” (SCLIAR, 2001a:57).

Desse modo, o sonho de viver da profissão é engolido pelo acidente, e ele se torna um vendedor de gravatas – um *gravatnik* – no centro da cidade de São Paulo. Em meio a muitos infortúnios, um outro ocorre, mudando para sempre o destino desse narrador. Às vésperas de completar a maioridade judaica, o *Bar-Mitzvá*<sup>25</sup>, o pai morre vítima de um infarto.

Assim, aos treze anos, nosso narrador passa a ser o chefe da família, tornando-se auxiliar de um comerciante judeu em uma loja de armarinhos, “A Majestade”, que mais tarde herdaria. Preso à loja, abandona os estudos, tendo terminado apenas o curso primário, e estende o desejo do pai à irmã Ana, três anos mais nova que ele. Assim, ele nos conta: “Chamei-a e anunciei: Ana, não posso mais ir à escola, tenho de trabalhar, mas você vai continuar estudando, vai entrar na universidade. [...] aluna brilhante, veio a se formar em psicologia” (SCLIAR, 2001a:78).

A loja passa a ser o espaço que irá “albergar” as fantasias do narrador. Nas palavras de Berta Waldman, ela é “o espaço físico que servirá de fuga a um casamento insosso, a uma vida familiar magra de afetos, distendendo-se como um fole capaz de albergar os enclaves da fantasia do narrador” (WALDMAN, 2003:109). A loja é ainda o espaço físico que esse estrangeiro encontra para fixar raízes. É de lá que ele tenta uma forma de assimilação, pois, atrás do balcão d’A Majestade, lê “tudo” sobre o Brasil. Hans Staden, Graciliano Ramos, Jorge Amado, os jornais com notícias de Noel Nutels são formas de assimilar a cultura do país. A leitura indica a conquista da liberdade que culmina na “sabedoria”.

À espera da morte numa cama de hospital, no limiar entre a vida e a morte, esse narrador sente necessidade de falar-pensar com alguém nesse momento. Por isso, está ansioso para narrar o passado vivido, desejoso em reviver e recriar esse passado. Assim, a narrativa segue ancorada nas lembranças pessoais e em sua memória, e ele vai

---

<sup>25</sup> *Bar-Mitzvá*: Cerimônia religiosa em que o jovem, ao completar treze anos, assume a maioridade religiosa (cf. SCLIAR, 2000b: 129).

trazendo, no bojo de suas lembranças, as histórias vividas por ele e seus familiares no Leste europeu; a remissão aos deslocamentos dos judeus em direção à América e ao Brasil, e também, à nossa história cultural e social.

Esse narrador, ao mostrar as experiências vividas como um imigrante judeu no Brasil das primeiras décadas do século XX, deseja assegurar uma identidade e, ao mesmo tempo, mostrar que as lembranças que constroem a sua narrativa estão arraigadas numa memória individual e, ao mesmo tempo, numa memória coletiva que se estrutura a partir dessas realidades. É então, por meio dessas memórias, de episódios vividos por esse imigrante judeu que esse autor traz o passado de volta, sendo revivido e re-atualizado no presente.

Para isso, Scliar investe numa estratégia de escrita bastante singular. Situa a linguagem no campo da oralidade, da vivência do homem comum, de texto extraído da matéria do cotidiano e, desse modo, o romance *A Majestade do Xingu* aproxima-se das crônicas e da fala popular. Identificamos essa estratégica discursiva em várias passagens, como, por exemplo:

Essa noite, doutor, pensei muito no Noel Nutels. Aqui na UTI a gente dorme mal, e eu tenho sonhos estranhos, mas acordei lembrando, não sei por quê, uma história que me contaram, aquela história do Noel com os generais. O senhor conhece? Não conhece? Então lhe conto. [...] (SCLIAR, 2001a:7).

Como também,

Estou na merda, doutor? Não? O senhor tem certeza? Na merda, não? Não estou? (SCLIAR, 2001a:8),

ou ainda,

O senhor tem jeito de quem gosta de ouvir histórias. [...] Desculpe perguntar, mas seus familiares gostavam de contar histórias? Ah, sua mãe. Sua mãe gostava de contar histórias. Viu como adivinhei? (SCLIAR, 2001a:10).

Esses exemplos demonstram a construção da estrutura “dialógica monológica” entre o narrador-paciente e o médico. Por um lado, o termo “doutor” enquanto vocativo sinaliza para o fato de que o narrador “conta” sua história e a de Noel Nutels para um interlocutor. Por outro, o “doutor” nunca recebe o turno de voz no diálogo, que mais

parece um monólogo, uma vez que o narrador pergunta e em seguida responde. A estrutura textual deixa crer que a resposta do médico se integra ao discurso do narrador.

Além disso, a fala desse narrador junta “causos”, anedotas, piadas, ditos populares, frases obscenas, aos eventos da história da imigração no Brasil, mesclados aos transcurso da nossa história política e social, como a ditadura militar, a luta dos militantes comunistas e as publicações de periódicos resenhados pelos escritores brasileiros a que Noel se junta, enquanto esperava autorização para assumir um cargo no Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro, em 1937. Nas palavras do narrador: “Nesse meio tempo, e sem ter o que fazer, Noel juntou-se ao grupo que fazia a revista *Diretrizes*, que era uma publicação de esquerda, e ali estavam o José Lins do Rego, o Graciliano Ramos, o Jorge Amado” (SCLIAR, 2001a:86). A revista *Diretrizes* era dirigida por Samuel Weiner, um judeu também oriundo do Leste europeu.

Preso às suas lembranças, o narrador nos conta que lia os livros desses escritores, e os elogia: “Grandes escritores, doutor. Eu lia os livros deles, lia com admiração” (SCLIAR, 2001a:86). É um evento irônico, porque se trata de um homem arraigado em seus valores, ligado ao passado e às lembranças do pobre lar no *shtetl*, mas “devora” parte de nossa cultura. Vivendo na “estrangeiridade”, se mistura a nós, apreciando aquilo que é dito de nós mesmos. Por outro lado, essa voz “do intruso”, do estrangeiro apresenta um olhar de compaixão para com os pequeninos, os mais humildes, o índio também representado em si mesmo pela marginalidade em que se coloca.

Segregado, apartado do convívio social e familiar, tendo como ouvinte apenas um médico mais interessado em ler os prontuários dos pacientes do que nas histórias que ouve, esse narrador sente necessidade de transmitir as experiências vividas, pois deseja garantir a tradição, fazendo, de algum modo, o seu registro na História.

Assim, observamos a engenhosidade do escritor Moacyr Scliar na estruturação dessa personagem. Ao colocar essa história na boca de um imigrante que narra as suas experiências e vivências passadas, misturadas aos eventos da História nacional, esse escritor propõe uma redefinição do conceito de verdade, isto é, da verdade oficial, contida nos livros oficiais, porque coloca esse narrador contando a sua história a partir da margem, ou seja, ele é um homem desautorizado, pois não participou dos fatos oficiais, não realizou nenhuma atividade importante e, nesse sentido, esse escritor

“recupera para a linguagem o compromisso de re-significar o sujeito e a história” (JOBIM E SOUZA, 1997:332).

Por isso, o recontar da história do narrador do romance *A Majestade do Xingu* refrata esse gesto, isto é, há uma escolha escritural própria, ou seja, uma proposta de “escrita oralizada” que se sustenta na multiplicidade de vozes, na alusão, na ironia e no humor, quer dizer, não transmite uma verdade única. O narrador usa diversos artifícios para exprimir seu relato. Lembra-nos, muitas vezes, que não tem autoridade para escrever, como por exemplo, quando afirma ser um sujeito inescrupuloso: “[...] eu não era o Isaac Babel, eu não era a Clarice Lispector, que também veio da Rússia, mas que, diferente de mim, era uma escritora nata. Eu era um arrivista na literatura” (SCLIAR, 2001a:84). Ou quando se passa por mentiroso para (re)conquistar o filho Ezequiel, adolescente rebelde e membro do *Comintern* (Órgão Central dos partidos comunistas), e inscrito numa célula da juventude comunista no Bom Retiro, a célula Zumbi dos Palmares.

Estando o filho com os amigos comunistas em uma reunião em sua própria casa, o narrador ousa interferir na conversa, buscando a simpatia do grupo que o tinha como “um pequeno burguês explorador, um beneficiário da alienação obreira” (SCLIAR, 2001a:137). Ao perguntar aos militantes se eles conheciam Noel Nutels, todas as atenções se voltam para ele, e o filho, inicialmente irritado com a intervenção do pai, viu-se obrigado a contar aos amigos que ele viera da Rússia com Noel. A partir desse momento, passa a ser visto de um modo diferente pelos jovens. Ele relata:

O senhor conhece, doutor, a história do sapo que vira príncipe? Naquele momento deixei de ser o reacionário e acomodado batráquio, a coaxar numa lojinha: virei príncipe. Não: príncipe não, um príncipe ali seria execrado; virei um herói proletário. Aos olhos deles rodeava-me agora uma aura de esplendor progressista. Quem, sem o saber, tinha realizado esse milagre fora o Noel. A simples menção do nome fora suficiente para que eu mudasse aos olhos dos jovens militantes. Tinham tanta admiração por Noel Nutels que sobrava um pouco para mim. Não: sobrava bastante para mim. Pediram que eu sentasse, que falasse sobre o lendário Noel. Não me fiz de rogado. Conteí tudo o que sabia (e várias coisas inventei. Pais desesperados estão autorizados a mentir um pouco). (SCLIAR, 2001a:138)

O recurso da ironia é mais um arranjo literário. A mentira alude à ficção que, por sua vez, alude à História. Isto é, a mentira é uma forma de registrar a História. Então, mentira-ficção-narrativa são formas de dar sentido à vida, como registrou Walter

Benjamin. A narrativa permite transformar a matéria desordenada da vida em matéria ordenada, dotada de sentido.

Ao agir dessa forma, ou seja, contando uma história cujas bases estão na oralidade, esse narrador se vincula a uma memória ideológica, isto é, à memória coletiva do povo hebreu, que tem na base de sua cultura a “contação” de histórias, e devemos ressaltar, importante no mundo do *shtetl*. Aliás, em um outro livro, *Memórias de um aprendiz de escritor*, o próprio Moacyr Scliar reflete sobre verdade e mentira: “Verdade é uma palavra muito relativa para um escritor de ficção” (SCLIAR, 1984:12). Ele lembra, ainda, que verdade e mentira são tecidas de palavras, e as palavras são tudo ou “quase tudo” para quem escreve ou narra.

Essa é uma outra estratégia do escritor. As histórias contadas pelo narrador do romance *A Majestade do Xingu* constituem um modo de voltar às origens do Brasil, de rever nossos mitos de fundação, de falar da mistura de raças que compõem o Brasil contemporâneo, sendo, ainda, uma forma de pensar a relação entre literatura e História, pois, cada uma a seu modo, reescrevem o passado.

Do alto de suas fabulações, o narrador desloca para o romance algumas lendas do imaginário popular, aproximando por meio delas o estrangeiro e o nativo, e colocando, num mesmo caldo, o judeu e o índio:

Viagem penosa aquela no Madeira. Não tão penosa quanto a viagem dos índios, naturalmente, nem tão demorada. Milhares de anos antes de nós, milhares de anos antes de Colombo, milhares de anos antes dos vikings, milhares de anos antes que as naus do rei Salomão chegassem à Amazônia em busca de ouro e madeiras preciosas para o templo em Jerusalém, enfim, milhares de anos antes da história, tribos tinham saído da Ásia e, movidos pela fome ou por misterioso tropismo, tinham se dirigido primeiro para noroeste, para o que hoje é a Sibéria, e depois, atravessando o que hoje é o estreito de Bering, haviam chegado ao que hoje é o Alasca, descendo para o sul e se espalhando ao longo do que hoje é a América. Que viagem, doutor! Viagem? Não, a palavra não é essa. Viagem era o que nós fazíamos a bordo do Madeira. (SCLIAR, 2001a:44)

A menção às naus do rei Salomão tem origem numa misteriosa narrativa bíblica. No livro *Judaísmo: dispersão e unidade*, Moacyr Scliar retoma a Bíblia, mais precisamente o Livro de Reis (Reis, 1,9.26,28), para contar que as naus de Salomão foram a Ofir de onde trouxeram “quatrocentos talentos de ouro, que foram presenteados ao rei”. Segundo ele, especulou-se, por muitos séculos, onde estaria situada a famosa

Ofir, tão rica em ouro. Para Colombo, por exemplo, seria em Catai, e depois do descobrimento das Américas, portugueses e espanhóis também polemizaram; para os espanhóis, Ofir estaria no Peru, já para os portugueses, primeiro na África, e depois no Brasil. Ele ainda comenta: “Mas a imaginação não precisa de provas, e a lenda atravessou os tempos, ganhando requintes: as Amazonas teriam sido trazidas ao Brasil pelos fenícios” (SCLIAR, 2001d:108).

Depois da primeira “mentira-história”, outras mais poderiam aparecer, pois “mentia” por uma “causa nobre”, e o narrador, tão-somente percebe o interesse dos jovens, afirma que pedirá a Noel para escrever-lhes. Esse gesto também remonta à tradição a que ele está vinculado. No ambiente do *shtetl* as histórias alimentavam a esperança de um futuro melhor. As cartas eram também uma espécie de narrativa entre os judeus. Em *Negócios e ócios* Boris Fausto comenta que as missivas recebidas dos parentes que vieram para as Américas eram lidas em grupo no Império Otomano. Elas traziam novas emoções e a esperança de viverem uma vida melhor no Novo Mundo.

A possibilidade de receber cartas de Nutels impressiona os militantes, mas é ele quem começa a redigi-las, subscritando-as como se fosse o médico. Nessas cartas, confirma as mentiras ditas aos militantes comunistas, bem como alimenta a ideologia socialista dos jovens, como se fossem conselhos de Noel Nutels; fala da viagem de infância no navio *Madeira*; faz elogios a ele, o narrador, justificando a sua não-militância, como, por exemplo: “Sei que seu pai, companheiro Zequi, é hoje um lojista. Não o hostilize por causa disso. Nem todos podem estar na linha de frente no combate por um mundo melhor” (SCLIAR, 2001a:141); e fala da infância de Noel no Recife, cometendo aí um grave erro: esquecera que os militantes faziam restrições a alguns nomes que circulavam com Noel, dentre eles, Rubem Braga, que não era membro do Partido Comunista e, no dizer dos “comunas”, escrevia crônicas muito líricas.

Vale retomar aqui as reflexões de Mikhail Bakhtin acerca da polifonia. Para ele, a palavra ganha vida no romance, apenas se dependente das relações dialógicas entre autor e personagens. O autor é, então, elemento constitutivo da obra e não um mero “portador de vivências anímicas”, sendo ainda, “uma energia formativa”, “um produto cultural significativo e estável que manifesta sua reação na estrutura de uma visão ativa do personagem” (BAKHTIN apud MACHADO, 1995:91). Ele deve ser percebido, então, como um fenômeno estético, ou seja, como um construto discursivo, pois apenas assim é que a sua figura torna-se nítida, passando a relacionar-se com os personagens,

podendo entabular atitudes dialógicas precisas. Segundo Irene Machado, “[o] autor ocupa um campo de visão que define o tom de seu discurso; a partir dele, outros discursos se definem estabelecendo contrastes e superposições, montando a rede de excedentes de sua visão” (MACHADO, 1995:92). Em suas leituras, Irene Machado afirma que Bakhtin defendia que de certa forma, após ser criado, o personagem adquire vida autônoma. Conforme suas palavras, “a vida do personagem está totalmente fora dos limites da visão do autor, criando, em relação a este, um contracampo, ou [...] uma extraposição” (MACHADO, 1995:92). A relação de extraposição, para Bakhtin, é o campo fértil da manifestação dialógica.

Outrossim, o autor pode, algumas vezes, perder de vista a relação de extraposição e manifestar outras atitudes em relação a seus personagens, podendo ocorrer, nesse caso, a fusão dos dois campos de visão, quer seja “pela apropriação do autor pelo personagem, seja pela apropriação do personagem pelo autor, ou ainda quando o personagem é seu próprio autor” (MACHADO, 1995:92).

O narrador-personagem do romance *A Majestade do Xingu* é o autor da história, e relaciona-se com as demais personagens do romance, promovendo com elas o seu monólogo dialógico – ou diálogo monológico –, ainda que se valendo do discurso indireto livre. Isto é, no romance não há troca de turnos entre os personagens. Apenas o narrador fala, enunciando-se por meio de um feixe de vozes. Isso torna o romance polifônico, ainda que essa característica esteja manifesta na interioridade do discurso. “Eis a alma da polifonia: As vozes que entram para a constituição do romance são sujeitos plenivalentes daquilo que enunciam porque são, sobretudo, idéias em confronto, são pontos de vista em constante interação” (MACHADO, 1995:93).

Assim, o romance polifônico estabelece relações dialógicas em que o confronto das idéias se dá como conversa e discussão, e “cada opinião se torna de fato um ser vivo e inseparável da voz humana materializada” (BAKHTIN apud MACHADO, 1995:93). Nesse sentido, o romance passa a ser não somente uma voz enunciativa de idéias, mas, principalmente, objeto que irá dar continuidade à evolução do romance, traduzindo, assim, a evolução do pensamento artístico (cf. MACHADO, 1995).

Além disso, apresentando o autor como energia formativa, Bakhtin o tem como autor-sujeito ou autores-sujeitos<sup>26</sup> cujos discursos constantemente interagem, por isso

---

<sup>26</sup> O autor sujeito (ou autores sujeitos) é aqui entendido como o sujeito discursivo, ou seja, o ser social, inserido em um espaço coletivo, portanto, não funda em um “eu” individualizado. “A voz desse sujeito

não se trata do autor-criador. Isso posto, deve-se considerar que narrador e autor “ocupam diferentes posições no espectro de realização da obra”. Segundo ele, “por trás do relato do narrador nós lemos um segundo relato, o relato do autor sobre o que narra o narrador, e, além disso, sobre o próprio narrador” (BAKHTIN apud MACHADO, 1995:94). Nesse sentido, o relato do narrador é também o relato do outro<sup>27</sup>.

Por esse viés opera a fabulação do narrador do romance *A Majestade do Xingu*. Sabendo que o pai teria o braço amputado após o acidente, quando foi atropelado por um bonde, começa a imaginar um ritual antropofágico para o destino desse braço. Terminada a operação e estando os médicos satisfeitos por terem salvado a vida do paciente, a enfermeira dá ordens ao servente encarregado da limpeza para levar o braço esmagado e queimá-lo no forno. José, o servente, tem no rosto um sorriso sinistro. No imaginário desse narrador, José é um “índio antropofágico”, e disfarça suas origens por trás de uns óculos de grau. Segundo o narrador, ele

[...] faz parte de uma pequena tribo que migrou do Norte para o interior de São Paulo e que, aparentemente aculturada, pratica, ainda, e em segredo, o canibalismo. Por que o faz? Por falta de comida – é pobre, essa gente desesperadamente pobre, passa fome – e também por fidelidade ao passado tribal, mas, sobretudo, como forma de vingança contra os invasores de suas terras, aquela gente que trouxe a fome e a miséria: os brancos os escoraçaram, vingam-se devorando-os. (SCLIAR, 2001a:67)

Vemos, assim, que a voz do outro está aqui inserida. Num mesmo gesto, esse narrador propõe uma reflexão acerca da má distribuição de renda no país e dos milhares de pessoas que passam fome, e também aproxima o judeu do índio, muito mais “pela situação injusta da discriminação e do desprezo da sociedade (cf. CURY, 2002:27). O discurso se enviesa e expõe uma outra voz, a dos marginalizados e oprimidos que nunca são ouvidos pelos dirigentes oficiais da nação, como também denuncia as arbitrariedades do colonizador, aquele que tomou posse da terra sem se preocupar com os seus verdadeiros donos. Vale lembrar que discurso aqui é entendido como objeto de existência material, ou seja, é matéria que “implica uma exterioridade à língua,

---

revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico” (FERNANDES, 2005:34).

<sup>27</sup> O outro aqui – escrito com letra o inicial minúscula – é concebido conforme Cleudemar Alves Fernandes: “compreende o mundo social no qual o sujeito se insere” (FERNANDES, 2005:37). Ele esclarece também que Outro – escrito com inicial maiúscula – refere-se ao sujeito e sua manifestação pelo inconsciente, sob a forma de linguagem (2005:42).

encontrada no social e envolve questões não estritamente lingüísticas” (FERNANDES, 2005:20).

O romance se abre então para uma multiplicidade de vozes que narram as suas próprias histórias: ora é o índio aculturado que padece na cidade grande, ora é a militante comunista, fazendo comícios-relâmpagos na Estação da Luz em São Paulo e conclamando os índios a lutarem contra os opressores; ora é o judeu-errante-fabulador-meio-índio que deseja sair da situação fronteiriça em que se encontra.

Desse modo, misturando eventos vivenciados na Rússia czarista, na pequena casa no *shtetl*, aos vividos no Brasil das primeiras décadas do século XX, o narrador segue desvelando a nossa História, deixando fluir a voz dos oprimidos, da “corvéia anônima” no dizer de Walter Benjamin. Mesmo narrando a partir da sua vida privada ou do “espaço doméstico”, casa e mundo se confundem, “estranhamente, o privado e o público tornam-se parte um do outro, forçando sobre nós uma visão que é fragmentária, perturbadora” e, assim, ele “faz surgir um quadro da nossa história da imigração, vazada por um olhar extremamente irônico, mas, sobretudo, por um olhar renovado, que faz vibrar diferentemente as diferentes fases registradas de nossa história oficial” (CURY,2002:24).

Fato é que esse narrador, mesmo apartado do menino Noel logo que chega ao Brasil, continua obcecado pelo companheiro de viagem. Apesar do sonho do pai de torná-lo médico, o destino tece para ele outros desafios e é o amigo que acaba médico. De espírito empreendedor, Noel projeta-se no cenário nacional tanto como homem da ciência quanto no meio político, assimilando-se de maneira natural e ajudando a compor a história do país. Ele devora com voracidade, até de forma antropofágica, a cultura brasileira: “O Noel não parava quieto: ele ia avançando, embrenhando-se no mato adentro, cada vez mais dentro do Brasil, cada vez mais brasileiro” (SCLIAR, 2001a:101), enquanto o narrador continuava a morar no *shtetl*. Escondido atrás do balcão de uma loja de poucos clientes, “A Majestade” deixava voar a sua imaginação para viver, nostalgicamente, o passado: “Nossos caminhos se haviam mesmo separado; ele agora estava no mato, eu na loja. Eu sentado, imóvel. Lendo, imóvel; ou – imóvel, lembrando o passado; ou imóvel, devaneando. Mas imóvel, sempre imóvel” (SCLIAR, 2001a:101). Ele continuava no exílio. Na sua imobilidade, buscava a liberdade na leitura.

Desse modo, esse narrador mitifica a imagem de Noel Nutels, “o grande médico dos índios”, vivendo à sombra desse homem, uma vez que não tem acesso à vida privada de Nutels, pois acompanha seus feitos apenas pelos jornais e informes coletivos. Assim, a aproximação histórica adquire um caráter de verdade, e o narrador ganha um lugar passível de inserção nessa sociedade.

Iluminado pelas lembranças no momento da morte e a expressão íntima da dor causada pela cardiopatia em que é acometido, o narrador tece uma espécie de “monólogo dialógico” (cf. WALDMAN, 2003), como já havíamos indicado em outra passagem do presente estudo, pois o que conta para o médico só nos é passado pela repetição daquilo que foi dito, e por meio de uma memória individual, sendo que seu relato vai ganhando consistência e fazendo crescer a sua personagem na narrativa.

Anverso da figura de Noel Nutels, homem corajoso, destemido, de olhar para o futuro, ele se apresenta como um homem preso ao passado, fracassado, inerte, mas que vai ganhando consistência na medida em que o amigo só passa a existir pela sua fala. A memória do narrador se apresenta, então, em forma de ziguezague de fatos e eventos, e ele simula um “contador de histórias” da tradição. Cabe lembrar que o narrador do romance *A Majestade do Xingu* é um construto ficcional, criado por Moacyr Scliar, que parece simular um gesto narrativo da tradição. A simulação se dá pelo fato de que as histórias que narra não o ajudam. Quer dizer, o narrador da tradição ao contar uma história, as parábolas, por exemplo, dava um conselho, trazia um ensinamento capaz de provocar mudanças. Já o narrador do romance *A Majestade do Xingu*, embora simule esse narrador, não provoca mudanças, aliás, seu interlocutor é mudo, também não modifica sua situação de moribundo, nem mesmo como consolo a si próprio, pois, ao final do romance, temos a impressão de que seu fim está próximo. Vejamos: “Posso lhe fazer uma pergunta, doutor? Posso? Essa dorzinha aqui no braço – o que será isso, doutor?” (SCLIAR, 2001a:210).

Na tentativa de se fazer ouvir – “o senhor tem jeito de quem gosta de ouvir histórias, e dessa o senhor gostará” (SCLIAR,2001a:7) – o narrador cria um gesto que visa resguardar alguma coisa da morte, pois ao reunir fatos vividos como imigrante, aproximando a sua história pessoal daquela vivida pelos navegantes portugueses que aqui chegaram para explorar a terra, dá à sua história um caráter emergencial, e seu relato vai ganhando força para reinscrever na história pessoal (e também nossa) a sua

experiência de imigrante, inscrevendo, desse modo, uma outra escritura da História, contada de forma irônica e metafórica.

Walter Benjamin afirma que o saber e a sabedoria assumem uma forma transmissível no momento da morte, e é também nesse momento que as coisas ditas adquirem um caráter de eternidade, em que os vestígios do passado são colhidos e expressos em uma linguagem preta de significados. Nesse sentido, o romance *A Majestade do Xingu* retira do anonimato alguns elementos da cultura judaico-brasileira, e os registra para uma transmissibilidade constante.

Então, ao lançar mão de uma narrativa ancorada na história oficial e de um narrador preso às tradições de seus antepassados, o romance de Scliar se configura numa alegoria, construída a partir de um narrador que chama para si a escuta de uma outra voz, daquela vivida pelo imigrante que ousou fazer o caminho dos navegantes portugueses, mas que, ao contrário dos imigrantes exploradores, permaneceu nas bordas da cidade, num *shtetl* brasileiro, o bairro do Bom Retiro em São Paulo, lançando, desse lugar, um outro olhar ao espaço circundante, revelando uma outra face da nossa história oficial.

## **II.2. Narrar a Experiência e garantir a Tradição**

“Cada vez que me julgo importante, por ser escritor, ou por ser médico, ou por escrever no jornal, uma vizinha debochada me chama à realidade – que besteiras são essas que andas escrevendo, Mico? – e me faz lembrar que é preciso ser humilde” (SCLIAR, 1984:14). “[...] Sou judeu. Tenho a arcaica, visceral lembrança de anos de dispersão” (SCLIAR, 1984: 15).

Segundo Regina Igel (1997), a temática judaica na literatura brasileira veio como reação aos problemas típicos dos primeiros momentos da imigração para o Brasil. Entre os mais comuns têm-se: as dificuldades vividas nas colônias do Sul do país, os primeiros empreendimentos na cidade de São Paulo e a aglomeração no bairro do Bom Retiro, e, principalmente, a experiência coletiva vivida no bairro do Bom Fim, no Rio Grande do Sul, quando os colonos começaram a migrar para a cidade de Porto Alegre.

De ascendência *ashkenazim*, Moacyr Scliar está incluído entre os escritores judeus<sup>28</sup> de maior produção literária contemporânea, deixando transparecer em suas obras o conflito do estrangeiro frente ao universo cultural brasileiro. Além do Judaísmo, explora também temas ligados à Medicina e à literatura, sendo que em todos eles promove um diálogo entre os temas. Desse modo, a hibridização cultural entre o que é brasileiro e o que é judaico se mescla, surgindo, quase sempre em seus romances, sujeitos performados do choque, da dispersão constante, daquele que está sempre pronto para mudanças, e tendo que fazer escolhas entre a tradição herdada e a cultura do país de adoção.

Não é diferente o narrador do romance *A Majestade do Xingu*. Vindo para o Brasil menino ainda, experimenta os mais diversos choques. Ainda na *Pale*, vive o trauma do *pogrom*, sendo a mais terrível lembrança, pois o acompanha por toda a sua vida, inclusive no momento da morte. Cabe lembrar que o narrador está numa cama de hospital, e toda a sua família já se encontra dispersa pelo mundo. O que fica como lembranças são os destroços do passado, reconstituído em imagens fragmentadas daquilo que viveu, resultando em muita angústia e muito sofrimento que, estocados em sua memória, emergem nesse momento. Por isso, há uma intensa necessidade de recompor as peças do caminho percorrido, revivendo de novo os fatos e, assim, salvá-los do esquecimento.

Lembra-nos Walter Benjamin: É no momento da morte que “o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer” (BENJAMIN, 1993c:207). A narrativa, então, se dá como forma de salvação, isto é, por meio dela, a sua história se configura, ressurgindo dos “cacos” do passado e re-figura, no presente, aquilo que foi perdido, mas que precisa ser registrado e transmitido de geração em geração, para não cair no esquecimento.

O seu gesto lembra-nos a parábola do velho vinhateiro, apresentada por Benjamin no seu célebre ensaio, aliás, já mencionado em outro ponto do presente estudo. Os filhos acreditam na existência do ouro na terra em que estão plantadas as

---

<sup>28</sup> Segundo Regina Igel (1997), o termo judeu recebe definições de três ordens: a religiosa – aquele que aceita a fé judaica; a cultural – aquele que, sem uma filiação formal religiosa, encara os ensinamentos do Judaísmo – sua ética, seu folclore e sua literatura – como pertencentes a ele mesmo, e a prática, para aquele que se considera judeu ou assim é visto por sua comunidade. Embora tenha sido criado nos dogmas da fé judaica, Moacyr Scliar não se considera judeu pela fé, mas pela cultura.

vinhas e, ao cavá-las, nada encontram, mas descobrem, meses depois, que a felicidade “não está no ouro, mas no trabalho” (BENJAMIN, 1993a: 114). Ou seja, a vida é preciso ser vivida. Simplesmente isso. E o que fica dela é a experiência, e essa não o ajuda por ter sido vivida no interior de um eu solitário, não compartilhado. Para isso, vale o jogo de espelhos. Em relação ao romance *A Majestade do Xingu*, o narrador diz que irá contar a história de Noel Nutels, mas escondida na exuberante vida do notável médico, é a dele que se revela numa pura realidade. Ele transmite uma experiência que não lhe serve. Continua moribundo na cama de hospital, mas a transmite, porque é preciso manter a tradição e, afinal, o médico – interlocutor silencioso – é também um jovem, e um dia descobrirá o valor da experiência vivida na subjetividade de cada um. Vejamos a atitude do médico:

Ah, o senhor está prestando atenção. Está escrevendo, mas presta atenção. Bem, os jovens conseguem fazer isso, escrever e prestar atenção no que ouvem. E os jovens doutores, então, nem se fala. São capazes de ouvir o paciente, ler o prontuário, falar com a enfermeira e olhar o monitor, tudo ao mesmo tempo. (SCLIAR, 2001a:10)

O velho e o novo se encontram na história do narrador. O médico se relaciona com os equipamentos da técnica, manipulando-os ao mesmo tempo, com naturalidade. Lê o prontuário, fala com a enfermeira, olha o monitor – certamente do computador, e escreve. Isso requer o uso de diversos sentidos. Mas, não é mais o sujeito que fia e tece, ouvindo as histórias do viajante. É o homem fruto da técnica, pobre de experiências, incapaz de narrar. Ele não descreve os fatos passados. Apenas conta-os. Nesse sentido, a estratégia discursiva do escritor é muito importante, pois, ao situar a linguagem no campo da oralidade, portanto, “livre das amarras da escrita” (cf. WALDMAN, 2003), apresenta o narrador em sua pobreza miserável. Na verdade, sua vida toda é miserável, e esse narrador mostra isso. Ele mergulha o leitor em seu pequeno mundo e extrai dele a sua vida miúda, insignificante, mas de pura realidade e é nisso que se apresenta grande, pois apesar de narrar o nada-em-si de sua vida, a preenche na do amigo de viagem, cuja trajetória acompanha pelas notícias de jornal, trazendo junto com ela muitos fatos da história nacional. É interessante a observação de Berta Waldman acerca dessa relação:

O certo é que os dois meninos, com seus destinos divergentes, encontram-se enlaçados indissolavelmente, no romance, pois aquele que é grande, vencedor, realizado e aventureiro, só tem existência na fala daquele que é pequeno, fracassado e humilde. Aliás, essa oscilação de medidas (reversíveis?), o grande e o pequeno, perfazem a rota de todos nós: o miúdo do cotidiano, a vida coagulada no ritmo pequeno do dia-a-dia, pontuada pelos momentos de alubrimento, de sonho. A divergência entre o narrador e Nutels, projetada numa linha contínua, pode ser vista como complementar, em sua diferença. (WALDMAN, 2003:108)

Mesmo insignificante, esse narrador se recusa a morrer sem deixar rastros, insistindo na escuta de sua história, e por isso busca resgatar o passado, misturando as experiências vividas aos eventos da História do Brasil, deslocando, com esse gesto, tempo e espaço, como também, misturando personagens reais aos criados pela sua imaginação. Desse modo, os episódios históricos adentram a narrativa na forma de diversos discursos retóricos, sem excluir o “autocorrosivo” humor judaico; não o factual, mas sim o discursivo faz com que se estabeleça uma relação de suplemento entre o narrador Noel Nutels, tornando-se também um suplemento da História no sentido de propor um deslocamento do próprio discurso historiográfico.

É, portanto, na solidão desse homem preso a uma cama na UTI de um hospital, que surge a necessidade de reconstrução do passado, para garantir uma memória e uma tradição, sugerindo ao leitor a necessidade de se retomar a História, não pelo passar contínuo dos tempos, mas para inscrevê-la na grande temporalidade e preenchê-la com a substância viva da narrativa, preservando-a do esquecimento e da destruição.

### **II.3. Os Filhos da Imigração: o Anônimo e o Médico**

Num ensaio em que aborda a dinâmica de integração dos judeus no Brasil, Bernardo Sorj diz acreditar que tal fato é importante para compreendermos o conjunto da sociedade brasileira, bem como o Judaísmo e o anti-semitismo modernos. Baseando-se nessa idéia preliminar, o ensaísta propõe-se a analisar esses elementos a partir de três hipóteses, a saber: a) compreender o fenômeno particular do limitado impacto do anti-semitismo no Brasil contemporâneo; b) indicar algumas características do Judaísmo brasileiro geradas pela integração na cultura e na sociedade judaicas; c) indicar certos

padrões dominantes nos escassos estudos sobre o Judaísmo brasileiro contemporâneo, tanto os realizados no Brasil, como nos Estados Unidos e em Israel.

Em relação ao racismo e a presença de judeus no Brasil, Bernardo Sorj parte do pressuposto de que a sociedade brasileira tem baixos índices de discursos ou práticas anti-semitas. Esse pressuposto se sustenta, inclusive, na experiência empírica do autor, pois, segundo ele, mesmo nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão um grande número de judeus, o anti-semitismo é quase inexistente. Para ele, isso é explicado pela particular ideologia do branqueamento da raça, que tem no homem branco o ideal a ser alcançado, pois a partir dele poder-se-ia melhorar as outras raças, especialmente, a negra, pela via da miscigenação. Desse modo, sendo brancos, os judeus são bem aceitos<sup>29</sup>, pois logicamente, favoreceriam a mistura pretendida e, conseqüentemente, o branqueamento.

Segundo Bernardo Sorj, a formação sociocultural do Brasil no século XX é interpretada a partir de duas ordens de raciocínio. A primeira diz que a sociedade brasileira é aberta e tolerante, pois possui um caráter integrador, e é sustentada por uma psicologia coletiva de cordialidade, havendo nela também um sincretismo cultural; a segunda “ênfatiza as características racistas da estrutura social brasileira, na qual o negro não só ocupa os extratos mais pobres, como sofre discriminação racial, tendo diminuídas suas chances de mobilidade social” (SORJ, 1997:11).

Para Bernardo Sorj, a ideologia do branqueamento da raça tem um fator positivo no sentido de valorizar a mistura e dar aos negros a possibilidade de integração ao “plantel da raça virtuosa pela perda das características da raça viciada” (SORJ, 1997:12). Igualmente, avaliando a obra do jurista Roberto da Mata, defensor da idéia de que predomina no Brasil a fábula de que brancos, negros e índios têm “componentes equivalentes”, o ensaísta toma para si essas idéias, afirmando que essa mesma fábula predispõe a sociedade brasileira ao cruzamento e à tolerância racial, ressaltando, porém, que a proposta de integração pelo branqueamento é racista e nega a identidade negra.

Pela leitura da obra de Da Mata, o ensaísta nos mostra que essa ideologia exercita uma prática social de profundas desigualdades. Nesse sentido, os brancos se

---

<sup>29</sup> Vale observar que Bernardo Sorj faz uma ressalva em seus estudos. Segundo ele, a sociedade brasileira apresenta-se racista, antinegra, mas tal racismo não atingiria outras etnias, como os judeus, e afirma que a hipótese apresentada em seus estudos “parece cobrir parte essencial da explicação a respeito do motivo de o Brasil não ser uma sociedade anti-semita, mas ela é insuficiente e exige uma elaboração maior sobre as diferentes formas de racismo, inclusive o antinegro” (SORJ, 1997:11).

vêm mais valorizados do que os negros, estabelecendo, assim, uma sociedade que desconhece valores individuais e igualitários, o que assegura a ausência de segregação, porque a própria hierarquia social sustenta o domínio do branco, delimitando os espaços entre o dominado e o dominador.

Para Bernardo Sorj isso é algo negativo, porque na segregação moderna (ele analisa a dos povos anglo-saxões) se reconhece a alteridade do outro, enquanto que no sistema brasileiro, “todo mundo é parte de um conjunto com um lugar desigual específico e as diferenças são relativas à posição ocupada por cada um” (SORJ, 1997:12-13).

Para o estudioso, há também um outro aspecto a ser analisado. A sociedade brasileira vê o Brasil como um “país de futuro”, negando tudo da história da fundação, onde estão os negros, os índios e os portugueses, e por isso não valoriza os mitos do passado. Assim, o estrangeiro branco adquire um valor maior, representando, inclusive, o progresso para consolidar o Brasil, de fato, como o “país do futuro”. É esse pensamento que favorece a ascensão social dos imigrantes judeus, que para Bernardo Sorj, ao invés de gerar ideologias racistas ou sentimentos antiétnicos, é traduzido como fator positivo e valorizador da pessoa. Esse é um dado que favorece o imigrante. Outro fator de desagregação poderia vir das instituições, mas no Brasil isso não se dá. Segundo ele, o anti-judaísmo que a Igreja Católica alimentou até recentemente, diluiu-se em nossa sociedade, uma vez que nela predomina o sincretismo religioso. Para Bernardo Sorj, “as práticas sincréticas no Brasil igualmente expressam um universo onde a integração do outro não supõe a eliminação e sim a sua absorção” (SORJ, 1997:18-19).

Portanto, vindo de países onde era constantemente discriminado, o Brasil vai representar para o imigrante judeu a “terra prometida”, e nela se integra, passando a compor grande parte da classe média nacional. Desse modo, a rápida absorção do imigrante na sociedade, trouxe “a erosão das fronteiras diferenciadoras e das tradições próprias”, e isso contribuiu para que a sociedade brasileira desse um maior valor ao “lúdico no lugar do discursivo ou o artístico no lugar da reflexão conceitual”, isso não leva à constituição de identidades étnicas diferenciadas (cf. SORJ, 1997:20).

Esses elementos da sociedade brasileira, somados à negação da tradição, leva essa mesma sociedade a cultivar o esquecimento, em contraposição à judaica que cultiva a lembrança. No pequeno livro autobiográfico de Moacyr Scliar, *Memórias de*

*um aprendiz de escritor*, a boa convivência entre estrangeiros e brasileiros fica bem marcada. Ele relata que “no Bom Fim vivíamos todos, judeus e *goim*<sup>30</sup>, como uma imensa família. Entrávamos nas casas uns dos outros, a qualquer hora. A porta de nossa casa não tinha chave; quando viajávamos, o que era raro, meu pai pregava-a e saíamos pelo fundo” (SCLIAR, 1984:19).

Para o ensaísta Bernardo Sorj, a cultura judaica é uma cultura de angústia, e a angústia traz a insatisfação com o presente, a vontade de mudar, o que produz uma franca oposição com a brasileira. Segundo ele, o brasileiro enfatiza o “deixa pra lá”; prefere viver o presente, na esperança de que surjam dias melhores. A expressão do elemento judaico é marcante na escritura de Moacyr Scliar. Alguns de seus personagens demonstram uma insatisfação tão grande com o presente que os leva à criação de um mundo imaginário, e a narrativa, geralmente transcrita em forma de labirinto, quase sempre é ancorada na História.

É assim, por exemplo, com o protagonista do romance *O exército de um homem só* (1973). A realidade é tão opressora para o Capitão Birobidjan, que ele a subtrai por meio da imaginação. Um dia, abandona a mulher e dois filhos e uma vida pequeno-burguesa, pois é dono de uma loja de armarinhos no Bom Fim – aliás, bastante semelhante à “Majestade” –, no bairro judeu de Porto Alegre, para fundar uma nova sociedade no Beco do Salso, um sítio abandonado que fica nas proximidades dessa cidade. Sonha viver ali um mundo socialista, onde tudo é dividido, as ações são planejadas em grupo, e aquele que erra deve fazer uma autocrítica. Na verdade, a sociedade é composta por ele e três animais: a companheira galinha, rebelde e improdutiva por sinal, que vive a ciscar em locais alheios, sem sequer botar um ovo, o companheiro porco, e a companheira cabra que o alimenta com seu leite.

Lá, o Capitão Birobidjan inicia a construção dessa nova sociedade, a Nova Birobidjan, um local que representaria o fim das peregrinações do povo judeu, a sua redenção, aliás, numa alusão a Birobidschan, capital da região autônoma de assentamento judaico na antiga União Soviética. Mas o “inimigo” chega. Trata-se de quatro trapeiros e uma mulher, habitantes de uma cabana nas proximidades da casa-sede. Os nomes são muito engraçados: Libório, Nandinho, Hortênsio e Fuinha, e a mulher, sabemos depois, Santinha. Esse grupo formava uma sociedade “não-competitiva”. Jogavam cartas, bebiam e conversavam o dia inteiro. O grupo representa

---

<sup>30</sup> *Goi* (*pl. goim*): designação dada pelos judeus aos não-judeus.

também a mistura de culturas no Brasil. São assim caracterizados pelo narrador: “Havia uma grande cicatriz no rosto de Hortênsio. Fuinha tinha cara de índio. Nandinho cantarolava o dia todo e Libório usava barba” (SCLIAR, 1997a: 70). Os amigos viviam na cabana e dividiam um único casaco, e quando chegava o inverno “enrolavam em sacos e batiam queixo. Nestas ocasiões Libório murmurava: ‘Que triste a nossa vida, amigos! Que triste!’ Chorava então, chorava muito” (SCLIAR, 1997a:70).

A situação do grupo traz indícios da errância judaica, das perseguições ao longo dos séculos, e a tristeza frente à indiferença social. Sendo assim, os extratos marginalizados da sociedade encontram-se representados pelo grupo de trapeiros.

Lá o Capitão vive algumas aventuras. Cria um jornal de tiragem única, hasteia bandeira da Nova Birobidjan todos os dias, sulca e planta a terra em fraterna convivência com os “companheiros animais”, e um dia, luta com o grupo de trapeiros, que lhe tira os companheiros, o porco e a cabra, fazendo deles um churrasco, regado a aguardente. No fim da festa, os amigos brigam ao discordarem do destino que dariam ao habitante da cabana, e a mulher intervém em favor deste. Isso deixa os homens furiosos e a transformam em um aríete de guerra. Jogam-na contra a porta até deixá-la sem sentidos, abandonando-a no local. O capitão cuida de seus ferimentos e a transforma na companheira “Rosa de Luxemburgo”<sup>31</sup>. Ela se torna boa companheira. Faz a limpeza da casa, providencia comida, ajuda na plantação, tendo, por vezes, alguns arroubos de rebeldia, até que os companheiros retornam para buscá-la. Sozinho novamente, o capitão chora amargamente, e aqui lembra um velho judeu lamentando as perdas após um *pogrom* na Rússia dos czares, imagem dada no livro *A Majestade do Xingu*, quando o Pajé lamenta a perda da tradição ao ver que seus remédios já não servem para curar a febre da indiazinha com suspeita de pneumonia. Essa imagem, portanto, nos dá a medida da mistura de culturas (cf. SCLIAR, 2001a:118).

Em sua angústia, o Capitão acaba servindo-se de uma garrafa de aguardente deixada pelo grupo. Então destrói tudo o que havia construído: “o mastro, o telheiro do

---

<sup>31</sup> Rosa Luxemburgo (1871-1919): Intelectual comunista e membro da Liga dos Spartakistas. Revolucionária judia polonesa, Rosa Luxemburgo foi assassinada em Berlim em janeiro de 1919, no decorrer da revolução alemã. Figura fascinante, tanto por suas idéias políticas, quanto por sua coerência e integridade, permanece até hoje como busto a ser lembrado. As militantes em particular podem mirar-se no seu exemplo: a coragem e ousadia com que enfrentou preconceitos fortemente arraigados na antiga social-democracia alemã, onde às mulheres eram reservados os assuntos “femininos”, sinônimo de pouco sérios, é até hoje surpreendente. Intelectual e oradora brilhante, Rosa Luxemburgo jamais se conformou com esses limites. Seu objetivo era fazer política partidária em pé de igualdade com os maiores teóricos do partido, e não ficar numa posição subalterna. (cf. Instituto Rosa de Luxemburgo on-line)

Palácio da Cultura, o Mausoléu dos Heróis. Chutou para longe os crânios do Companheiro Porco e da Companheira Galinha. Entrou em casa, desmanchou a cama e o fogão” (SCLIAR,1997a: 96). No dia seguinte, voltou para casa.

A vida para Mayer Guinzburg, o Capitão Birobidjan, tem certa semelhança com as pílulas prescritas pelo Dr. Finkelstein<sup>32</sup>, o médico do Bom Fim: “Minha vida – dizia a Léia – é como essa pílula achatada, branca, amarga...” (SCLIAR, 1997a:45). Léia é a mulher do Capitão Birobidjan.

Essa é outra imagem que aproxima o Capitão do narrador-protagonista de *A Majestade do Xingu*. Também ele filosofa sobre a vida: “Ai, doutor. Como é fácil resumir a vida, não é doutor? De manhã eu acordava, ia para a loja, sentava atrás do balcão e ficava lendo: isso diz tudo, doutor” (SCLIAR, 2001a:96).

A angústia alimenta toda a vida do herói de *Um exército de um homem só*. Ao largo de sua existência, nutriu o sonho de tornar a sociedade mais justa, porém, se debate sozinho num mundo de indiferenças e de solidão. Termina lutando contra os inimigos que o enclausuram em seu imaginário. “*No pasarán!*” – grita o Capitão. Então percebe que, se alguma esperança ainda existe, ela está no povo, em todo o povo” (SCLIAR, 1997a:175).

Num gesto semelhante, o narrador de *A Majestade do Xingu* também pensa na sociedade injusta. Reflete sobre o sofrimento da mãe quando o exército nazista invade a União Soviética, matando, provavelmente, os seus parentes. Fala dos campos de concentração, de que os judeus brasileiros ficam sabendo após o fim da guerra. Então, pergunta a si mesmo se de fato não sabiam dos campos ou se preferiram ficar escondidos, acovardados, por temerem novas perseguições, pois calcula que, sendo descobertos, também iriam para os fornos. Assim, comenta com o interlocutor silencioso:

Será que não teimávamos em afastar de nós a medonha suspeita? Apesar de todas as dificuldades, teríamos acesso a alguma informação, se quiséssemos. O Noel, por exemplo, ouvia uma rádio espanhola, acho que clandestina, a rádio Pirineus, uma rádio que a Sarita também ouvia. Era a rádio da Dolores Ibarruri. O senhor sabe quem era a Dolores Ibarruri? La Pasionaria? Ah, na época da guerra civil da Espanha essa mulher tornou-se uma figura lendária. Ela personificava a resistência contra o franquismo, e depois contra o nazismo. No pasarán! O senhor pode imaginar, doutor, a força desse lema – no pasarán? (SCLIAR, 2001a:97).

---

<sup>32</sup> É interessante observar como os personagens criados por Moacyr Scliar ganham vida em outras obras. O Dr. Finkelstein habita também o enredo de *A Guerra no Bom Fim*, publicado em 1972.

Como o Capitão Birobidjan, o narrador de *A Majestade do Xingu* também não se enquadra. Embora radicado em uma cidade como São Paulo, ainda permanecia num *shtetl*. Ele mesmo comenta:

Noel e Samuel já eram brasileiros autênticos; eu, de certa maneira, continuava morando no *shtetl*, ainda que falasse bem o português, ainda que soubesse a diferença entre peculato<sup>33</sup> e piorréia<sup>34</sup>. Eles se moviam com facilidade entre os góim; eu continuava olhando com desconfiança até mesmo os fregueses que entravam na loja. Eles militavam na política, assinavam manifestos, participavam de reuniões, as mais das vezes secretas. Eu de política pouco entendia; sabia, naturalmente, que o Brasil era governado por um homem chamado Getúlio Vargas, uma figura enigmática que combinava a retórica populista com a férrea perseguição aos inimigos e que, francamente, não me inspirava muito entusiasmo. (SCLIAR, 2001a: 88)

O passado deitou raízes em seu íntimo, e ele não conseguiu misturar-se ao brasileiro, não conseguiu formar, ao contrário de Noel Nutels, uma fusão. Ao fim da vida, ele continua o mesmo “judeuzinho” medroso que deixou a Rússia em 1921, que teve medo de enfrentar o mar, o novo mundo. Apesar de terem passado os anos, ainda era o judeu deslocado, expatriado, ao contrário de Noel Nutels e Samuel Wainer que souberam criar uma “forma brasileira de ser judeu” (cf. SORJ, 1997:22), de serem comunistas. Em suas reminiscências, apenas cita: “Havia muitos comunistas entre os imigrantes judeus, e eu até os admirava, mas do Partido nunca me aproximei” (SCLIAR, 2001a:88).

Ao comentar o percurso dos pequenos imigrantes do navio *Madeira*, Berta Waldman observa que o rumo tomado pelos indivíduos pode estar cifrado no “fardo de um oráculo obscuro e familiar”. Para ela, “a culpa e o fracasso do narrador têm a ver com a sua história pessoal e familiar, assim como a desenvoltura, o sucesso e a adesão comunista de Nutels têm a ver com sua família, em particular, com sua mãe” (WALDMAN, 2003:108). Portanto, ele partiu como um anônimo da Rússia e permaneceu no anonimato ao longo de sua existência, enquanto Noel, que tinha na mãe uma militante que fazia comícios nas portas das fábricas em sua terra natal, trazia, desde criança, o emblema de um soldado, era um lutador.

---

<sup>33</sup> Peculato: roubo ou desvio de dinheiro público por pessoa que o administra ou guarda.

<sup>34</sup> Fluxo de pus; inflamação purulenta dos alvéolos dentários.

E o narrador, que sempre fugira dos problemas, enxergava a vida talvez como o pai que “batia sola e filosofava” (cf. WALDMAN, 2003:108). Consciente das suas fraquezas, conta que nutria pelos comunistas certa inveja, porque eles defendiam as suas idéias com convicção, eram unidos e fraternos. E, no anonimato, à distância, acompanhava a movimentação dos militantes. Observava as reuniões que aconteciam sempre no bar próximo à loja, no Bom Retiro. E era do balcão de sua loja que via as manifestações que os “comunas” organizavam no bairro. Ele invejava aquela convicção. Invejava a força dos militantes, a impetuosidade, a ausência de medo, e o seu relato promove uma mistura entre História e ficção. Porém, permanece voltado para a sua inação, e nada muda. Estabelece-se, assim, uma relação oposta entre o narrador e Noel Nutels: este último caracteriza-se pela ação e a mobilidade, enquanto o narrador se apresenta como instância estática, tanto na postura de vida quanto na situação em que se encontra no presente da narração, ou seja, preso a uma cama de hospital.

No contraponto entre Noel Nutels e o narrador está a narrativa; estão os mitos criados a respeito do primeiro e os imaginados e contados pelo segundo. Enquanto o primeiro opta por sulcar o chão, adentrar a mata, enfrentar os problemas dos índios com toda a sua complexidade, buscando resolvê-los como um bom brasileiro e deixando para a História contar os seus feitos, o narrador embrenha-se nos livros, se refugia em um mundo imaginário, na imobilidade de um leitor que se acumula de conhecimentos como forma de driblar a sua covardia. A distância entre os dois poderia ser medida então entre a ação e a inação; entre o fazer a história e o contar a história; entre a realidade e a ficção. Na comparação que faz entre si próprio e Noel, temos a seguinte reflexão do narrador:

Agora: em algum momento o Noel teria de ficar, como eu, imóvel. Não tinha loja para nela ficar imóvel, mas – em algum momento – a imobilidade se apossaria dele, a mesma imobilidade que de mim se apossava. Em algum momento. Quando? À noite, talvez. A noite favorece a imobilidade. Uma noite Noel abriria a porta de sua modesta casa no meio do Xingu, e ali ficaria, imóvel, fumando seu cachimbo. Ao redor, a escuridão, a tensa, pesada escuridão da noite tropical. Dessa escuridão, olhos o mirariam, olhos brilhantes. Canibais? Talvez canibais. Onças? Talvez onças. Bugios? Talvez bugios. Talvez o caapora, peludo e gigantesco, chefe dos porcos-do-mato. Talvez o curupira, deus das florestas, pequeno tapuio de pés voltados para trás. Todos a olhá-lo. E entre as onças e os bugios, entre o caapora e o curupira, entre os canibais – eu. Invisível para onças e bugios, invisível para o caapora e o curupira, invisível, felizmente, para os canibais – eu, imóvel a mirar o imóvel Noel. O amigo invisível a olhá-lo, triste, saudoso. Imóvel. (SCLIAR, 2001a:102)

A tristeza e a melancolia desse narrador refletem a tristeza e a melancolia daquele que veio de longe, mas também do que está pronto para morrer. Saudoso de suas terras, sem amigos, sem ninguém, tendo por companhia apenas suas lembranças. Ele retoma o percurso de viagem, na tentativa de resgatar o que ficou perdido nas fendas da memória. Nisso está toda a riqueza da escritura de Moacyr Scliar. Como ficcionista, ele incorpora o que Walter Benjamin afirmou sobre os grandes narradores: “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (BENJAMIN, 1993c:205). O narrador-personagem do romance *A Majestade do Xingu* imprime no leitor a sua experiência de vida, de viajante que veio de longe, fazendo de seus leitores ouvintes-testemunha, conservando as histórias na sua origem. Portanto, esse romance de Scliar está “associado mais à linhagem daquilo que Benjamin chama de narrativa do que à tradição do romance” (FISCHER, 2004:126). É a ficção que preenche o oco da história, deixando fluir a voz dos pequenos e dos marginalizados, revisando a História pelo seu avesso, e ao mesmo tempo, promovendo a reaproximação entre História e memória. Esse narrador está investido na figura daquele da tradição, e inclui na sua voz o individual e o coletivo em uma perfeita harmonia.

### CAPÍTULO III - DO SHTETL AO XINGU: O ENTRELUGAR DA MEMÓRIA

De ferro e aço frios e mudos  
forja um coração, oh, homem – e avança.  
Vem, vamos à cidade onde se fez a matança.  
Mira com teus olhos, toca com tuas mãos  
nas paredes, nas portas, nas pilastras, nos muros  
Na madeira e nas pedras das ruas  
as manchas de sangue negro e ressecado.  
(Chaim Nachman Bialik<sup>35</sup>)

O narrador do romance *A Majestade do Xingu*, por assim dizer, é um narrador escritor, sendo, pois, um bom “contador de histórias”. Em seus relatos, ele retrata o percurso feito pelo imigrante judeu desde a Rússia até o Brasil, resgatando da História a figura de Noel Nutels, de maneira que Scliar nele investe enquanto narrador, para, com isso, construir uma biografia ficcional desse célebre médico sanitarista.

Nesse sentido, é cabível dizer que o romance de Scliar se inscreve no campo da memória narrativa, pois, na construção dessa prosa ficcional que persegue os reveses da história de Noel Nutels, Scliar revisitou o passado dos israelitas e sua dispersão pelo mundo. Portanto, resgatou da História uma memória coletiva, vasculhando os vestígios deixados pelos judeus na Europa e sua travessia do atlântico, em busca de “liberdade e pão”.

Ele mostrou, ainda, um narrador enclausurado na cápsula do tempo em confronto com o seu Outro, representado por Noel Nutels, na verdade, o seu *alter-ego*, inscrevendo o romance também no âmbito da história pessoal, e concedendo à memória um papel privilegiado.

Pela figura do narrador, visita-se ainda o bairro do Bom Retiro, em São Paulo, local em que se inscreve uma parcela de história daquela cidade, que os imigrantes judeus ajudaram a construir no início do século XX.

Na opção que faz por uma escrita rasurada de oralidade, Scliar permite que Ficção e História se mesquem, em um diálogo com vários outros textos. Por exemplo, os escritores judeus Scholem Aleichem (1859-1916) e Marcos Iolovitch (1907-1984), a até mesmo os quadros de Lasar Segall (1891-1957) são retomados no livro.

---

<sup>35</sup> Chaim Nachman Bialik era poeta e foi enviado a Kishinev, na Bessarábia, para fazer o relatório de um *pogrom* lá ocorrido em 1903. O poema acima transcrito, intitulado “A cidade da matança”, é o retrato do que ele conseguiu exprimir desse ato cruel.

O diálogo com a literatura de Scholem Aleichem, um dos expoentes da Literatura Ídiche na virada do século XIX para o XX, se dá exatamente naquilo que Scliar re-encena do homem judeu, isto é, uma descrição épica desse homem, atrelado às suas raízes, preso à cultura e à tradição de seus antepassados, nesse caso, exemplificado no narrador do romance *A Majestade do Xingu* que não consegue se desvencilhar de suas lembranças do *shtetl* até mesmo no momento de sua morte.

Com Marcos Iolovitch, um dos precursores da literatura de imigração judaica no Brasil, a intertextualidade se dá de forma mais concreta. Por exemplo, quando chega à aldeia do narrador o representante da ICA a fim de persuadir os aldeões a emigrarem para a América, distribuindo panfletos e explicando-lhes sobre a compra de terras no novo mundo. As suas reminiscências retomam exatamente aquilo que Marcos Iolovitch descreve sobre os panfletos distribuídos nas comunidades judaicas do Leste europeu, que denotavam as vantagens da emigração. Segundo ele, os panfletos traziam imagens de um local em que a natureza era exuberante, onde se harmonizavam as mais diversas cores, e em que nele o homem se conjugava em perfeita harmonia com a natureza. Porém, o que mais incendiava a imaginação dessa gente marcada pelas dificuldades da vida, eram as frutas, principalmente as laranjas, que, aparentemente, não tinham valor naquela terra. (cf. SCLIAR, 2000a:34). Assim temos,

[...] Sob um céu esplendorosamente azul um homem trabalhava a terra com uma enxada. Ao fundo, árvores – laranjeiras. E aí vem o detalhe que mais nos impressionou. O chão estava juncado de laranjas, doutor. Aparentemente, ninguém se dava ao trabalho de apanhá-las; tanto que estavam sendo comidas por uns porquinhos que andavam por ali. O senhor há de perguntar o que faziam porquinhos num panfleto distribuído a judeus, mas não era aquilo que importava, o que nos encantava, era a abundância de laranjas; laranja na Rússia era coisa rara [...] e quando a gente – por acaso, só por acaso – conseguia uma laranja, era dividida, um gomo para cada pessoa. (SCLIAR, 2001a:16)

Nesse caso, o texto guarda em si um caráter documental e, nesse sentido, empresta à ficção um tom de verossimilhança. O mesmo gesto é empregado em relação às pinturas de Lasar Segall (1891-1957). Ao retomar iconograficamente os motivos da pintura de Segall, a saber, as misérias daqueles que emigravam e o navio como entrelugar, Scliar de certa forma reafirma o caráter intertextual entre a Arte, a Literatura e a História e, de alguma maneira, contesta os discursos que estabelecem os limites de cada uma dessas manifestações humanas da realidade. Pode-se afirmar, assim, que a

intertextualidade dessa obra libera as fronteiras entre o real e o imaginário, entre a ficção e a realidade, assinalando uma outra “verdade” histórica.

Outra coisa a se destacar no romance é a forma como Moacyr Scliar examina o passado. Isto é, por meio da História e da Ficção, o escritor nos faz reviver os acontecimentos, pois ele retira das sombras do passado as vozes emudecidas pelo tempo, que se manifestam, na obra, pela voz do narrador. Assim, re-encena a movimentação das massas de imigrantes europeus que vieram para o país nas primeiras décadas do século XX, até a chegada dos asiáticos, no final desse século. Insere, ainda, o embate das ideologias existentes na sociedade brasileira, como a dos militantes comunistas que se deslocam do eixo Rio-São Paulo e vão até o Xingu, por meio da personagem de Noel Nutels. Ele não deixa de encenar, ainda, a perseguição aos militantes comunistas, feita pela ditadura militar que se infiltra na Amazônia em busca dos guerrilheiros, sendo a personagem do Major Azevedo o seu representante.

Situada na cidade de São Paulo, a loja “Majestade” é o local que conflui, para a sua estrutura, a identidade do imigrante, isto é, torna-se a casa-biblioteca, onde ele devora com voracidade livros sobre a nação, desde aqueles que narram a fundação, como, por exemplo, os de Hans Staden, até os mais recentes, como os de Jorge Amado, figurando, assim, o seu desejo de assimilação. É nesse sentido que a loja torna-se o entrelugar da memória, pois está assentada no bairro do Bom Retiro, servindo de ponte entre o seu local de origem, o *shtetl*, e o Xingu, onde está o outro eu, Noel Nutels.

### III.1. Do pogrom ao golpe

É domingo, Tischa be-Av, dia 23 de agosto de 1891. O navio alemão Tioka trouxe a mim e mais 300 emigrantes, de Hamburgo para Buenos Aires, após 32 dias no mar.

Antes que o vapor se aproximasse do ancoradouro, quando avistamos ao longe a cidade envolta nas sombras das palmeiras, um grande júbilo nos dominou. As mães erguiam seus filhos para o alto, declarando-lhes com alegria:

— Vejam, crianças! Lá está o paraíso, a bela terra verdejante, que o bondoso Barão Hirsch nos comprou.

— Agricultores, colonos, vamos nos tornar. Judeus livres vamos ser. Acabaram-se os pogroms! Acabou-se Ignatiev<sup>36</sup> com seus iníquos decretos! — clamavam os expulsos judeus aldeões... (ÁLPERSON, Mordekhai, apud GUINZBURG, 1996: 428).

<sup>36</sup> Trata-se do Conde Nikolai Ignatiev, Ministro do Interior czarista, que instituiu um decreto expulsando os judeus das aldeias russas em 1881.

O *pogrom* é uma forma de manifestação de poder arbitrário que se instalou na Europa, por volta do século XII, especialmente no Leste europeu, com o apoio dos governantes. Pode-se afirmar, ainda, que o *pogrom* é o embrião da *Shoah*, pois é a primeira manifestação coletiva do ódio aos judeus.

Isso é sugerido em uma passagem do romance *A Majestade do Xingu*. Isaac Babel, membro do partido comunista na Rússia e correspondente de guerra, da Companhia do Capitão Budyonny, instala-se como hóspede da família do narrador em uma visita que faz à aldeia. Em uma conversa, irrita-se com os familiares do narrador, porque eles desejavam sair da Rússia. Tal desejo contrariava os princípios políticos do escritor, que acreditava na revolução socialista, e que se tornaria célebre enquanto autor do romance *A Cavalaria Vermelha* (1926). Furioso, profere um discurso violento. Por fim, toma consciência da ineficácia da guerra e se cala. Em suas reminiscências, o narrador comenta: “Parecia agora velho, velho e cansado. A verdade, disse, numa voz baixa, estrangulada, é que a Revolução não é uma festa, é a luta por um ideal, uma luta violenta, na qual muitos inocentes serão sacrificados. Vocês...” (SCLIAR, 2001a:32). A suspensão do discurso permite várias inferências, dentre elas, o prenúncio do massacre dos milhões de pessoas cruelmente assassinadas nos campos de concentração de Hitler, que viria a acontecer alguns anos depois, sem, no entanto, negar a virulência e os abusos cometidos pelos promotores da Revolução Russa e, posteriormente, pelo Estado soviético.

Desse modo, o romance se inscreve no âmbito das narrativas contemporâneas de “auto-reflexão” e “metaficção histórica”<sup>37</sup>, porque situa problemas histórico-sociais da modernidade. De certa forma, esse texto problematiza a História, pois desestabiliza e coloca em xeque os registros historiográficos até então conhecidos, em uma nova linguagem. Vemos, pois, que a insistência do narrador em se lembrar do *pogrom* é uma forma de denunciar esse registro, quer dizer, é necessário repetir até a exaustão para que nunca nos esqueçamos do fato.

É por isso que o *pogrom* é uma imagem permanente na cabeça do narrador. Ela o persegue desde as cenas mais comuns do cotidiano, como a lembrança de umas pequeninas botas confeccionadas por seu pai e expostas sobre o armário da saleta de sua

---

<sup>37</sup> Os termos “auto-reflexão” e “metaficção histórica” estão de acordo com a leitura de Seligmann-Silva (2003) em uma referência à *Shoah*, e de Maria Teresa de Freitas (1987) sobre as Relações entre Literatura e História.

casa na aldeia russa, até os momentos finais de sua morte. Aliás, isso também remonta às narrativas de tradição, pois re-encena um hábito comum nas aldeias: a “contação” de histórias e a relembração dos fatos passados.

Sabemos, pois, que o sentimento antijudaico perseguiu os judeus desde os tempos bíblicos. No livro do Êxodo, por exemplo, nos damos conta do sofrimento dos hebreus nas terras do Egito. Entretanto, por volta do século XII, os judeus tornam-se um alvo fácil, com a disseminação da idéia de que eram os perseguidores e delatores de Cristo, a quem negavam ainda nesse tempo. Várias histórias surgiram, alimentando o sentimento antijudaico, fundamentado, portanto, em ressentimentos sobretudo de ordem religiosa. Em campanhas difamatórias promovidas por cristãos, dizia-se, inclusive, que eram seres diabólicos. Tais perseguições perduram na Idade Média, alcançando, mais tarde, os judeus no Leste europeu, traduzindo-se em assassinatos em massa, e levando-os a uma nova diáspora (cf. GUINSBURG, 1996), agora num contexto em que não só se construía um estereótipo negativo motivado por ressentimentos religiosos, mas também raciais, alimentados por teorias racialistas pseudo-científicas propagadas por anti-semitas no século XIX.

A dispersão por que passa o imigrante judeu oriundo do *shtetl* e a aguda consciência das perseguições são os elementos que impelem o narrador de *A Majestade do Xingu* às suas lembranças. Ao partirem da Rússia em direção às Américas, ele e seus familiares sonhavam encontrar a nova “Terra da Promissão”, o paraíso perdido. Mas a constatação a que chegam é que esse mesmo paraíso não passou de uma miragem, de panfletos distribuídos pelos representantes da ICA e que jamais alcançariam o “éden” sonhado. Isso torna-se mais latente nesse narrador que não consegue se adaptar. Vivendo no bairro do Bom Retiro, não se desvencilha da imagem dos *pogroms*. Em suas reminiscências, lembra que mesmo criança, na aldeia russa, tinha pesadelos com os cossacos, chegando e impingindo as mais cruéis atrocidades, como por exemplo, o ataque ao *schochet*:

Um dia os soldados tzaristas invadiram a aldeia. Quem pôde fugiu, mas eles conseguiram agarrar o schochet, o homem que matava galinhas e fazia as circuncisões, santa criatura. Pequeno, magro, encurvado, o schochet tinha um único motivo de orgulho: a longa e venerável barba, mais longa e venerável do que qualquer outra barba judaica nas aldeias do sul da Rússia. [...] Eu sou a minha barba, dizia o schochet degolando um frango. Sabiam disso, os esbirros do tzar. Sabiam do amor que o pobre velho nutria por sua barba. [...] Com o velho subjugado por dois soldados, o capitão aproximou-se dele, declarou-se

leitor do Velho Testamento e, com um sorriso irônico, perguntou se sabia o que era a sarça ardente. Sei, gaguejou o pobre schochet, foi aquele arbusto em chamas do qual o anjo falou a Moisés. Acendeu o cachimbo e, aproveitando o mesmo fósforo, pôs fogo na barba do velho. Uivando, aterrorizado, o schochet corria pela rua, a barba em chamas. Fala, sarça ardente, gritavam os soldados, fala a Moisés. (SCLIAR, 2001a:23-24)

Ele conta ainda que tais ações de terror deixavam a mãe transtornada. Temendo por si mesma e pelos seus, vivia instigando o pai à mudança. “A Rússia é um inferno, dizia, o Brasil é um paraíso” (SCLIAR, 2001a:17). Porém, nem mesmo a história do *schochet* foi suficiente para convencer o indeciso sapateiro a ir embora da Rússia. É somente após o agravamento da crise política por que passava o império czarista, quando os bolcheviques tomam o poder, que o artífice resolve fazer as malas.

A presença do passado nas lembranças do narrador impede a sua associação aos cidadãos do Bom Retiro. Esse tipo de registro pelo qual Moacyr Scliar faz opção é uma forma de exprimir as contradições do mundo contemporâneo. Por meio da personagem-narrador, denota as paradoxais maneiras de se viver. De um lado, esse homem deseja misturar-se aos da terra de adoção, adentrar as matas como faz seu Outro, o Noel Nutels. Por outro, mergulha no passado, lembrando nostalgicamente o mundo do *shtetl*. Esse paradoxo retoma a história, pois nos mostra o amor desse homem pelo paraíso perdido, o ambiente da *Pale*, onde apesar de viverem com poucos recursos, era o lar que muito amavam. Segundo Moacyr Scliar, “os judeus amavam o ‘shtetl’. Era o seu lar, pobre e ameaçado, mas lar, em cujo telhado míticos violinistas tocavam as melodias melancólicas de um passado que se confundia com o presente” (SCLIAR, 2000a:30).

Lembra-nos Linda Hutcheon: “A arte pós-modernista é exatamente aquilo que funde as contradições do modernismo num enfoque explicitamente político” (HUTCHEON: 1991:44). Nesse sentido, percebemos que a forma como a História se inscreve no romance de Scliar tem um caráter político e irônico. A linguagem é expressa com detalhes, e o passado é incorporado, recebendo uma vida e um sentido novos. Por exemplo, quando os habitantes da *Pale* pensam estar vivendo um novo *pogrom*. O narrador relembra com detalhes a invasão dos “cossacos”. Todos se escondem, mas os invasores mandam um emissário de casa em casa, convidando-os para se reunirem em frente à sinagoga. Na reunião, ficam sabendo que a aldeia tornara-se um território libertado pela Revolução e que seus habitantes não passariam mais pelos massacres coletivos. A narrativa procura construir a realidade vivida pelos

habitantes dos “cercados” no Leste europeu, lembrando-nos, como quer Yeruschalmi (1992), que nunca devemos nos esquecer de lembrar.

Por sua vez, a notícia é trazida por um sujeito histórico: o capitão Budyonny – Semyon Mikhailovich Bydennyi (1883-1973). Ele informa, ainda, que acabara a autoridade do conde Alexei e que “suas terras seriam confiscadas e transformadas em um imenso *kolkhoz*” (SCLIAR, 2001a:29), o que tornava os habitantes do *shtetl* livres do nobre russo, podendo tornar-se, a partir daquela data, colaboradores do Socialismo.

Não deixa de ser irônico que a família desse narrador queira ir embora da Rússia. Aliás, essa é uma característica da escritura de Moacyr Scliar. As referências sociais e históricas são recontextualizadas de forma direta e evocativa, exigindo um maior comprometimento do sujeito leitor. Em geral, as estratégias discursivas adotadas por ele produzem um efeito de sentido diverso do apresentado lingüisticamente, quer dizer, é necessário atentar para o explícito e o implícito do texto. Por exemplo, na passagem acima apresentada temos o capitão “Budyonny” retirado da História e inserido no texto em uma outra realidade, que não aquela da Revolução Socialista na Rússia, em 1917. Nesse sentido, ele exige um leitor competente, isto é, aquele que conhece o contexto da Revolução Comunista, bem como o contexto internacional das primeiras décadas do século XX.

Outra vez, a narrativa mimetiza a realidade. Isaac Babel, na verdade, Isaak Emmanuilovich Babel (1894-1941), ganha pouso na casa do narrador. A família cede a cama de casal para o soldado de guerra, indo dormir na sala, de onde percebem os tormentos vividos em sonhos pelo soldado:

Que terrores o perseguiram, que terrores antecipava? Pobre rapaz, suspirou minha mãe, abandonou os pais para lutar nessa tal de Revolução e agora está aí sofrendo, e não é de estranhar, como ele mesmo disse, judeus nada têm a ver com cavalos, isso é coisa para o conde Alexei com suas botas elegantes. Ele vai terminar mal, acrescentou meu pai. Tinha razão. Apesar do livro que veio a escrever, *A cavalaria vermelha*, ou justamente por causa desse livro, Isaac Babel foi preso, anos depois, e morreu num campo de concentração stalinista. Livros não salvam ninguém, doutor. (SCLIAR, 2001a:33)

A cena de fundo nostálgico também se reveste de um discurso paródico na acepção primeira do termo paródia, isto é, como abertura para o outro, promovendo a auto-reflexão, pois condiciona o diálogo entre a identificação e a distância. A paródia é um dos recursos literários investidos por Moacyr Scliar nesse romance, para fazer o

registro da memória, sendo, ainda, uma forma de despistar o leitor ou de inscrever a história na ficção. Isso estabelece, no texto literário, um jogo de linguagem, o que requer mais comprometimento do sujeito-leitor, no intuito de apreender o sentido recoberto por tais estratégias. Esclarecendo ainda essa idéia, podemos dizer que “a paródia parece oferecer, em relação ao presente e ao passado, uma perspectiva que permite ao artista falar para um discurso a partir de dentro desse discurso, mas sem ser totalmente recuperado por ele” (HUTCHEON, 1991:58).

É a visita de Isaac Babel e seus sonhos atormentados que promovem a decisão do sapateiro de sair da Rússia. Para Elcio Cornelsen, o sapateiro representa o típico artífice habitante do *shtetl* no Leste europeu. Ele é também “um pequeno elo de ligação com o mundo não-judeu, no momento em que presta serviços ao conde Alexei, representante da aristocracia russa que detinha o poder” (CORNELSEN, 2003:5). Vale lembrar, ainda, que a destruição do império russo acabou também com o “ganha-pão” do sapateiro, fazendo ruir o seu pequeno mundo. É por isso que embarcam no navio *Madeira* em direção ao Brasil.

Daquele mundo de ruínas, de sua pequena casa no *shtetl*, um detalhe nunca desaparece da mente do narrador. Ele nos conta que de uma sobra de couro retirado das botas do conde Alexei, que mandara cortar o cano por ser muito longo, o pai confeccionara um minúsculo par de botas, guardando-as, com todo o cuidado, no lugar de honra da casa: a saleta de visitas (cf. SCLIAR, 2001a:13). O pequeno objeto, que para o pai era uma obra de arte, torna-se um martírio pessoal para o narrador, sendo também símbolo da opressão a que os judeus estavam submetidos em sua aldeia. Mas à cena é emprestado um caráter humorístico bastante peculiar, pois o narrador ao rememorar as suas “penosas lembranças infantis” alude a personagens folclóricos da literatura infantil que se misturam aos elementos do cotidiano dele, o rato, por exemplo, e, assim, nos deparamos com mais uma das estratégias discursivas investidas pelo autor. Temos, então,

Em meus pesadelos aquelas malditas botas, aquelas botinhas, aquelas botículas, tinham dono, e esse dono não era o Pequeno Polegar, não era o Gato de Botas; era um cossaco, um pequenino e traiçoeiro cossaco que à noite saía de seu esconderijo, calçava as botas e galopava pela casa em torno montado num repelente ratão, rindo e debochando de nós. Dessas penosas fantasias eu não falava a ninguém. Guardava-as para mim. Sofria sozinho. (SCLIAR, 2001a:13)

Pode-se observar que o olhar infantilizado desse narrador lançado aos personagens das histórias infantis, aos contos de fadas, especificamente, ao Pequeno Polegar e ao Gato de Botas, é também uma forma de despiste do leitor, pois há também nesse olhar, um matiz irônico e bem humorado, pois ele conta ao médico, inclusive, que nada responde, o que reimprime a ironia e o humor.

Não expressar os sentimentos também é mais uma característica desse narrador. Sempre protegido, viveu imerso às suas fabulações, fugindo da realidade exterior, da opressão e dos conflitos do cotidiano. Por isso, opta pelo mundo do imaginário. Mesmo depois de adulto, continua vivendo no mundo da ilusão. Ao se instalar como lojista no Bom Retiro, ancora-se nas leituras, agarrando-se à utopia possível da ficção, já que não consegue se misturar aos nativos, ficando cada vez mais difícil conviver com a indiferença e o desprezo da sociedade.

Nesse sentido, vale lembrar de outro momento de sua vida, quando o filho Ezequiel, depois de se desligar do partido comunista e sofrer uma profunda decepção com a implantação da ditadura militar no Brasil, conquista uma bolsa de estudos na França. Para despedir dele, a família sai para jantar fora e, ao retornar à casa, Zequi confessa ao pai que sabia ser ele o emissário das cartas de Noel Nutels para os membros do *Comintern*. Ao refletir sobre isso, afirma: “qual é o problema? (da mentira), a ficção ajuda a viver” (SCLIAR, 2001a:169).

Nota-se que estamos aqui no contexto do golpe militar de 1964. Em ensaio sobre o romance *A Majestade do Xingu*, Luis Augusto Fischer relembra que Scliar “nasceu em livro nos anos de 1960” e veio ganhando força “quando as condições políticas do país eram as piores [...]”. Para Fischer, é exatamente o contexto de acirramento da ditadura militarista que propicia o amadurecimento da literatura dos anos 60, para fazer o registro da realidade e, em particular, a de Moacyr Scliar. Segundo o ensaísta, na obra de Scliar é fácil enxergar

[...] uma vibração subterrânea de alta valia e presença indesmentível: aquela que liga sua força a certa intenção de denúncia, não na forma de uma literatura trivialmente engajada, mas no espírito de contribuir para o restabelecimento da realidade num contexto em que ela era sistematicamente suprimida, pela censura, pela imprensa euforizante, pela propaganda, pelo docinho posto na boca da classe média na forma de emprego, oferta de produtos modernos e expansão econômica (FISCHER, 2004:124).

A *Majestade do Xingu* reflete esse amadurecimento da literatura de Moacyr Scliar. Mesmo que vazados por uma fina ironia, inúmeros eventos da política militarista são apresentados no romance, como por exemplo, a perseguição aos comunistas dos mais diversos extratos sociais (cf. SCLiar, 2001a:150,151,165). O que também não deixa de chamar a atenção do leitor é a reação de Ezequiel ao ser acordado por seus pais com a notícia de que o poder estava nas mãos dos militares (cf. SCLiar, 2001a:150). Sua estupefação representa, em forma de metonímia, a estupefação dos brasileiros frente à instalação da ditadura no país. A forma como registra esses eventos no romance, isto é, as estratégias discursivas de que Scliar lança mão ilustram a sua indignação frente aos desmandos e atrocidades praticadas pelos detentores do poder contra o povo. Sua escritura torna-se, assim, uma forma de manifestar seu desejo de liberdade para um povo sofredor, no caso, os brasileiros.

Ao dizer, então, que a ficção ajuda a viver, esse narrador concede à narrativa ficcional um espaço privilegiado de cultura, dando ao leitor a oportunidade de refletir sobre o real, e até mesmo, de agir sobre ele, modificando-o. Quer dizer, a Ficção é uma forma de tornar a vida menos dura. Ela é também, como bem situou Benedito Nunes, mais filosófica do que a História.

Depois de desembarcarem em Laje do Canhoto, “um *shtetl* alagoano” (SCLiar, 2001a:21), – e aí vemos um deslocamento do ambiente do *shtetl*, que está agora situado no Brasil, para onde as famílias vão de trem, podendo, desse modo, observar as plantações de cana, origens do abundante açúcar, e também os pitorescos vilarejos –, os viajantes têm um susto. Assim que desembarcam, inicia-se um “tiroteio”. Os cidadãos do pequeno lajedo saúdam seus novos moradores, que, sempre perseguidos, imaginam estar próximos da morte: “é um *pogrom*, querem nos matar –, corremos a nos esconder. Não era *pogrom* algum, ao contrário, era uma comemoração: a gente de Laje do Canhoto estava ali para receber a família do seu Salomão com fogos de artifício” (SCLiar, 2001a:54). Essa cena se presta à ilustração daquilo que Bernardo Sorj chama de franca aceitação do judeu na sociedade brasileira, pois a comunidade de Laje do Canhoto sabem da origem de Salomão Nutels e não se incomodam com isso.

Os diversos exemplos, até aqui apresentados, demonstram que as tensões vividas no ambiente do *shtetl* são transportadas com o narrador para o Brasil, conferindo-lhe uma singular experiência: desenvolve a habilidade de detectar convulsões sociais, prevendo, inclusive o golpe militar de 1964. Segundo ele, tal especialidade está no

DNA familiar. A avó, por exemplo, sabia quando a aldeia estava prestes a receber os cossacos do czar. Para ela, não apenas os soldados russos da vizinhança começavam a beber mais, como também seus cavalos tornavam-se insaciáveis, pois “não havia égua que os saciasse” (SCLIAR, 2001a:148).

É muito irônico o que ele acrescenta: “Odiava cavalos minha avó”. Temos nesse fragmento as reminiscências do autor judeu de ascendência *ashkenazim*. Segundo Moacyr Scliar, no ambiente do *shtetl* surgiu o humor judaico, humor de sorriso e não de riso, que provê uma defesa contra o desespero (cf. SCLIAR, 2001d:83). Conclui-se, assim, que a avó implicava com os cavalos, por conduzirem os cossacos às aldeias judias.

O narrador chega ao final de sua vida conformado com a situação de homem comum. Ao refletir, por exemplo, sobre o conceito bastante simplista de felicidade de Noel Nutels, que resulta apenas do saber viver, acaba fazendo um balanço um tanto melancólico, quase patético do que sobrou, sem, contudo, se desvencilhar da imagem do *pogrom*: “[...] de todo infeliz não sou. Sempre penso assim: escapamos do *pogrom*, escapamos dos fornos crematórios dos nazistas, então tudo é lucro, não é mesmo?” (SCLIAR, 2001a:190)

Sendo assim, tais exemplos demonstram também que a narrativa reatualiza os fatos passados, abalando, como quer Benedito Nunes (1988), o nexos referencial do discurso. Quer dizer, a linguagem representa o real que é fruto da Ficção, mas a coisa do texto, ou seja, aquilo que a narrativa procura instaurar discursivamente como “real” e “verdadeiro” a Ficção é tão realidade quanto a História, trazendo, no imbricamento das idéias, o mundo da obra por meio do enredo. Ou ainda, pelo jogo da linguagem na narrativa, o tempo se espacializa, configurando-se em memória, que permite deslocar passado, presente e futuro numa mesma realidade, trabalhando, ainda, para a interpenetração entre História e Ficção.

Ainda em seus momentos finais a imagem do *pogrom* continua a persegui-lo. Ao sentir uma forte dor no peito, causada por um enfarte iminente, o narrador “vê” um cossaco vestido de negro, com longos bigodes e de olhar feroz, esmagando-lhe o peito com suas botas ameaçadoras. Para ele, o cossaco cavalgara por longos anos desde a Rússia, passando pela Sibéria, pela China, pelo estreito de Bering, o Alasca, o Canadá, os Estados Unidos, descobrindo-o no Bom Retiro para aplicar-lhe um *pogrom* final. Ao estacar o cavalo, grita: “por fim te encontro, judeuzinho de merda, persigo-te há anos,

mas agora te achei, terás o privilégio de um pogrom só para ti, é o teu fim” (SCLIAR, 2001a:210).

Apesar de estar próximo da morte, o narrador não se entrega. Ele conserva em suas lembranças as forças que lhe garantem a vida. Mesmo na cama de hospital, extremamente solitário, intenta narrar uma história capaz de garantir a tradição. Nesse sentido, *A Majestade do Xingu* ganha os contornos da verdadeira narrativa, a qual Walter Benjamin valoriza. A narrativa de Scliar também não se entrega. Ela conserva as forças que irão garanti-la como acervo cultural brasileiro ao longo dos séculos. Mesmo que o narrador tenha morrido, sua história irá perpetuar ao longo dos tempos, o que deixa registrado a força do romance.

### **III.2. De famélicos da terra aos camaradas índios**

Movimento, ação e luta. Esses são os principais elementos da personalidade de Moacyr Scliar que, em sua ficção, surgem transparentes.

Na autobiografia que conta aqui e ali estão os episódios vividos numa família bastante engajada à cultura judaico-brasileira e aos eventos político-sociais no país. A mãe, por exemplo, uma grande contadora de histórias, alimentou a imaginação do escritor desde a mais tenra idade com narrativas pessoais e livros sobre os mais diversos temas.

O pai também se revelou um bom contador de histórias. Aberto aos amigos e companheiros imigrantes e moradores do bairro do Bom Fim em Porto Alegre, e como ele, bons narradores, deixava o caminho aberto às fabulações do cotidiano familiar.

Mas é um tio paterno que trouxe os ideais de esquerda para o lar, o anarquista Henrique Scliar, que era visto pela vizinhança como um sujeito estranho. Conta Scliar que, anos mais tarde, depois de a família formada, o filho de Henrique, Carlos Scliar tornou-se membro do Partido Comunista, e por isso estabeleceu estreita ligação com o escritor Jorge Amado, também membro do partido e amigo do filho. Os ideais revolucionários do tio incendiavam a imaginação do escritor. E assim, alinhando as histórias que ouvia na infância, às fabuladas pela imaginação fértil, Moacyr Scliar busca, em sua obra, fazer o resgate da história dos imigrantes judeus, nos tempos de movimentação política, retirando das sombras alguns episódios da História do Brasil.

Cabe ressaltar, porém, que reflexões críticas sempre foram a regra no ambiente judaico. Reflexões críticas e persistência política. Kênia Almeida Pereira lembra, por exemplo, a força criativa e engajada do Moisés bíblico. Fiel à instância divina, Moisés resgata o seu povo do exílio, usando o seu “abençoado cajado”. Esse objeto mágico do valente patriarca hebreu fez-se serpente, converteu águas em sangue, e, para persuadir o povo oprimido e o Faraó egípcio, Moisés lançou mão das mais diversas transmutações e metamorfoses:

Ataque furioso de rãs, piolhos, moscas e gafanhotos. O cajado de Moisés tem ainda o dom de abrir a passagem no meio do mar e fazer brotar água potável das pedras brutas. Tais recursos de metamorfoses asseguraram mais uma vez a liberdade e a vida dos israelitas rumo a Canaã. (PEREIRA, 1998:46)

E podemos assegurar: Moisés garantiu também a tradição de um povo, cujos registros chegaram até nós por meio da narrativa. Portanto, vale ressaltar que Narrativa e História sempre caminharam juntas, e que o papel da História é o de preservar a Memória.

Devemos lembrar que estudos contemporâneos sobre a Memória deixam claro que os registros mnemônicos se dão em dois tempos: em primeiro lugar vem a estocagem, e em segundo, a lembrança do que foi estocado. Nesse sentido, a Literatura se dá como aliada da História, pois os relatos e narrativas criadas pelos escritores em seu tempo, revelam-se como autênticos documentos, tornando-se fonte de novos significados.

Para Moacyr Scliar (2000a), a Memória é sempre uma fonte de releitura do passado. Refletindo sobre as narrativas que escreveu e sobre seus personagens, retoma o mundo socialista da velha Rússia e a transferência desses ideais para o Bom Fim, o bairro judeu onde foi criado.

Segundo ele, era muito natural que tivessem socialistas entre os moradores do Bom Fim, “Afim, eles vinham da Europa Oriental, cenário da grande utopia do século XX, a revolução russa de 1917” (SCLIAR, 2000a:44). Portanto, herdeiro de uma cultura milenar e pertencente a um grupo social questionador, é também muito natural que as personagens criadas por esse escritor tenham uma especial propensão à luta e aos ideais comunistas.

No capítulo II do presente estudo, falamos dos ideais revolucionários do herói do romance *Um exército de um homem só* (1973), o Capitão Birobidjan. “Quixote” tupiniquim, idealista solitário, tem por companheiros de viagem apenas seres imaginários, “dezenas de homenzinhos: as massas” (SCLIAR, 1997a:7), que o aplaudem pelas decisões tomadas. O intento de Birobidjan é construir nas proximidades de Porto Alegre, a Nova Birobidjan, onde regerà uma sociedade justa e solidária. Por que Birobidjan e por que Nova? O nome desse herói resulta de um projeto de colonização idealizado pelo governo soviético, depois da Revolução de 1917. Às margens dos rios Bira e Bidjan, na Sibéria, em 1928, foi instalada uma colônia para judeus da Rússia. Ali, os israelitas poderiam manter sua cultura, desde que afinada com os ideais revolucionários (cf. ZILBERMAN, 2004:70). O Capitão reconhece esse projeto como sendo também seu, uma vez que é adepto dos ideais socialistas dos russos, instalando, no Beco do Salso, uma extensão da colônia russa, a sua Nova Birobidjan.

Percebe-se, desse modo, que os deslocamentos dos espaços e do tempo são, na escritura de Moacyr Scliar, uma forma de preservar a História e a Tradição. Quase sempre, suas histórias são estruturadas em forma de zig-zague, isto é, em idas e vindas no espaço e no tempo, revelando-se como locais onde se dão o cruzamento das várias linguagens e dos vários saberes. Esse cruzamento se dá pela voz narrativa, que congrega em sua voz uma multiplicidade de outras vozes que evocam os fatos estocados na memória da tradição, estabelecendo um diálogo com o passado a partir do presente, sendo que as questões políticas nunca são esquecidas.

Nesse sentido, *A Majestade do Xingu* não deixa de fora a temática política. O narrador elenca um bom número de esquerdistas militantes em sua engenhosa fabulação, tanto personagens históricos quanto ficcionais: Noel Nutels, Samuel Wainer, Sarita, Ezequiel são militantes comunistas e estão, de alguma maneira, interligados. Como ressaltamos, personagens de ficção travam relações com as do mundo empírico, inclusive, se encontrando em um mesmo espaço. Por exemplo, Sarita é quem traz para o Bom Retiro notícias dos deslocamentos de Noel no Rio de Janeiro, para onde ela vai, a fim de participar em eventos do partido. O narrador não esquece, ainda, dos militantes russos, como Isaac Babel e o capitão Budyonny. Então, é a partir dos deslocamentos do tempo e do espaço que o narrador faz cruzar os fatos vividos na Rússia de sua infância com os ocorridos no Brasil.

A ficção construída por Scliar em *A Majestade do Xingu* é, assim, uma forma de falar da realidade. Nesse sentido, a Literatura congrega em si um compromisso político, pois cabe ao sujeito letrado recolher a voz do oprimido, do subalterno, estabelecendo, assim, um contraponto à “História oficial”, quer dizer, à versão hegemônica da História.

Interessante é o processo como Scliar, em seu romance, vai fazendo ressurgir da História os homens que passaram pela cidade de São Paulo, contribuindo com a urbanização e modernidade da urbe paulistana, o que denota a opção de falar da realidade pela via da ficção. Da mesma forma, as histórias que, de algum modo, se entrelaçam, refiguram a trajetória de Noel Nutels.

Mas, é pelo jogo da linguagem, pela opção por um texto que agrada o leitor, que Moacyr Scliar lida com os deslocamentos espaço-temporais, fazendo com que as personagens do mundo real contracenem com as da ficção, privilegiando, desse modo “as soluções em que a imaginação e o sonho falem mais alto” (WALDMAN, 2003:110). Por exemplo, escondido no espaço da loja “A Majestade”, o narrador fantasia as mais diversas situações: imagina-se voando na primeira classe de um avião, de onde é projetado no espaço, dentro de uma bolha plástica, na qual aventura-se em amores clandestinos com a aeromoça; fabula os encontros de Noel com o pajé, tornado um defensor do socialismo, na verdade, um ecomarxista que elabora um plano para retirar os índios das aldeias, indo para as cidades “explicar à população os benefícios da medicina natural” (SCLIAR, 2001a:143); narra a chegada dos novos imigrantes no bairro do Bom Retiro, os coreanos. Nesse sentido, o escritor re-encena os movimentos imigratórios para o Brasil. Desta vez, remonta aos imigrantes asiáticos, que passaram a chegar no final do século XX, inscrevendo, pelo e no texto literário, uma nova forma de lidar com o real.

Voltemos, pois, ao narrador. Sem coragem para assumir posições políticas, é de longe que ele acompanha a movimentação dos comunistas no bairro do Bom Retiro, marcando, assim, a trajetória do homem comum:

Eu os espiava à distância, no bar que freqüentavam, não longe de minha casa, nas manifestações que organizavam no Bom Retiro ou no centro. Ali estavam, carregando cartazes com as palavras de ordem: contra Franco e o fascismo espanhol, contra os integralistas, contra o imperialismo e o colonialismo. Ali estavam, punhos cerrados no ar, olhos brilhando, cantando a Internacional: de pé, ó vítimas da fome, de pé famélicos da terra. Ninguém, além deles, pedia às vítimas da fome, aos famélicos da terra, que se pusessem de pé, ninguém. (SCLIAR, 2001a:89)

O fragmento acima dá o tom do idealismo social dos militantes. Em uma sociedade pouco afeita às questões sociais, poucos eram os interessados em ouvir seus discursos, participar das marchas que promoviam, ou ouvir as canções que entoavam. Até mesmo os “famélicos da terra” pouco se importavam. Vale destacar que nesse sentido, o livro de Scliar refrata aquilo que Benedito Nunes chama de História-arte, isto é, a narrativa aqui retoma os fatos da História, nesse caso, a Era Vargas, e os recria no presente, ressignificando o passado. Não deixa de ter um toque bem humorado a observação pontuada do irônico fabulador. Por exemplo,

[...] quando entoavam a Internacional alguns famélicos da terra se punham de pé cambaleando, mas outros se recusavam a isso, não queriam ficar de pé porra nenhuma, queriam comer, queriam bife com fritas, queriam cachorro-quente com bastante molho e mostarda, queriam frango assado. (SCLIAR, 2001a:89-90)

A escrita marcada pela fissura do discurso oral, prenhe de obscenidades e palavrões, é retirada do homem miúdo ou da cena comum do cotidiano. É nesse ponto que ganha força esse narrador, e está aí a feliz conjunção do escritor ao criar o narrador/contador de causos. Como um bom contador de histórias, ele re-realiza o discurso, aproximando-o cada vez mais da realidade, o que obriga o leitor a uma maior reflexão, pois no exercício de linguagem que elabora, esse narrador revela imagens sombrias da realidade brasileira, mesmo que vazadas por um discurso irônico e escondidas num palavrório sujo, expondo aí as mazelas sociais também escondidas pelo discurso oficial de um “país que avança”. Há aqui duas questões a se destacar: de um lado, Moacyr Scliar realiza nesse romance uma história “construtiva”, isto é, ele reconstrói o passado, retirando dele aquilo que foi silenciado, quer dizer, as mazelas sociais aqui demonstradas não apareciam no registro da história do Governo Vargas, mas que tem sido apontadas também em estudos historiográficos mais recentes. . Por outro, ele “conta” uma história fundada na experiência, pois sabemos que Moacyr Scliar participou dos movimentos estudantis na década de 60 e nesse sentido, ele desloca o tempo e o recria numa outra realidade, uma outra “verdade”, mostrando, nesse gesto, o inacabamento da História.

Acreditar em um mundo possível e realizá-lo era o intento dos comunistas. A personagem Sarita é com certeza a mais entusiasmada com o projeto socialista. Ela fazia

parte de uma célula do Partido Comunista no Bom Retiro e fora escalada para desenvolver a estratégia da luta de classes no país que, numa versão supostamente adequada ao contexto brasileiro, se fundamentava em preceitos étnicos: “O conflito final oporia brancos e índios” (SCLIAR, 2001a:91). Portanto era necessário que mobilizassem os índios. O projeto deixou os “comunas” perplexos, mas ainda assim estavam dispostos a cumpri-lo, e Sarita assumiu a diretriz com entusiasmo. Embora de mesma origem que o narrador, o perfil de Sarita destoava muito do daquele. Filha de imigrantes judeus-russos, Sarita era vizinha e amiga do narrador. Sem grandes dotes pessoais, pois, segundo ele, era “ruiva, sardenta, feinha, a coitada”, procurava seguidas vezes o narrador, solicitando verbas para o partido. Nessas ocasiões tentava doutriná-lo: “largue essa vida de merda, largue essa loja, junte-se a nós, nós somos o futuro” (SCLIAR, 2001a:90). Sarita passava os dias perambulando pelo Bom Retiro em busca de novos adeptos ao partido.

Além disso, o destino comum de imigrante unia a família de Sarita e a do narrador-personagem. Imigrante judeu como o narrador, o pai de Sarita tivera mais sorte que o sapateiro, enriquecendo-se rapidamente com o comércio de ouro e pedras preciosas no Bom Retiro. Por esse tempo, era dono de uma joalheria no centro de São Paulo, sendo a loja o motivo de muitos conflitos entre pai e filha, alimentados pelo engajamento político de Sarita pelo Comunismo. A narrativa aqui ganha contornos de história ou de memória coletiva, pois mostra a participação do imigrante judeu na construção da cidade brasileira. Desse modo, ao extrair os resíduos de um passado distante, preservados e reatualizados pela memória, Moacyr Scliar produz história viva entre nós.

A ausência de orientação político-marxista do narrador era outro motivo de luta para Sarita; sua alienação a irritava. Portando o quadro de “Vitor Meirelles representando a primeira missa rezada no Brasil” (SCLIAR,2001a:91), Sarita perguntava a ele o que via. A resposta dada a enlouquecia. Como enxergar um altar improvisado, com índios deslumbrados? Ela via nas imagens o “prelúdio” da luta de classes. Os índios ao redor do padre “estudavam” as “táticas usadas pelos brancos para enganar os oprimidos” (SCLIAR, 2001a: 92). Percebemos, aqui, novamente o recurso da intertextualidade. O quadro de Vitor Meireles é extraído de seu contexto imediato e serve, nesse outro, para marcar as convicções político-ideológicas de Sarita na Era Vargas. Veja que a estratégia discursiva é rica e singular. Pouco antes de ouvir o

discurso inflamado de Sarita, o narrador nos conta de suas desconfianças de Stalin, por quem a amiga suspirava, bem como de seu desinteresse por Getúlio Vargas. Aliás, esse é um contraponto interessante no romance: as ideologias de Sarita e o “conhecimento de mundo” do narrador. Ele fala, por exemplo, da popularidade de Getúlio e de sua maneira de “administrar” os inimigos. Em suas palavras, “[...]. Poucos se atreviam a desafiá-lo (desafiar Getúlio Vargas). Os comunistas, por exemplo, que o acusavam de fascista – e pagaram um preço alto por essa oposição; muitos foram presos, Prestes, inclusive; a Olga Benário [...] (SCLIAR, 2001a:88-89). Cabe lembrar que a alemã Olga Benário Prestes, esposa de Luis Carlos Prestes, por ser judia e militante comunista, foi presa e extraditada pelo Governo Vargas para a Alemanha, onde morreu num campo de concentração. Em relação à interpretação do quadro de Vitor Meirelles, o olhar vazado de realidade desse narrador imprime, inclusive, um certo humor à cena, na qual Sarita, com um olhar romântico, vê no quadro o “prelúdio” da luta de classes, empregando em sua leitura, toda a “cartilha comunista” para interpretá-lo. Convicta, Sarita afirmava que a luta de classes começara no momento do desembarque português, “que ainda continuava, mas que terminaria inevitavelmente com a vitória dos oprimidos, das vítimas da fome, dos famélicos da terra” (SCLIAR, 2001a:92).

Constatamos que a voz da militante comunista, ainda que enunciada pela fala do narrador, produz uma polifonia interna, que é marcada pelo apelo aos “camaradas índios”, representando, assim, o idealismo dos militantes, bem como a tentativa de dar voz ao oprimido, silenciado pelo discurso oficial e hegemônico. O autor investe nessa mesma estratégia como pano de fundo para reatualizar, no texto ficcional, a história do herói negro Zumbi dos Palmares. Ele insere em um novo contexto, agora então a ditadura militar dos anos 1960, Ezequiel, o filho do narrador, como um militante comunista iniciado no partido pela cartilha de Sarita que também irá lutar pelos “fracos e oprimidos”, recuperando, assim, o contexto histórico na ficção.

Voltando ao texto: em suas reflexões, Sarita afirmava que as missões guaranis eram, na verdade, um inequívoco exemplo de luta. Os índios teriam vencido se espanhóis e portugueses não tivessem se juntado para atacá-los covardemente. Agora, alcançariam sucesso: os índios doutrinados se rebelariam e sairiam das florestas em direção às cidades, tornar-se-iam uma massa compacta e quente, como “um magma irresistível, tomariam as fábricas, os quartéis, os bancos. [...] Os índios tomariam o poder; um índio emergiria como o grande líder. Um Stalin índio a projetar sua grande e

benfazeja sombra sobre o país, sobre a América Latina” (SCLIAR, 2001a:92). O discurso indireto-livre exterioriza o envolvimento de Sarita, tensionando a linguagem que ganha agilidade e fluidez e traduz, metaforicamente, os conflitos sociais vividos no Brasil do período pré-golpe militar.

Uma cena especial do romance traz ao leitor a configuração da crença e do envolvimento de Sarita no “projeto comunista” de doutrinação dos índios, dando à narrativa uma dimensão humorística muito peculiar (cf. CURY, 2002:26). Ao discursar para os ”camaradas índios” na estação da Luz, Sarita sobe em cima de um caixote, incitando os índios à luta armada:

Dominado o que ela chamava de base teórica, partiu para a ação. Começou fazendo comícios-relâmpago na estação da Luz. Esperava uma hora de movimento – por exemplo, a chegada de um trem –, subia num caixote, e punha-se a gritar: camaradas índios, rebelai-vos! Camaradas índios, recusai a canga que os colonialistas brancos querem colocar no vosso pescoço! Camaradas índios, preparai vossas bordunas, vossos arcos e vossas flechas, vossos frascos de curare, porque, camaradas índios, a batalha final está próxima, a batalha final que terminará com a vossa vitória! Camaradas índios, não desanimeis! Vós chorais em presença da morte? Em presença da morte chorais? Não choreis, erguei o vosso brado de protesto, o brado de protesto contra a injustiça! Índios vítimas da fome, índios famélicos da terra, de pé, camaradas índios. (SCLIAR, 2001a:92-93)

O discurso acima revela que não era por acaso o fato de os transeuntes tomarem Sarita por louca. Nem mesmo a polícia a detinha. Decepcionada com a falta de *quorum*, a militante entrou em depressão. Os pais de Sarita se desesperaram. A mãe, que antes dizia-se amiga da aristocracia paulista e ostentava riqueza, agora andava pelo Bom Retiro chorando. (Isso denota, por exemplo, a ascensão social dos imigrantes judeus em São Paulo). Preocupado com a saúde da filha, o pai procurou ajuda. Primeiro, dirigiu-se ao rabino que não quis intervir, uma vez que a briga da família se restringia a uma questão política; depois, foi a um psicanalista. Esse, por sua vez, solicitou que ela o procurasse espontaneamente. Isso, o pai sabia, Sarita não o faria. Para os comunistas, sessões de psicanálise eram “coisa de burguês”. Por fim, adveio-lhe uma idéia maluca: contrataria índios para a filha comandar.

Com o plano em ação, o pai de Sarita contata uma família de índios: o pai, de nome José, a mãe e oito irmãos. Com isso, o narrador aproxima, pela alegórica família, índios e judeus. José, por assim dizer, lembra muito o típico representante do mundo do

*shtetl*. Tem uma família numerosa, sendo, ainda o provedor do lar. Para isso, trabalha como servente em um grande hospital da redondeza (cabe lembrar que José também é o nome do índio antropofágico que comera o braço do pai do narrador-personagem). E a mãe, a detentora do alimento. Eles aparecem agora apenas deslocados do seu ambiente natural, isto é, saíram do *shtetl*-Xingu, e moram nas proximidades do Bom Retiro, em São Paulo.

Num outro véis, a escolha do nome José não é casual. Ao mesmo tempo que remete ao personagem bíblico, também nos fala dos inúmeros “Josés” de ascendência portuguesa que viviam à margem da sociedade. Além disso, expressa metaforicamente a mistura de culturas, que formam a nação brasileira, colocando o índio, o branco português e o imigrante numa mesma linhagem, aludindo à miscigenação e ao hibridismo cultural.

A negociação com a família ficou por conta de Anaí, uma filha do casal que trabalhava em uma fábrica de confecções. Vemos nesse ponto uma grande ironia do narrador: a índia oriunda das florestas, onde vivia nua, com total liberdade, torna-se, na cidade, operária de uma fábrica de confecções. Fina ironia que critica o tratamento dado ao índio brasileiro nos tempos modernos. Vale destacar que a ironia é uma forma de desleitura do texto, porque torna a linguagem cheia de armadilhas, deixando o leitor inseguro no prosseguimento da leitura. Para Márcio Seligmann-Silva, “a ironia implode a leitura na medida em que obscurece e desarticula as funções referenciais e comunicativas do discurso” (SELIGMANN-SILVA, 2003b:376), abrindo o campo da auto-referencialidade da linguagem.

Acertado o negócio com a família de índios, ficou combinado que apenas o pai, José, não deixaria o emprego. Os demais membros da família o fariam. Orientada pelo joalheiro, Anaí procurou Sarita, dizendo-se sensibilizada com sua luta. Ela de nada desconfiou. No segundo comício feito para os “camaradas índios”, a família indígena compareceu “em massa”, portando cartazes com frases de apoio ao Partido Comunista. Isso deixou Sarita entusiasmada, pois doutrinava os nativos e era ouvida. Entretanto, surgiu um problema: os irmãos de Anaí saíam dos comícios e se dirigiam para os bares da região. Embriagados, delatavam a proposta de dinheiro fácil pelo Bom Retiro, o que, segundo o narrador, provocou boas gargalhadas. Isso deixou o joalheiro indignado, parando, inclusive, de financiar “a claqué indígena. O Partido, por sua vez, viu a história como um sério desvio ideológico. Numa reunião de crítica e autocrítica, Sarita admitiu

que havia se deixado levar pelo romantismo burguês e que merecia punição” (SCLIAR, 2001a:95).

Apesar do problema, Sarita não foi punida. Ao contrário, recebeu nova tarefa: vender publicações comunistas. É desse modo que ela passa a vender a revista *Diretrizes*, comprada pelo narrador. Deu-se bem no trabalho e passou a viajar. Ia sempre ao Rio de Janeiro, de onde vinha com notícias de Noel Nutels, alimentando, assim, o imaginário do narrador.

Mais tarde, porém, quando despontam projetos revolucionários em todo o país, o narrador se vê, de novo, às voltas com comunistas. Dessa vez é o filho Ezequiel. O nome do filho do narrador remonta à memória de antepassados bíblicos, promovendo a integração das linguagens, pois o rapaz é apelidado de Zequi, híbrido de Zé, Zeca, Ezequiel, misturando, assim, as tradições brasileira e judaica (cf. CURY, 2002:29).

Como dissemos anteriormente, Zeca inicia-se na alfabetização comunista pelas mãos de Sarita e se inscreve na célula comunista Zumbi dos Palmares, passando a hostilizar o pai, um verdadeiro representante da burguesia reacionária. Inconformado com a situação, o narrador lança mão de um artifício nada elegante: torna-se um *ghost writer*<sup>38</sup> de Noel Nutels, uma vez que passa a escrever cartas apócrifas para os componentes da célula, o que dá certo, pois se reabilita perante o filho, que passa, inclusive, a visitá-lo na loja.

O “descarado fabulador” (SCLIAR, 2001a:181), na simplicidade de um bom contador de histórias, situa períodos conturbados da História do Brasil e vai desvelando, com esse gesto, os reverses da política de enfrentamento ao Estado, feita pelos militantes comunistas. Ele parte dos “famélicos da terra”, pedintes e miseráveis habitantes das praças e ruas do país, mais especificamente do bairro do Bom Retiro em São Paulo, chegando aos “camaradas índios” também miseráveis e destituídos da mão protetora do Estado.

---

<sup>38</sup> Tomo emprestado o termo empregado por Ana Cecília Águia de Melo (2004) em Dissertação de Mestrado sobre as relações entre a História e a Literatura nos romances de Moacyr Scliar.

### III.3. O pajé e o rabino

Por volta dos anos 1943/1944, Noel Nutels é contratado pela Fundação Brasil Central para ajudar na colonização da Amazônia e do Alto Xingu. Assim, ele marcha para Oeste. Em decorrência desse fato histórico, ficcionalmente, o narrador desloca tempo e espaço, e com esse gesto rememora a movimentação do povo hebreu no velho mundo. Noel o representa com sua marcha para Oeste. Expulsos da Península Ibérica no final da Idade Média, os judeus marcharam para a Rússia, que promovia a expansão de seus territórios a Oeste do país.

A marcha para Oeste no Brasil é um projeto político de Getúlio Vargas, por isso, o judeu Noel e sua mulher marcham para lá. Mas fica a questão: Por que Noel deseja marchar para Oeste? Queria ele voltar para o *shtetl*? É Sarita que traz a resposta para o narrador. Para lá o Noel se dirigiu, indo cuidar dos índios do Xingu, em função de ter-se tornado um especialista em malária, fato que esse narrador não entendia. Mas, para Sarita, era uma coisa lógica, “apenas uma questão de coerência ideológica” (SCLIAR, 2001a:100). Nesse momento, o narrador se dá conta do distanciamento existente entre eles. Inerte, incapaz de se mobilizar pelas massas, preso às suas lembranças e ao passado, ele era apenas um pequeno comerciante no Bom Retiro, enquanto Noel, cada vez mais se movimentava pelo Brasil.

O Noel não parava quieto: ele ia avançando, embrenhando-se mato adentro, cada vez mais dentro do Brasil, cada vez mais brasileiro, brasileiro como a paca, brasileiro como a onça, brasileiro como o saci. E onde tinha se iniciado aquela trajetória, doutor? No Madeira: olhando as fotos dos índios que o marinheiro nos mostrara, o menino Noel decidira: seu destino estava ligado ao daquelas estranhas criaturas. E esse destino agora se cumpria. O Noel estava virando índio. Índio judaico, mas índio. Índio buliçoso, mais buliçoso do que os próprios índios. Índio inquieto, a percorrer sem cessar as trilhas do Brasil central. Trilhas que poderiam levar a qualquer lugar, mas nunca passariam por uma loja chamada A Majestade (SCLIAR, 2001a:101).

Noel cumpria o objetivo dos idealizadores da colonização judaico-camponesa de promover a redenção por meio da volta à natureza. Para a terra ele se voltava. Seu trabalho não era o revolver da terra com o arado, sulcá-la e plantá-la, mas trabalhava com o nativo. Curando a tuberculose, a tísica que tanto assustava o judeu no *shtetl*, a malária e as doenças tropicais, ele se redimiria da velha culpa, misturando-se aos brasileiros sem ser identificado, tornando-se mais brasileiro do que muitos brasileiros, e

livre das lembranças do passado, dos *pogroms*, da miséria e da fome na velha Europa. Por sua vez, o narrador estava preso “na cápsula do tempo” (SCLIAR, 2001a:108), cada vez mais distante de Noel.

Assim se compreende: diferindo de uma postura colonizadora e civilizatória, que remonta ao período colonial e que trouxe consigo destruição e extermínio, Noel Nutels amava os índios. Esse novo “colonizador”, o judeu Noel Nutels, caracterizava uma exceção. Dedicava-se aos índios com amor. O romance de Scliar caminha sempre numa seção comparativa para a construção da personagem e, pela fabulação do narrador, está sempre aproximando os diferentes pela ordem das ações. Assim é com Noel Nutels e o narrador; com José de Anchieta e Noel Nutels; com o índio e o judeu; com o pajé e o rabino.

Podemos constatar tal fato no seguinte episódio apresentado pelo narrador: logo que chega à taba dos indígenas, Noel se depara com um difícil problema: há uma menina doente. O intérprete que apresenta Noel à tribo informa que já foram usados todos os recursos dos índios para salvar a garota, sem sucesso. Perguntam se ele pode curá-la. Então, ele se dirige para a aldeia e entra em uma oca. Observa a menina que aparenta ter entre dez e doze anos de idade, em um estágio avançado da doença. Ele a examina com cuidado. Terminado o exame sem conseguir diagnosticar a doença, Noel resolve aplicar-lhe uma injeção de penicilina. A garota sai do torpor com a picada e morde a mão de Noel. Os índios riem, pois sabem que é uma reação de melhora. O médico também se alivia, pois a sua permanência na tribo implica na salvação da criança, e sai da oca para partilhar uma refeição com os índios. Ao contrário do sargento que o acompanha, saboreia, como um bom índio, gafanhotos torrados. O sargento prefere as bolachas trazidas a tiracolo. Ao final da refeição, o intérprete parabeniza Noel pela franca aceitação dos índios. Nesse sentido, o alimento simboliza as relações de troca entre os nativos e o estrangeiro.

Ainda em relação a esse episódio, Noel se volta então para a cura da menina. Sente compaixão e amor por ela, e deseja, a todo custo, salvá-la. Por isso, passa a noite ao seu lado. Ao raiar do dia, percebe os sinais de melhora e sai da oca, dirigindo-se até o rio. Mais uma vez, é sugerida a idéia de redenção por meio da terra, numa imagem que aproxima, em contigüidade, Noel Nutels e a natureza. Noel já é parte daquela paisagem. “Sem pressa, vai até o rio, lava-se; tira os sapatos, coloca-os sobre a areia e vai sentar-se numa pedra. Ali fica, os pés dentro d’água, fumando o cachimbo e olhando a

correnteza” (SCLIAR, 2001a:115). Aproxima-se dele o cacique. Ele está destituído dos caracteres que denotam seu papel na tribo. “Nenhum enfeite, nenhuma pintura, é bugre mesmo” (SCLIAR, 2001a:115). Procura Noel para agradecer-lhe, pois esteve na oca e viu que a menina irá viver.

Está aqui um dos pontos altos da narrativa. O texto se verga numa denúncia de ordem política. Numa interpretação dessa cena, Maria Zilda Cury aponta para a multiplicidade de vozes da narrativa de Scliar, da ausência de um discurso único, de um registro exclusivo que abriga, de forma inteiriça, a identidade nacional. Para ela, “há momentos em que a narrativa se verga sobre o sentimento que aproxima desafortunados de diferentes extrações”. Maria Zilda Cury comenta também que, por meio de um processo de desterritorialização, o narrador aproxima espaços diversos, condensados nas figuras do velho judeu e do velho índio (cf. CURY, 2002:27).

A cena mostra o indígena humilhado, percebendo-se vítima da ganância do homem branco. O cacique lamenta para Noel as perdas sofridas com o avanço do colonizador. Sofre com as doenças trazidas por ele; pelo desrespeito à sua cultura e pela invasão de suas terras, questionando, ainda, a ausência de intervenção dos governantes. Indignado, pergunta ao “médico dos índios”:

O nosso povo está condenado, será que ninguém vai fazer nada por nós? Começa a chorar. Um chorinho sentido, manso, as lágrimas correndo-lhe pelo rosto, caindo na areia da margem do rio. Noel olha-o, comovido e surpreso. Nunca imaginara ver um índio chorando. Lembra um velho judeu sentado nas ruínas da sua casa, depois do pogrom, em Ananiev, soluçando e perguntando, Até quando teremos de derramar nossas lágrimas, até quando. (SCLIAR, 2001a:115)

O drama do cacique e de seu povo desprezado e humilhado pela sociedade é motivo da compaixão do narrador que, mais uma vez, aproxima o índio e o judeu pela situação em que se encontram na sociedade. Estando à margem, eles nunca mereceram a atenção dos governantes, que também os desprezam.

Todavia, nem todos os habitantes da tribo gostam de Noel. O Pajé é um deles. Sente-se ameaçado com a presença do médico, pois antes da chegada de Nutels era ele quem cuidava dos doentes. Nem sempre obtinha sucesso, o que não era questionado, porque nascer, viver e morrer fazem parte do processo natural da vida. Mas era respeitado pelos seus rituais, com as suas raízes, pela invocação dos espíritos. Com

Noel seus conhecimentos de nada valeriam, o que evoca, ficcionalmente, o debate entre Natureza e Técnica, Religião e Ciência.

Mais uma vez a narrativa se curva à História. O sentimento do Pajé é semelhante ao do rabino do *shtetl*, quando sente a expansão da Hascalá, movimento inspirado nas idéias do Iluminismo europeu que tinha a pretensão de “libertar o judeu das trevas da ‘superstição’ e ‘atraso medievais’” (cf. GUINZBURG, 1996:76). Esse movimento foi introduzido, aliás, primeiro na Alemanha, por Moses Mendelssohn (1729-1786). A proposta da Hascalá era a de modernizar os costumes e o espírito do judeu do gueto, secularizá-lo, isto é, torná-lo apto a viver em meio a uma sociedade industrializada, de economia capitalista, que pudesse reivindicar a sua emancipação política e seus direitos civis na Europa. Também censurou a chamada “língua do gueto”, o Ídiche, e acabou por destituir a autoridade do rabino, uma vez que os defensores da Hascalá acreditavam que os conhecimentos deste último já não serviam para uma sociedade moderna.

Nesse ponto, a narrativa de Moacyr Scliar aproxima o Pajé e o Rabino e se volta para a denúncia, tornando-nos, nós leitores, testemunhas de fatos pouco conhecido dos brasileiros, desnudando o discurso da História que silenciou as injustiças do homem branco na exploração das riquezas naturais do país.

#### **III.4. Do sapateiro ao *gravatnik*.**

Como dissemos em outra passagem do presente estudo, o pai do narrador, sapateiro de profissão no *shtetl*, trouxera consigo para o Brasil as suas ferramentas de trabalho, na esperança de continuar vivendo da profissão, nos mesmos moldes que outrora no *shtetl*. Esse foi também um ponto de discórdia na família, pois a mãe, de espírito mais prático que o marido, tencionava vê-lo em outra profissão. Isso ficou mais claro para ela, depois que conheceu a loja de Salomão Nutels, no Recife.

Assim, ao rememorar o passado, o narrador apresenta as dificuldades vividas pelo imigrante pobre em terra alheia. Em suas reminiscências, lembra que não via frutificar a idéia da mãe: “Para começar, não tínhamos capital para começar o negócio; e, mesmo que tivéssemos, papai não queria ser lojista, tinha horror, não de vender – isso não o incomodava –, mas de loja: a idéia de ficar imóvel atrás de um balcão parecia-lhe insuportável” (SCLIAR, 2001a:57).

As histórias que esse narrador conta entrecruzam-se com outras por ele narradas, de modo que vai, por meio da linguagem, recompondo um passado distante, fazendo ecoar diferentes vozes e tempos que nós, leitores, só conhecemos, graças à configuração da narrativa.

Desse modo, Scliar concede ao narrador o papel de sujeito histórico e ideológico – conforme as teorias de Jacques Le Goff apresentadas no primeiro capítulo desse estudo –, por trazer as vozes dos sujeitos que ajudam a compor as histórias embutidas na sua, dando ao romance o caráter de texto polifônico. Cabe lembrar que entende-se por polifonia (cf. Bakhtin), o conjunto de vozes que integram uma dada realidade social, que refletem os sujeitos discursivos dessa sociedade. No romance, não se trata apenas das falas dos parentes, que denotam as experiências alheias, o sofrimento e a segregação do sujeito expatriado, ou do índio, também segregado e humilhado. Merece destaque a inserção dos discursos das mais diversas facções políticas, como, por exemplo, a música do esquadrão da cavalaria de cossacos, o hino da Internacional Socialista (cf. SCLIAR, 2001a: 31 e 89), entre outros.

Porém, mesmo insistindo em trazer as ferramentas e continuar como artífice, o sonho do antigo sapateiro não se realiza. Pouco depois de instalado em São Paulo, o sapateiro é atropelado por um bonde na rua José Paulino, acidente que lhe custa um braço. Resignado, passa a vender gravatas no centro da cidade, penduradas no toco do braço amputado.

Cabe lembrar que o trabalho ambulante era, muitas vezes, a atividade que restava ao estrangeiro. Sem dominar a língua da nação, desprezado pela gente da terra, dedicava-se ao comércio de mercadorias baratas nos bairros longínquos. Esse era também o percurso dos colonos judeus no Sul do País. Cansados de sulcar o chão sem muitos resultados, migravam para os centros urbanos, em busca de novos sonhos.

Aliás, não se tratava apenas de imigrantes no Brasil. Salomão Nutels também fora ambulante na Argentina, para onde vai, antes de se radicar em Laje do Canhoto. Deixando a mulher e o filho em Ananiev, na Bessarábia, pretendia enriquecer-se com o franco comércio na Argentina e, de lá, mandar buscar a mulher e o filho. Mirava os conterrâneos que tiveram sorte nas terras do Sul. Porém, ele não teve. Então, tornara-se um vendedor de sapatos nos arrabaldes de Buenos Aires:

Saía de manhã cedo, a mercadoria numa grande mala, percorria as ruas, gritando "Sapatitos chiquitos, chiquitos para sus hijos". Gritava muito, o Salomão, vendia pouco. A mala, que saía cheia, voltava igualmente cheia. E ele se desesperava porque não conseguia juntar o dinheiro para as passagens de navio. Vida dura, a daquele homem. (SCLIAR, 2001a:17-18)

Sem outra opção de trabalho, o sapateiro torna-se um *gravatnik*, isto é, um camelô ambulante, apregoando a venda de gravatas no centro da cidade de São Paulo. Segundo Moacyr Scliar, as gravatas eram um "símbolo de *status*, condição *sine qua non* para a entrada em determinados lugares" (SCLIAR, 2000a: 43), pois, poderia ser requisitada a qualquer momento. É, então, por uma orientação prática que surgiu o *gravatnik*.

Portando uma bolsa, o sapateiro se dirigia todos os dias ao centro da cidade, e escolhia, para seu comércio, um lugar estratégico: a Avenida São João ou a Ipiranga. O narrador o acompanhou algumas vezes a pedido da mãe. Segundo ele, a mãe temia pela saúde frágil do marido. Mas, ele "ficava à distância: devo confessar que me envergonhava o pesado sotaque de papai: meu português, ainda precário, já era bem melhor que o dele, e eu progredia rapidamente no aprendizado do idioma" (SCLIAR, 2001a:59).

Observa-se, desse modo, que a língua é também um elemento legitimador do preconceito. Scliar deixa imprimir aqui as marcas da ideologia social, que restringe o sujeito à margem, sem, contudo, deixar de apresentar o embate das idéias. Por isso, o recurso da polifonia. As vozes que se entrecruzam com a do narrador ajudam a compor o fluxo narrativo, refletindo, nesse contexto, as experiências alheias, os tempos vividos por pessoas comuns, compartilhando as mesmas histórias.

Vale destacar, ainda, a relação intertextual promovida pelo escritor com outras obras de sua autoria. Cabe lembrar que a intertextualidade nasce do embate das vozes que geram o discurso, que fazem referência a outros textos formulados pelos diversos sujeitos discursivos. Podem referir-se a textos já consagrados pelos cânones críticos ou não (cf. BARROS e FIORIN, 1994:45-48). No ensaio *Meu filho, o doutor*, por exemplo, Scliar fala dos conflitos entre o imigrante e seus rebentos. De um lado, o filho sente pelo pai um profundo amor filial, confia e admira seu genitor; de outro, tem consciência da diferença do pai em relação aos nativos (cf. SCLIAR, 2001e:97). Na verdade, é essa a relação do narrador com seu pai. A saúde frágil do sapateiro merece os seus cuidados,

mas a sua diferença, marcada na língua engrolada, é agravada pelo acidente. O fato do pai dependurar as gravatas no toco do braço o envergonha, e ele se posiciona à distância.

Sendo assim, herança cultural e lembranças pessoais são os elementos que conduzem o fluxo da memória desse narrador, que segue desvelando as suas lembranças. Essas lembranças estão, de algum modo, vinculadas a outras histórias escritas pelos sujeitos anônimos que ficaram perdidos nos ruas e avenidas do bairro do Bom Retiro em São Paulo.

### **III.5. Do sonho à dispersão: a desagregação familiar por que passa o narrador-protagonista**

A reconstituição do passado para o narrador do romance é nada mais que o desejo de filtrar o tempo para, assim, reviver os momentos felizes deixados para trás. Relembrando o passado, a dor que sente desaparece, tanto a dor física causada pela cardiopatia isquêmica, como a dor moral, pela ausência dos parentes, o que o faz esquecer a situação em que se encontra. Na verdade, suas histórias ressoam o seu próprio fazer. Vejamos o seguinte exemplo:

Já o Zequi, doutor, era a alegria de minha vida. Lindo garoto, inteligente. Eu lhe falava muito do Noel, o doutor dos índios. Mais: inventava histórias, longas histórias que contava quando, à noite, colocava-o na cama, e cujo final ele nunca escutava, porque adormecia antes (o que não tinha importância: eram para mim, também, aquelas narrativas). (SCLIAR, 2001a:117)

Pela narrativa, passado, presente e futuro se fundem em um só núcleo. E, assim, o ato de contar histórias leva-o de novo aos tempos da infância, visa a recuperar a alegria experimentada quando era criança, um tempo feliz. O local onde nasce essas histórias também é retomado, compondo as imagens que as ilustram. Elas são contadas à noite, no aconchego do lar e no calor da cama, portanto, um ambiente propício à narração.

Vemos também que o distanciamento espacial se dá em duas fases temporais distintas. De um lado, a infância de Zequi, um ouvinte que logo dormia, não muito feito

a essa tradição, pois é na verdade um *gói* (embora gostasse de histórias como todo menino). De outro, a infância do próprio narrador, sua vida no *shtetl* e os momentos de reunião com os amigos, quando tomavam chá e contavam histórias uns para os outros.

Por sua vez, as “sessões de cinema” para o filho eram cheias de personagens insólitos, de heróis com características mágicas, de seres fantásticos. Esses elementos também ressoam os sentimentos desse narrador, homem preso à tradição, aos antepassados heróicos, a um tempo mítico de heróis, deuses e demônios, negando, assim, a sua atual situação.

Observamos, também, que esses elementos, de algum modo, dialogam com os textos do primeiro livro de contos de Moacyr Scliar, que o consagrou no cenário nacional ainda jovem, *O Carnaval dos animais*, publicado em 1968. Tais contos nos conduzem ao universo do estrangeiro, do Outro, marcado pela diferença na língua, na roupa e nos traços físicos, sendo, por isso, marginalizado.

A atitude desse narrador é uma estratégia adotada para esquecer a sua insignificância e a solidão numa cama de hospital. Todas curtas, suas histórias têm uma característica comum: são sintéticas e recapitulativas, isto é, remontam ao todo do romance, sendo que os temas, quase sempre retratando Noel Nutels e a natureza exuberante do país, são colhidos na realidade do próprio narrador, ainda que revestidas de um caráter histórico. Por exemplo,

Uma História passava-se no Madeira. Chefiando um motim, o fogueiro ucraniano apoderava-se do navio: o plano dele era vender todos os emigrantes como escravos e transformar o Madeira num barco pirata que percorreria os sete mares semeando o terror. Junto com o marinheiro, Noel e eu organizávamos a resistência: graças a um rato que, treinado, trazia-nos os revólveres dos bandidos, nós os surpreendíamos dormindo e – de pé, facínoras, vossa carreira termina aqui – os aprisionávamos, libertando todos os passageiros. (SCLIAR, 2001a:117)

Nota-se que o fragmento acima recupera duas situações distintas. A primeira estabelece a referência com os cargueiros que traziam os escravos da África, da opressão e violência cometida contra o diferente, contra aquele destituído de pátria e de identidade, sob a custódia do homem branco invasor. A segunda, refere-se ao elemento fantástico e ao humor, comum na literatura judaica, especialmente, nos textos de Moacyr Scliar. Por exemplo, a presença do rato trazendo os revólveres, além de estar

carregada do “humor judaico”, nos remete ao fazer do próprio artista, do sujeito criador, que modifica a realidade por meio da imaginação.

Vemos, assim, que a prática de contador de histórias tem origem na tradição que carrega, no mundo do *shtetl*, o qual nunca abandonou. Seu olhar preso ao passado, recompõe os fatos para, assim, manter acesa a chama da vida, fazendo-o esquecer da solidão que o domina.

Vale destacar, ainda, que esse é o olhar do estrangeiro errante. É também um olhar melancólico, saudosista, experimentando outra vez o vivido, que alumia o tecido fragmentado da memória. Esse olhar em trânsito segue recuperando espaços e tempos, retomando partes esquecidas pela memória, e vai alinhavando as partes do narrado, confluindo-o em um único sentido, isto é, no todo do romance.

Imerso no mundo das histórias que lê, de onde tira fundamento para as que conta, o narrador não percebe o seu fracasso enquanto homem. Falhou como profissional, pois desejava tornar-se médico. Falhou como pai, pois o filho vai para a França, lá criando raízes, pois se casa com uma francesa; e falhou como marido, pois até mesmo a mulher o abandona. Preso ao mundo da ficção, nas leituras que fazia atrás do balcão de sua loja no Bom Retiro, esqueceu-se até mesmo do presente imediato, da mulher. Por fim, velho e solitário, ele se dá conta de que até mesmo os livros onde se escondeu já não lhe servem para nada:

As leituras para mim se haviam tornado completamente inúteis; sugadas por meu faminto, não raro perplexo e às vezes cansado olhar, as palavras impressas passavam pelo cérebro mas, ao invés de ali se depositarem sob a forma de um precioso acervo de cultura, de um tesouro como o que Fawcett procurava, viravam poeira, poeira tão inútil como aquela que cobria as prateleiras da loja, mas que, diferente dessa, era levada pelo impiedoso vento do olvido para alguma região distante – o Xingu, quem sabe[...]. (SCLIAR, 2001a:172)

Na subjetividade desse narrador, a solidão nada mais é do que a representação desse sentimento sentido pelo homem moderno, que, mesmo mergulhado na técnica, nos diversos objetos que ajudam a compor o seu cotidiano, inclusive a registrar o tempo passado, ou seja, a fazer com que ele não se esqueça dos fatos, continua um ser solitário. Isso ilustra também uma forma de questionar as próprias bases da cultura ou de qualquer certeza. Segundo Linda Hutcheon, “o romance pós-modernista questiona toda aquela série de conceitos inter-

relacionados que acabaram associando-se ao que chamamos, por conveniência, de humanismo liberal” (HUTCHEON, 1991:84). Valores consagrados, como autonomia, transcendência, unidade, sistema, universalização, centro, entre outros, já não têm o mesmo peso que antes. Ao contrário, são objetos de contestações. Na narrativa, a contestação se dá no jogo da linguagem, que tenciona a realidade representada, ou seja, desestabiliza esses valores. Ela não é História, na acepção de Benedito Nunes, como “registro dos acontecimentos vivos pelos homens em sociedade”, mas oferece-se como tal, pois, indicia esses acontecimentos, re-significando-os.

Vemos, assim, no exemplo de *A Majestade do Xingu*, que as narrativas contemporâneas buscam o afastamento desses sistemas unificados, da totalização dos saberes, desfocalizando o centro. Desejam ir para as margens, as fronteiras. Por isso, o discurso não pode mais ser o de uma só voz. É necessário fazer com que as vozes que compõem as “massas sociais”<sup>39</sup> se embatam, na representação do real, no corpo do texto, sendo, desse modo, uma crítica ao pré-estabelecido.

Assim, ao dar voz a um narrador de fronteira, um homem que está entre a vida e a morte, Moacyr Scliar retrata a tensão dos discursos. Quer dizer, o discurso do outro contesta a verdade única e dominante a partir da própria realidade, pois a percepção de que os valores em que acreditava não são mais significativos torna possível a sua reformulação, refletindo-os sob uma nova ótica.

Desse modo, ao ver seus conceitos ruírem, esse narrador se dá conta do depauperamento social em que mergulhou, pois não percebeu nem mesmo as mudanças da mulher. Tão logo Paulina comunica ao marido a decisão de ir para Israel viver em um *kibutz*, sem data para retornar, o narrador, então, é impelido a tomar outro rumo. “Agora eu estava sozinho, e tinha o resto de minha vida pela frente. Resolvi que não me entregaria, que lutaria contra a depressão. Tratei de arrumar amigos [...]” (SCLIAR, 2001a:175).

Portanto, é na velhice, quando pressente o final da vida, que ele almeja uma assimilação. Visita casas noturnas em busca de amantes, volta a se relacionar com a

---

<sup>39</sup> As massas sociais aqui destacadas são os diversos sujeitos discursivos que estão subentendidos na voz do narrador, e revelam as ideologias dos diversos grupos sociais representados nos sujeitos discursivos. Esclarecendo essa idéia: quando o narrador insere no discurso literário o lema *no pasarán* (SCLIAR, 2001a:89), dos defensores de Madri frente ao sítio da cidade, por tropas do General Franco, durante a Guerra Civil Espanhola, ele está representando um determinado discurso, ou seja, o da resistência.

irmã Ana e seu jovem namorado, e aguarda ansioso as cartas do filho Zequi. A mulher também lhe escreve, contando, inclusive do novo marido no *kibutz*. Porém, nada do que faz resgata o tempo perdido. Desse modo, sonha transportar para o Xingu a loja “A Majestade”, devotando a Noel uma última homenagem.

O ato de contar história é, assim, uma forma encontrada pelo narrador-personagem para negociar a sua identidade, escondida na figura de Noel Nutels, o amigo de navio que, diferentemente dele, soube se tornar brasileiro. Desse modo, encontra na narrativa uma forma de vencer a própria morte, transmitindo-nos uma certeza: como aponta Bella Josef, “a memória, a recordação e o sonho impedem que o esquecimento faça desaparecer o que se compartilhou: a felicidade de existir” (JOSEF, 1991:460).

### III.6. O Xingu e a Majestade

A graça do livro de Scliar está não apenas na capacidade que o autor tem de estreitar os limites do tempo e do espaço, mas, também, na forma como estabelece a montagem e desmontagem das cenas, em um claro jogo de esconde-esconde, entre a figura do narrador e a de Noel, o que é possibilitado pela técnica narrativa que adota, isto é, pela história que puxa histórias, ganhando, por vezes, a dimensão do chiste, do brinquedo e da fantasia. E mais: empresta à narrativa o caráter de história comum, colhida na subjetividade de um sujeito qualquer, da vivência comum dos homens.

Para isso, nada é mais ilustrativo do que as frases colhidas em banheiros populares, por Noel Nutels. Por exemplo: “Neste recinto solene, onde a vaidade se acaba, todo covarde faz força, todo valente se caga”, ou “Merda não é tinta, dedo não é pincel, quando vier cagar, traga sempre papel” (SCLIAR, 2001a:130). Os versos de banheiro foram o jeito encontrado por Scliar para ilustrar a figura do contador de “causos”, o Noel Nutels, que, de fato, era também um “coleccionador de quadrinhos de mictório” (cf. AGUA DE MELO, 2004:197) e amante dos índios.

Isso converge para o que Maria Teresa de Freitas chamou de ambigüidade da narrativa<sup>40</sup>, sendo, assim, o resultado do jogo entre a realidade imaginada (a ficção) e a realidade concreta (o referente). De certa forma, os versinhos atestam a veracidade da história de Noel, pois eles fizeram/fazem parte do cotidiano do médico, uma vez que

---

<sup>40</sup> Cf. pág.36, no primeiro capítulo do presente estudo.

esses elementos pertencem, de algum modo, às referências culturais do leitor. E o texto, dada a graça e humor, torna-se uma mescla de ficção e realidade, já que o dito é algo comum entre autor e leitor. Desse modo, a narrativa adquire contornos de documento, sendo o objeto que permite o contrato entre essas duas instâncias, das quais depende a Literatura, isto é, de quem escreve e de quem lê.

Mas, não devemos nos esquecer do local de onde são criadas todas as histórias, a loja “A Majestade”. Ela é o espaço físico de onde o “descarado fabulador” cria suas fantasias. É de lá que ele, por meio da imaginação, fala das andanças de Noel, no Xingu. Seguindo os rastros do amigo, faz o mesmo percurso. É desse modo que chega aos inimigos do médico. Estão entre eles o Pajé, o Major Azevedo, militar da repressão, e João Mortalha, um grileiro das terras indígenas que, ironicamente, tem uma irmã chamada Iracema, representante comercial de tecidos no Bom Retiro e amante do narrador.

De início, já percebemos no nome João Mortalha o destino que essa personagem carrega. Valendo-se de uma atitude criminosa, o grileiro tenciona se apossar das terras dos indígenas, exterminando-os. Assim, espalha roupas de bexigentos nas proximidades da tribo, acreditando que aos serem tomadas pelos índios, disseminaria uma epidemia. Ele não contava, porém, com Noel Nutels, que, imunizando os nativos, frustra seus planos. E mais: Como se esqueceu de se desfazer das roupas, acabou pegando a doença. Noel aparece para curá-lo, quando descobre como se contagiou. Assim, é escorraçado pelo médico. No pano de fundo, temos a denúncia da grilagem de terras indígenas, que ainda hoje ocorrem. Porém, deixando de lado o lastro documental, Scliar opta pela fabulação cômica e breve que empresta à narrativa o tom novelesco e gracioso.

O Major Azevedo, outro inimigo do médico, deseja encarcerá-lo por acreditar ter em Noel o autor dos versinhos que, como aponta Berta Waldman (2003), desenham nas paredes dos banheiros uma inscrição “nada abonadora” de um traço físico de sua mulher. Desse modo, o autor insere pela sugestão intertextual a questão da repressão e morte dos militantes comunistas desaparecidos no Araguaia, durante os anos de ditadura militar no Brasil, pois, “homem silencioso, enigmático, o major era *expert* em inteligência anticomunista, conhecido até nos Estados Unidos como um tenaz caçador de subversivos” (SCLIAR, 2001a:150).

Como forma de aproximação das etnias, deparamo-nos novamente em outra passagem do romance com João Mortalha, envolvido outra vez com os índios. Em 1965, ele conhece na cidade de Aragarças, o americano Chisholm, um investidor aventureiro que lhe propõe sociedade nos negócios. Pretende instalar fábricas de produtos eletrônicos no Xingu. Eles recrutariam os índios como mão-de-obra barata. João Mortalha, a princípio, não acredita no projeto. Para ele, índios não desejavam trabalhar. Seu intento era “andar no mato nus e pintados, caçando e pescando, ou então dançando aquelas danças deles” (SCLIAR, 2001a:163). O americano, por sua vez, afirma que aquela idéia é ultrapassada. Segundo ele,

O que os índios têm de fazer é o que os japoneses fazem, o que os coreanos fazem, montar aparelhos eletrônicos, instrumentos de precisão. Era oculta a vocação deles, uma vocação embutida em seus genes, uma vocação que estava literalmente na cara: aquela gente de olhinho puxado, japonês, coreano, índio, era tudo a mesma coisa, aliás, quem são os índios senão asiáticos que vieram para a América? Não era possível que tendo atravessado o estreito de Bering, houvessem perdido uma vocação natural. (SCLIAR, 2001a:163)

O uso do discurso indireto livre denota o enunciador, no caso, o americano que tenta dissuadir João Mortalha das “velhas” idéias. É dessa forma que as falas dos personagens são lançadas na corrente da fala do narrador. Mas, o importante nessa passagem é que ele marca o início da chegada dos novos imigrantes no país, que, da mesma forma que os primeiros colonizadores portugueses, desejam enriquecer com a exploração das riquezas naturais. Por outro lado, há a idéia de uma feliz conjunção entre a mistura de raças, fazendo do texto um espaço de negociação de identidades ou, ainda, o local de uma utopia possível: a integração universal das etnias.

Ainda mostrando o avanço das novas etnias nesses novos tempos, temos o narrador, imerso em suas leituras, quando aparece no balcão de “A Majestade” um corretor de imóveis. Experiente, mostra que já havia feito rondas por ali e observara a loja vazia. Desse modo, oferece uma boa quantia e o comprador, um coreano. Portanto, o texto destaca a movimentação das diversas populações na cidade de São Paulo e a troca dos lugares no Bom Retiro, isto é, a saída dos judeus e a chegada dos asiáticos. Feitas as negociações, o narrador fica sabendo da morte de Noel em um hospital do Rio. Sem coragem para visitá-lo, traça outro plano mirabolante: transferir a loja “A Majestade” para o Xingu, como uma última homenagem a Noel.

Tudo leva a crer que o romance *A Majestade do Xingu* é também uma grande homenagem às principais instâncias que envolvem a atividade artístico-literária: o escritor e o leitor. As histórias contadas numa mescla entre ficção e realidade estão sobrepostas umas às outras, remetendo-nos àquele que as cria, o escritor que conta pelo prazer de contar e que, pelo jogo de criação languageira, cumpre a função principal da Literatura, levando prazer e conhecimento a quem lê. No livro, Moacyr Scliar apresenta não apenas o deslocamento das massas de imigrantes no país, mas também o deslocamento das idéias, desestabilizando aquilo que está pré-estabelecido e, desse modo, re-escrevendo a História, uma nova História do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da Memória sempre esteve nas bases da história pessoal de Moacyr Scliar. Mesmo tendo nascido no Brasil, ele nunca deixou de compartilhar as experiências da velha Europa com seus pares, pois foi um ouvinte assíduo das histórias que os imigrantes contavam nas calçadas das casas, no bairro do Bom Fim, em Porto Alegre. Suas narrativas também estão ligadas à experiência de médico do Lar de judeus idosos, na capital gaúcha, onde “fazia ronda”<sup>41</sup>.

E assim, ao dar testemunho da sua história pessoal ou dar referências de seu povo de origem, como também falar da evolução histórica dos judeus e sua absorção na sociedade brasileira, Scliar encontra maneiras de dar testemunho da História no século XX. Por outro lado, ao falar das dificuldades vividas por seus antepassados na Bessarábia, escarafunchar as histórias dos israelitas ao longo dos séculos e seu percurso no Brasil, traduzindo-as para os leitores contemporâneos, Scliar assume para si um caráter peculiar de contador de histórias, tornando-se memória viva.

Foi considerando todos esses aspectos que propusemos uma análise do romance *A Majestade do Xingu* à luz das teorias contemporâneas sobre memória e narrativa. Começamos indagando se o romance era de fato um livro para Noel Nutels, conforme sugestão do próprio autor, Moacyr Scliar. Ou, em outros termos, se era só para Noel Nutels. Partindo da hipótese de que era, principalmente, um livro do narrador, buscamos alguns teóricos da memória e da narrativa que pudessem dar sustentação à nossa hipótese e que nos auxiliassem a responder as nossas questões.

Desse modo, consideramos os estudos acerca do conceito de Memória, de Jacques Le Goff, para entendermos como se processou a memória coletiva nas comunidades tribais e seus ramos nos tempos contemporâneos, e por meio deles, compreendemos como esse autor valoriza os processos mnemônicos na sociedade, por reconhecer que os verdadeiros criadores e denominadores da memória coletiva não podem ser esquecidos.

Com Jacó Guinsburg, compreendemos a formação da memória judaica, a transmissão dessa memória pelos mestres hassídicos e sua tradução para os devotos, os *hassidim*, e de que forma se promovia a assimilação desse conhecimento pelo sujeito

---

<sup>41</sup> Tomo de empréstimo as palavras de Regina Igel (1997) no ensaio *Imigrantes judeus, escritores brasileiros*.

comum nas comunidades judaicas, isto é, como a memória se alojava como processo mnemônico no interior de cada indivíduo, sendo, assim, memória pessoal. Podemos entender, ainda, de que maneira essas histórias estavam ligadas à narrativa.

Por isso, optamos por trabalhar com Benedito Nunes para estudar a narrativa, pois ele faz uma distinção entre narrativa histórica e narrativa ficcional a partir da idéia de história-arte e história-ciência, conceitos que entendemos serem importantes para desenvolvermos nosso estudo sobre o romance *A Majestade do Xingu*, uma vez que partimos do princípio de que a narrativa romanesca é uma forma de documentar a História e exercitar a memória, cuja ação se dá, em geral, pelo jogo entre o lembrar e o esquecer.

Para falar do narrador, entendemos que Walter Benjamin seria, sem dúvida, o mais indicado, por valorizar no ensaio “O narrador”, justamente aquele da tradição, uma vez que, no romance em questão, o narrador simula essa instância narrativa, isto é, ele se faz passar por um narrador tradicional, em que as vivências e experiências passadas podem servir de exemplo, porém, diferenciado daquele da tradição religiosa, cujo papel edificante de suas histórias está ausente no romance de Scliar.

Avançando em uma leitura reflexiva, identificamos em *A Majestade do Xingu* um caráter intertextual. Percebemos que desde as primeiras páginas o romance estabelece um diálogo com outros textos, tanto históricos como ficcionais. Nesse sentido, vimos a importância de se trabalhar com as teorias de Mikhail Bakhtin, principalmente com aquelas em que estão destacados os conceitos de dialogismo, polifonia e intertextualidade no romance, estudados a partir da obra de Dostoievski, em que esse teórico observa o duplo sentido da linguagem romanesca. Por se tratar de um romance intertextual, entendemos que não poderíamos deixar de mencionar as teorias de Bakhtin no presente estudo.

Vimos, assim, que a transmissão da memória ao longo dos séculos se estabeleceu, em primeiro lugar, pelo relato oral, sendo esse realizado por pessoas especiais, como, por exemplo, o xamã, o rabino e o sacerdote, e estando o seu registro circunscrito, de início, ao ambiente religioso. Em segundo lugar, com o advento da escrita, a memória passou para o domínio das instituições de poder, como o Estado, por exemplo, vindo a ser registrada em textos, ampliando-se significativamente e adquirindo, desse modo, um caráter mais histórico.

É nesse sentido que os estudos contemporâneos têm valorizado o registro da Memória pela Ficção, pois, se a História se pretende uma narrativa "real", isto é, uma forma de registro em que os fatos são retomados como de fato aconteceram, tal postura traz algumas controvérsias, pois, mesmo que o historiador vá em busca dos vestígios e rastros do passado, seus apontamentos passam pela subjetividade pessoal, isto é, são registrados à maneira que ele vê o processo histórico, sendo, assim, "quase ficção". Por sua vez, a Ficção torna-se mais plausível, pois resulta da criação inventiva da linguagem, sem, contudo, deixar de citar os eventos históricos, sendo, a seu modo, "quase-história", no dizer de Benedito Nunes.

Há ainda outros elementos a se destacar, apreendidos ao longo do desenvolvimento de nosso estudo. O historiador, em geral, silencia as vozes dos iletrados, do sujeito que sofre o processo histórico sob o viés da dominação, sob o jugo do outro. A ficção por seu turno, ou o escritor ficcional, valoriza essa voz. É esse pensamento que leva à valorização da escrita ficcional da memória.

Considerando o romance *A Majestade do Xingu* como uma biografia ficcional de Noel Nutels, apresentada por um narrador especial, isto é, alguém que viveu à distância a trajetória de Noel Nutels no Brasil, entendemos que o narrador-personagem merecia destaque em nosso estudo, exatamente por levantar questões pertinentes que ressaltamos acima. Uma vez que esse narrador conta as suas histórias a partir de uma cama de hospital, quando está à beira da morte, observamos que ele se sustenta tanto numa memória pessoal, pois relata as suas experiências e vivências passadas, quanto numa memória coletiva, porque as suas vivências estão ligadas à experiência coletiva da comunidade da qual faz parte em termos de origem, o mundo judaico do Leste europeu, o *shtetl*, ou seja, um ambiente em que a narrativa e a memória têm um papel especial.

Aliás, desde a narrativa bíblica, o povo judeu é impelido às lembranças. No livro do Êxodo, a exortação à memória é uma constante. Termos como "conservar na memória", "Isto é memória", "Ai de ti Israel, se esqueceres do que o Senhor fez" são evocações que guiam a recordação dos tempos antigos. Assim, vimos que a memória coletiva passa pelos hábitos, costumes, crenças e tradições e só se perpetua se tiver um "guardião", isto é, se houver alguém na comunidade que possa "arquivá-la" com detalhes, mesmo que à maneira da ficção. Em nossas reflexões, consideramos o escritor Moacyr Scliar um "arquivista" e o romance *A Majestade do Xingu*, um documento histórico-literário.

E, assim, buscamos selecionar e analisar no presente estudo episódios que traduzissem as nossas leituras do romance, relacionando-as com as teorias estudadas. É nesse sentido que o narrador ganhou destaque. Ao focalizar um narrador-personagem cuja trajetória de vida perpassa várias décadas da história nacional, Moacyr Scliar constrói, pela memória, a história de um imigrante judeu e sua relação com um sujeito histórico amplamente significativo na história nacional, Noel Nutels.

Ampliando os espaços de interação desses personagens, ele mostra também a relação dos dois (Noel Nutels e o narrador) com o meio social em que estão inseridos, no caso do primeiro, o Xingu, e do segundo, a cidade de São Paulo, que, por sua vez está representada em seu microcosmo, pelo bairro do Bom Retiro. Nesse entrecruzar de relações, Scliar destaca, também, o movimento cultural e social brasileiro desde as primeiras décadas do século XX até o final da década de 1970, quando o Brasil experimenta o punho forte da ditadura militar. Pode-se afirmar, então, que a escritura de Moacyr Scliar, nesse romance, favorece uma outra leitura da História recente do Brasil, pois a reescreve a partir de um sujeito que se encontra à margem, dono de um olhar profundamente observador, dotado de um amplo campo de visão, porém voltado para as suas origens, o mundo do *shtetl*. Nesse sentido, esse escritor recupera, na ficção e pela ficção, as marcas de outras culturas e outras tradições em um ambiente distinto daquele de origem, pontuando, assim, a contribuição dessas na formação cultural brasileira.

Por sua vez, o discurso social do romance, sempre assegurado pela memória do narrador, portanto, perpassado pelo discurso individual, chama para si o entrecruzamento das várias vozes que representam as muitas etnias, identidades e culturas que formam a sociedade brasileira, dando ao romance um caráter polifônico. Nesse sentido, esse autor adota um posicionamento ético e político, valoriza e respeita a diversidade e a alteridade, fazendo ecoar a voz do oprimido, do anônimo e do marginalizado que ficaram esquecidos nos registros da História. Esse gesto também rompe com a hegemonia do discurso dominante – do colonizador, daquele que subjuga, maltrata e destrói, logicamente, desestabilizando a “superioridade” do homem branco.

É, pois, no final de sua vida que esse narrador intenta reconstruí-la. À beira da morte, simula um narrador da tradição e se ancora na História, na intenção de dar credibilidade àquilo que conta. Por isso, o tempo histórico é marcado pelas datas que evocam fatos significativos acontecidos no Brasil. Esse tempo passa pela memória especulativa desse narrador que se vê como um espectador desses fatos, sem, contudo,

se desvencilhar das imagens de seu mundo judaico. Assim, enuncia uma outra “verdade histórica” recolhida entre as ruínas de seu passado, nos fazendo perceber, como quer Walter Benjamim, que o progresso histórico é marcado pela destruição.

Desse modo, o romance *A Majestade do Xingu* vai-se configurando como um relato oral, mesclado de ditos populares, versinhos de banheiros públicos, trocadilhos lingüísticos e bem humorados, sugerindo, assim, a valorização dos “gêneros menores” que recuperam as manifestações culturais e históricas que se dão fora do âmbito da cultura oficial.

Pode-se justificar aqui a técnica narrativa adotada. Marcada pela oralidade e pela mistura de fragmentos não-lineares, os episódios se dão em forma de saltos, de digressões, tanto temporais como espaciais, por meio dos quais os protagonistas – Noel Nutels e o narrador –, se revezam em um “eu” e um “outro” que expressam tanto as experiências e vivências coletivas, como também as individuais. De um lado, esse jogo entre o eu e o outro, entre o vivido e o lembrado, entre o lembrado e o esquecido nos remetem àquilo que podemos chamar de “oráculo” cultural dos hebreus, preconizado na *Torá* e sempre lembrado pelos grandes nomes da História hebraica: “não podemos nos esquecer de lembrar”. Por outro, nos possibilita o exercício de uma autocrítica, pois intenta questionar: que fizemos de nossos índios e de sua cultura? Dos muitos oprimidos que deixamos às margens da sociedade? Ao contrário dos hebreus, optamos por esquecer as histórias mal-contadas da dizimação dos indígenas, do apagamento e esquecimento de sua cultura e das histórias que mancharam [e mancham] o nosso currículo. Por assim dizer, Moacyr Scliar constrói seu romance de acordo com uma “ética da narrativa”, que seria uma forma de, pelo humor, fazer uma espécie de luto diante de violências e atrocidades presentes tanto na história judaica ao longo dos séculos como na história da colonização no Brasil. Cabe lembrar que o romance de Scliar propõe um pacto de leitura pelo qual nós, leitores, nos deparamos com um narrador de transmissão da experiência, mesmo que crítica e pautada pela descrença, que fala da experiência da morte iminente, numa cama de hospital, e da morte do outro. Portanto, a “ética da narrativa” se cristaliza numa relação de compaixão do autor com o outro que sofreu [e que sofre] as atrocidades ao longo da história judaica e brasileira.

Vemos, assim, que o livro de Scliar age na contramão de uma sociedade sem memória. Simulando uma boa conversa, constrói um “fabulador descarado” que, por meio de uma animada “prosa”, possibilita-nos a rememoração dos grandes

acontecimentos históricos do passado, inscritos na vivência e experiência de um sujeito que, como nós, espiamos de longe, mas que ao contrário do que usualmente fazemos, inscreveu-se como agente na grande temporalidade, no devir da História. Entendemos, assim, que o romance *A Majestade do Xingu* entrelaça os tempos passado/presente como a promover a redenção da História e a reinscreve em um outro espaço, isto é, no texto literário, em que é possível restaurar a memória, como também, conjugar múltiplas vozes e as mais diversas etnias. Das muitas histórias que esse narrador nos conta, aquela que mais nos impressiona é a que nos fala da importância da narrativa e da transmissão de nossas histórias. Assim, concluímos: não podemos esquecer de lembrar. É necessário deixar nossas marcas, nossos rastros que servirão de signos para as gerações vindouras, pois, o passado é sempre uma fonte de reabertura do futuro, uma forma de redenção da História.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras do autor<sup>42</sup>

#### 1. Romances

- SCLIAR, Moacyr. *Mês de cães danados*. Porto Alegre:L&PM, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Doutor Miragem*. Porto Alegre: L&PM, 1998a.
- \_\_\_\_\_. *Os voluntários*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Sonhos tropicais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O exército de um homem só*. Porto Alegre: L&PM, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *A mulher que escreveu a Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Majestade do Xingu*. São Paulo: Schwarcz, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *A guerra no Bom Fim*. Porto Alegre: L&PM, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *A festa no castelo*. Porto Alegre: L&PM, 2001c.
- \_\_\_\_\_. *O ciclo das águas*. Porto Alegre: L&PM, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *Éden-Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- \_\_\_\_\_. *Os deuses de Raquel*. Porto Alegre: L&PM, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *O centauro no jardim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

#### 2. Ensaaios

- SCLIAR, Moacyr. *Memórias de um aprendiz de escritor*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Oswaldo Cruz: entre micróbios e barricadas*. Rio de Janeiro: Relume,1996a.
- \_\_\_\_\_. *A paixão transformada: História da Medicina na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996b.
- \_\_\_\_\_. “Memórias Judaicas”. In: SOUZA, Márcio/SCLIAR, Moacyr. *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000a, p.23-84.
- \_\_\_\_\_. *Judaísmo: dispersão e unidade*. São Paulo: Ática, 2001d.

---

<sup>42</sup> Como a ficção de Moacyr Scliar é muito extensa, indicamos as referências apenas de obras que utilizamos no desenvolvimento de nosso estudo, tanto em termos de romances, livro de contos, infanto-juvenis e ensaios.

\_\_\_\_\_. *Meu Filho, o Doutor. Medicina e judaísmo na História, na Literatura – e no Humor*. Porto Alegre: Artmed, 2001e.

\_\_\_\_\_. *Oswaldo Cruz e Carlos Chagas – o nascimento da Ciência no Brasil*. São Paulo: Odysseus, 2002c.

\_\_\_\_\_. *Saturno nos Trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b.

### **3. Literatura infanto-juvenil**

SCLIAR, Moacyr. *No caminho dos sonhos*. São Paulo: FTD, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Um sonho no carço do abacate*. São Paulo: Global, 1998b.

\_\_\_\_\_. *O livro da Medicina*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2000b.

### **4. Contos**

SCLIAR, Moacyr. *O carnaval dos Animais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

### **5. Sobre o autor**

AGUA DE MELO, Ana Cecília. *Humildes livros, bravos livros: Cenas da história brasileira na ficção de Moacyr Scliar*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

AGUIAR, Luiz Antonio: “Prefácio”. In: SOUZA, Márcio/SCLIAR, Moacyr. *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p.7-21.

ASSIS BRASIL Luiz Antônio. “O Universo nas Ruas do Mundo”. In: ZILBERMAN, Regina e BERND, Zilá (Orgs.). *O Viajante Transcultural: Leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.p.13-33.

BASTOS, Fernanda Almeida: “O mito e a identidade no romance *A mulher que escreveu a Bíblia* de Moacyr Scliar”. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.37, nº 2.p.1-197, junho de 2002.

CORNELSEN, Elcio Loureiro: “O *shtetl* e seus sapateiros”. In: SCARPELLI, Marli Fantini/DUARTE, Rodrigo de Assis (Orgs.). *Poéticas da Diversidade*. Belo Horizonte:Pós-Lit/FALE, 2002, p.318-341.

\_\_\_\_\_. “Do *shtetl* ao Xingu: emigração judaica, em Moacyr Scliar”. In: *VIII Congresso Internacional – Abralic:2002. Anais do VIII congresso*: CD-ROOM, Belo Horizonte, 2003.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Navio de Imigrantes, identidades negociadas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2002.

*Jornal do Cerrado. Entrevista a Moacyr Scliar*. In: [www.ueg.br/entrevistas](http://www.ueg.br/entrevistas)

FISCHER, Luis Augusto. A Majestade do Xingu. In: ZILBERMAN, Regina e BERND, Zilá (Orgs.). *O Viajante Transcultural: Leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.p.121-134.

JOSEF, Bella: “O diálogo literatura/História. Moacyr Scliar e Marcos Aguinis”. In: NOVINSKY, Anita Waingort/KUPERMAN, Diane (Orgs.). *Ibéria-Judaica: Roteiros da memória*. São Paulo:Edusp, 2001, p.709-719.

MAINARDI, Diogo: “Romance reconstitui a trajetória de médico que dedicou a vida aos índios. Resenha literária.” In: <http://diogomainardi.multiply.com>.. Acesso em 12/12/2005.

MEDEIROS, Valéria S.: “Delírios tropicais – Uma viagem do descobrimento em *A Majestade do Xingu*, de Moacyr Scliar”. In: [http://www.geocities.com/ail\\_br/deliriosotropicais.html](http://www.geocities.com/ail_br/deliriosotropicais.html).

SZKLO, Gilda Salem. *O Bom Fim do Shtetl: Moacyr Scliar*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

TEZZA, Cristovão: “Uma vida trepidante”.In:

<http://www.cristovatezza.com.br/textos/resenhas>. Acesso em 22/07/2004.

WALDMAN, Berta. “Xingu, um Bom Retiro”. In: WALDMAN, Berta. *Entre Passos e Rastros: presença judaica na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: FAPESP: Associação Universitária de Cultura Judaica, 2003, p.106-113.

ZILBERMAN, Regina. “Capitão Birobidjan – um idealista para o século XXI.”

ZILBERMAN, Regina/ BERND, Zilá (Orgs.). *O viajante transcultural: Leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.67-77.

## 6. Obras Gerais

*A Bíblia Sagrada*. trad. de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Edição Sociedade Bíblica do Brasil, 1931.

ADORNO, Theodor W. “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: ADORNO, Theodor W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003, p.55-63.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões* In: *Os Pensadores*. trad. de J.Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 2001, p.1-464.

AZEVEDO, Carlos: “O brasileiro Noel Nutels”. *Revista Realidade Brasileira*, agosto de 1968, p.90-93.

BAKHTIN, Mikahil. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de /FIORIN, José Luiz. (Orgs). *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.

BENJAMIN, Walter: “Experiência e pobreza”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993a, p.114-119.

\_\_\_\_\_: “Sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993b, p. 222-234.

\_\_\_\_\_: “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993c, p.197-221.

\_\_\_\_\_: “A imagem de Proust”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993d. p.36-49.

BENJAMIN, Walter: “A Crise do Romance” (1930). In: BENJAMIN, Walter. 1993e, p. 54-60.

\_\_\_\_\_: “A modernidade”. In: BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2000, p. 7-36.

- BLIKSTEIN, Izidoro. “Intertextualidade e Polifonia: o discurso do plano ‘Brasil Novo’” In: BARROS, Diana Luz Pessoa de /FIORIN, José Luiz. (Orgs). *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BRAIT, Beth. “As Vozes Bakhtinianas e o Diálogo Inconcluso”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de /FIORIN, José Luiz. (Orgs). *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.p.11-27.
- CÂNDIDO, Antonio: “A personagem do Romance”. In: CANDIDO, Antonio (et al.) (Orgs.). *A Personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.51-80.
- CARDOSO, Sérgio: “O olhar viajante (Do etnólogo)”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.347-360.
- CORNELSEN, Elcio. O conceito de Kinostil e o princípio da montagem no romance *Berlim Alexanderplatz*, de Alfred Döblin. *Aletria – revista de estudos de literatura*, nº 8: Literatura & Cinema. Belo Horizonte: Editora da UFMG, dezembro de 2001, p.196-212.
- DERRIDA, Jacques: “Farmacéia”. In: DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. trad. Rogério da Cunha. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 11-42.
- DOUEK, Sybil Safdie. *Memória e Exílio*. São Paulo: Escuta, 2003.
- FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios: História da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_: “Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.353-382.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FREITAS, Maria Teresa de: “Das Relações entre Literatura e História”. In: SOUZA, Eneida Maria de/PINTO, Júlio César Machado (Orgs.). *1º e 2º Simpósios de Literatura Comparada – ANAIS*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1987, p.605-609.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_: “O início da História e as lágrimas de Tucídides”. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.15-37.

\_\_\_\_\_: “Memória e esquecimento: linguagens e narrativa. Memória, História, Testemunho”. In: BRESCIANI, Stella /NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.85-94.

\_\_\_\_\_. “Walter Benjamin ou a História aberta.” In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.7-19.

GINZBURG, Jaime: “Notas sobre elementos da Teoria da Narrativa”. In: COSSON, Rildo (Org.). *Esse rio sem fim. Ensaios sobre a literatura e suas fronteiras*. Pelotas: UFPEL, 2000, p.113-136.

GOLDBERG, David J. e RAYNER, John D. *Os Judeus e o Judaísmo*. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1989.

GRÜN, Roberto: “Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 353-382.

GUINSBURG, Jacó. *Aventuras de uma língua errante: ensaios de literatura e teatro údiche*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História, teoria, ficção*. trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IGEL, Regina. *Imigrantes Judeus – Escritores Brasileiros: o componente judaico na literatura brasileira*. São Paulo: Perspectiva: Associação universitária de Cultura Judaica/Banco Safra, 1997.

JOBIM E SOUZA, Solange: “Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: Polifonia, Alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea”. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, Dialogismo e construção do sentido*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997, p.331-348.

JOHNSON, Paul. *História dos Judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

JOSEF, Bella: “O resgate da Memória na Literatura Contemporânea”. In: *2º Congresso ABRALIC: Literatura e Memória Cultural – Anais*. Vol.1, Belo Horizonte: ABRALIC, 1991, p.454-460.

KRENAC, Ailton: “Antes, o mundo não existia”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.201-204

LE GOFF, Jacques: “Memória” In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p.419-476.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. trad. Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEVI-STRAUSS, Claude: “A eficácia simbólica”. In: LEVI-STRAUSS, Claude. *A antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1966, p.215-236.

LIMA, João Gabriel de: “Operação Araguaia é o primeiro livro sobre a guerrilha brasileira baseado em relatórios militares. Ele mostra um combate ainda mais violento do que se supunha”. In: [http://www.geracaobooks.com.br/midia/vietna\\_amazonia.php](http://www.geracaobooks.com.br/midia/vietna_amazonia.php)- Acesso em 02/01/2006.

LIMA, Luis Costa: “Documento e Ficção”. In: LIMA, Luis Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p.187-242.

MACHADO, Irene A.: “O espectro de representação da Voz no Romance”. In: MACHADO, Irene A. *O romance e a voz*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p.91-108.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de: “Tempo e Narração: a proposta de Ricouer”. In: SOUZA, Eneida Maria de/PINTO, Julio César Machado (Orgs.). *1º e 2º Simpósios de Literatura Comparada. Anais*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1987, p.595-604.

MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. São Paulo: Ática, 1986.

MEYERHOFF, Hans. *O tempo na literatura*. trad. de Myriam Campello, São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. “Da utilidade e desvantagem da História para a vida”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999, p.273-287.

NUNES, Benedito: “Narrativa Histórica e narrativa ficcional”. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). *Narrativa, Ficção e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p.9-35.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PEREIRA, Kênia Maria de Almeida. *A Poética da resistência em Bento Teixeira e Antônio José da Silva, o judeu*. São Paulo: Ana Blume, 1998.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo 1, trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994.

- ROSENFELD, Anatol: “Reflexões sobre o romance moderno”. In: ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1969, p.75-98.
- SANTIAGO, Silviano: “O narrador pós-moderno”. In: SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da Letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.38-52.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio: “Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). *História, Memória, Literatura. O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003a, p.59-89.
- \_\_\_\_\_: “O testemunho: Entre a ficção e o ‘real’”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). *História, Memória, Literatura. O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003b, p.375-390.
- \_\_\_\_\_: “Catástrofe, História e Memória em Walter Benjamin e Chris Marker: A escritura da Memória”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). *História, Memória, Literatura. O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003c, p.391-417.
- SORJ, Bernardo: “Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica”. In: SORJ, Bila (Org.). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.9-32.
- SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- SOUZA, Márcio: “A Verdadeira Nação de Rafael Bentes”. In: SOUZA, Márcio/SCLIAR, Moacyr. *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p.85-128.
- SOUZA JUNIOR, José Luiz Foureaux: “O narrador, a literatura e a História: questões críticas”. In: BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi (et al.) (Orgs.). *Romance Histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p.27-44.
- TEZZA, Cristóvão: “A construção das vozes no romance”. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, Dialogismo e construção do sentido*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997, p.219-228.
- YERUSCHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: História judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)